

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção

Alex da Silva Mendes

Teologia e Literatura do Padre Antônio Vieira: O Quinto Império em História do futuro

Mestrado em Teologia Cristã

São Paulo

2022

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção

Alex da Silva Mendes

Teologia e Literatura do Padre Antônio Vieira: O Quinto Império em História do futuro

Mestrado em Teologia Cristã

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Teologia Cristã sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Manzatto.

São Paulo

2022

Alex da Silva Mendes

Teologia e Literatura do Padre Antônio Vieira: O Quinto Império em História do futuro

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Teologia Cristã sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Manzatto.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

À minha querida família, pelo amor, carinho e dedicação. Ao meu professor e orientador, Dr. Pe. Antonio Manzatto, pelo incentivo. Aos professores, coordenadores e companheiros (as).

“O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil FUNDASP e (CAPES) – Código de financiamento 8888.6955 – 2022-00.”

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil FUNDASP e (CAPES) – Código de financiamento 8888.6955 – 2022-00.”

ALEX DA SILVA MENDES

Teologia e Literatura do Padre Antônio Vieira: O Quinto Império em História do futuro

RESUMO

Antônio Vieira pertence à galeria dos clássicos por diversos prismas. Marcou-nos definitivamente a Língua Portuguesa como exímio escritor. Linguagem perfeita, estilo maravilhoso com belíssimos toques barrocos. Os sermões continuam até hoje a seduzir-nos pelo esplendor do estilo. Podemos considerar o corpus profético das obras de Vieira assim: *Esperança de Portugal* (carta ao bispo do Japão), *História do Futuro* (inacabada) e a *Clavis Prophetarum*, que tem por subtítulo *De regno Christi in Terris consummato*. Vieira foi um grande sonhador, um homem das utopias. O coração não lhe cabia no presente, transbordava para o futuro. É em sua obra *História do futuro*, Vieira vai falar sobre o Quinto Império. O pensamento teológico de Vieira, está fundamentado nas Escrituras Sagradas, em especial, nas profecias do profeta Daniel, Isaías e Zacarias, no aparecimento de Cristo ao rei Dom Afonso Henriques, conhecido como o milagre do Ourique, nos descobrimentos portugueses e nas profecias anunciadas pelo sapateiro Bandarra. Inspirado nas palavras daquele que considera ser o imperador da Língua Portuguesa, Fernando Pessoa irá retomar a ideia de Quinto Império em Vieira, para indicar a Portugal e aos portugueses, uma perspectiva mais cultural e científica de sua missão no mundo. Se Vieira, mostrou-nos a localização e a natureza do Quinto Império, Fernando Pessoa irá considerar que após os quatro impérios mundiais que desabaram, Portugal poderá levar adiante, a criação de uma civilização espiritual própria, com um objetivo muito simples, a de fazer a paz em todo mundo. Fernando Pessoa elenca três pontos essenciais: transcendentalismo panteísta, os motores dessa sociedade (a liberdade espiritual, a ciência e a sabedoria), a Língua Portuguesa.

Palavras-chave: Padre Antônio Vieira; Fernando Pessoa; Literatura; História do Futuro; Quinto Império.

ALEX DA SILVA MENDES

Teologia e Literatura do Padre Antônio Vieira: O Quinto Império em História do futuro

ABSTRACT

Antônio Vieira belongs to the gallery of classics from different angles. The Portuguese language definitely marked us as an excellent writer. Perfect language, wonderful style with beautiful Baroque touches. The sermons continue to seduce us to this day by the splendor of the style. We can consider the prophetic corpus of Vieira's works as follows: *Esperança de Portugal* (letter to the bishop of Japan), *História do Futuro* (unfinished) and the *Clavis Prophetarum*, subtitled *De regno Christi in Terris consummato*. Vieira was a great dreamer, a man of utopias. His heart did not fit in the present, it overflowed into the future. It is in his work *History of the future* or consummated kingdom of Christ on earth, where Vieira will talk about the Fifth Empire. Vieira's theological thinking is based on the Holy Scriptures, especially on the prophecies of the prophet Daniel, Isaiah and Zacharias, on the appearances of Christ to King Dom Henrique, known as the miracle of Ourique, on the Portuguese discoveries and on the prophecies announced by the shoemaker Bandarra. Inspired by the words of what he considers to be the emperor of the Portuguese language, Fernando Pessoa will revisit the idea of the Fifth Empire in Vieira, to show Portugal and the Portuguese a more cultural and scientific perspective on his mission in the world. If Vieira showed us the location and nature of the Fifth Empire, Fernando Pessoa will consider that after the four world empires that collapsed, Portugal could carry out the creation of its own spiritual civilization, with a very simple objective, that of making peace around the world. Fernando Pessoa lists three essential points: pantheistic transcendentalism, the engines of this society (spiritual freedom, science and wisdom), the Portuguese language.

Key words: Priest Antônio Vieira; Fernando Pessoa; Literature; History of the Future; Fifth Empire.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 -PADRE ANTÔNIO VIEIRA, O TEÓLOGO	13
1.1. Os impérios do mundo	14
1.2. O Império de Cristo e dos cristãos	17
1.3. O Império do Cristo no mundo é espiritual	19
1.4. O domínio temporal do Cristo	23
1.5. O tempo como chave profética	25
2- A NOMEAÇÃO DE DEUS	38
2.1. A primeira Pessoa divina	38
2.2. A segunda Pessoa divina	40
2.3. A terceira Pessoa divina	41
2.4. Deus, o Senhor da história	45
3- FUNDAMENTOS PARA O QUINTO IMPÉRIO	55
3.1. Vieira e o Tribunal do Santo Ofício	56
3.2. Bandarra é verdadeiro profeta	59
3.3. D. Afonso Henriques e a narrativa sobre Ourique	62
3.4. Vieira e a restauração de Portugal	64
4- METÁFORAS E SÍMBOLOS ESCATOLÓGICOS EM VIEIRA	67
4.1. A visão da estátua enigmática	69
4.2. A visão dos quatro ventos	70
4.3. A visão dos quatro carros entre dois montes	71
5- O QUINTO IMPÉRIO CULTURAL	80
5.1. A profecia do Quinto Império	81
5.2. O Império Espiritual	84
5.3. A Nação Imperial	85
5.4. Os meios materiais do império	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92

REFERÊNCIAS	97
--------------------------	-----------

INTRODUÇÃO

Sermões Escolhidos (2006, p. 13)¹ descreve:

Estudar Antônio Vieira é abordar os mais complexos problemas da vida, e mergulhar fundo na existência e na essência do homem, uma vez que a análise crítica de seus sermões, nos põe em contato com fenômenos sociais e existenciais de todos os tempos, pois são de ontem, de hoje, e de sempre, tanto a justiça quanto a liberdade, a ética como a fraternidade, a paz assim como a igualdade perante a lei, a alma e o espírito, que devem ser o fim primeiro e último de todo o estudo, e de todo o estudante, quaisquer que sejam a sua especialização acadêmica, a sua ideologia política, ou a sua crença religiosa. Além disso, o jesuíta Vieira escrevia e pregava como ninguém, tendo-nos deixado uma obra literária do mais puro vernáculo, original e pura, profunda, ética e estética, cujo estudo forma e engrandece, instrui e esclarece, eleva e enobrece, quando a sua leitura interessada e atenta encanta e delícia o leigo, o estudante, o professor ou o erudito.

Antônio Vieira foi um homem eclético e polivalente, porquanto encarnou vários personagens ao longo de sua atribulada vida, ou melhor, protagonizou, na vida real, e com perfeição, as variadas e importantíssimas funções de pregador, escritor, missionário, professor, diplomata, filósofo, conselheiro real, e outras, no desempenho das quais sempre o brilho de sua inteligência, o vigor de sua palavra, o rigor de sua argumentação, a integridade de seu caráter, e a retidão de sua personalidade, augustos atributos que, de tão raros, o tornaram alvo dos baixos sentimentos de todos quantos por inveja, despeito, ou interesses feridos se sentiam ameaçados e ou humilhados pela excelência e grandeza de suas qualidades. Em boa verdade, no padre Antônio Vieira concorriam o intelectual e o homem de ação, o erudito e o professor, o orador e o místico, o humanista e o mítico, e a tal ponto, e com tanta profundidade o jesuíta assumia e desempenhava essas nobres tarefas que, em toda a sua longa existência, sempre se mostrou um homem de eleição, admirado e respeitado por nobres e plebeus, negros e índios, governadores e almirantes, reis e cardeais, pois, cada um à sua maneira, reverenciava, em Vieira, um ou mais dos muitos homens que nele se abrigavam. Em Vieira, havia o profeta, o político perspicaz, o humanista, pastor dos oprimidos e desamparados, o orador das multidões.

¹ **SERMÕES ESCOLHIDOS.** Padre Antônio Vieira – Texto integral. Organização e coordenação: José Verdasca. Editora Martin Claret Ltda. São Paulo – SP, 2006.

Naturalmente, o penetrante, eficaz e convincente instrumento de ação e comunicação do padre Antônio Vieira, foi a linguagem falada e/ou escrita sempre apaixonada e eloquente, através da qual cumpriu um longo e brilhante apostolado, exercido quer junto aos primitivos índios da Baía e do Grão Pará e Maranhão, como perante os interesseiros colonos da sua capital São Luís; tanto face aos defensores da cidade de São Salvador, como aos seus reais ouvintes da Igreja de São Roque, em Lisboa; tanto perante os nobres da corte de D. João IV, como frente aos ilustres e ilustrados cardeais e prelados do Vaticano; tanto em reunião com os eruditos frequentadores do palácio da rainha Cristina da Suécia, em Roma, como nas cortes europeias, onde desempenhou delicadas e conturbadas missões diplomáticas. E, em nenhum momento, a sua negritude era neto de uma mulata africana foi obstáculo aos seus objetivos. Na realidade, talvez o padre Antônio Vieira devesse à sua mestiçagem alguns de seus melhores atributos.

Entre os quatro principais modelos de oratória acadêmica, política, judiciária e sagrada o classicismo português distinguiu-se e brilhou nesta última, mercê do engenho e arte do padre Antônio Vieira, o gigante dos púlpitos do século XVII que, tanto no Brasil quanto na Europa, atingiu as culminâncias do prestígio e da fama, elevando, até as alturas, a oratória sacra em língua portuguesa, quando os seus Sermões deslumbraram índios e senhores de engenho, plebeus e nobres, simples e eruditos, reis e cardeais, altura em que o próprio Papa se viu arrebatado pela demolidora dialética e pelas empolgantes construções retóricas do jesuíta português. Senhor de insuperável gênio verbal, caracterizado por um raciocínio dedutivo de irretocável lógica, o talentoso Vieira manipulava a riqueza vocabular da nossa língua portuguesa, com insuperável maestria, o que lhe permitiu atingir inigualável expressão oral, sem jamais macular a pureza do idioma. Fidelino de Figueiredo (2006, p. 15)² descreve: “Vieira é um modelo de expressão, de relevo enérgico, e de eloquência. Maravilha-nos que ele conseguisse tais efeitos, com um léxico tão reduzido, e uma sintaxe tão correntia... um inimitável mestre na arte de combinar valores comuns em efeitos novos e relevantes. Esse dom nasceu com ele, morreu com ele.”

Assim como Camões foi o grande artista da palavra escrita que, com sua obra, proporcionou à moderna língua portuguesa a arte final que à superior beleza estética de sua poética, adicionou uma linguagem vibrante e arrebatadora, e uma riqueza descritiva clara,

² *Ibid.*, p. 15.

objetiva, e profunda, a tornarem *Os Lusíadas* um marco na história da poesia épica mundial, e a sua obra referência da língua dita de Camões não é menos certo que, um século depois, aos sermões do padre Antônio Vieira se deveu, não apenas a consagração definitiva do idioma luso, como, ainda, e principalmente, a consolidação da nobre fala dos hoje mais de 260 milhões de seres humanos, nos cinco continentes, língua que se aproxima dos 600.000 (seiscentos mil) vocábulos. E tão marcante, permanente e definitiva foi última obra de Vieira, que o seu biógrafo, D. Francisco Alexandre Lobo, bispo de Viseu, sobre ela, assim se pronunciou: “Se o uso da nossa língua se perder, e com ele por acaso acabarem todos os nossos escritos, que não *Os Lusíadas* e as obras de Vieira, o português, quer no estilo da prosa, quer no poético, ainda viverá na sua perfeita índole nativa, e na sua riquíssima cópia e louçania.” (GARRETT, 2021, p. 1).³

A riquíssima e vasta obra do jesuíta padre Antônio Vieira de quem conhecemos cerca de duzentos e vinte sermões, mais ou menos seiscentas e cinquenta cartas, muitos discursos apologéticos, gratulatórios, e panegíricos; além de exortações, exórdios, prédicas, homilias, e orações fúnebres, não esquecendo a sua defesa no processo que lhe foi movido pela Inquisição, e, principalmente, uma relativamente curta peroração, mas encantadora obra-prima, que é *Lágrimas do Heráclitos*, defendidas em Roma pelo padre Antônio Vieira contra o riso de Demócrito dizíamos, a obra de Vieira, constitui o mais rico, variado, e significativo conjunto de sermões e orações sacras em língua portuguesa, resultado do gênio e talento daquele que foi indiscutivelmente o maior e mais brilhante orador sacro do século dezessete e um dos pregadores mais talentosos e arrebatadores de sempre, ombreando com Santo Agostinho de Hipona e com Santo Antônio de Lisboa chamado de Pádua a par dos mais prestigiados, conhecidos e respeitados doutores da Igreja em todos os tempos e lugares.

Em Vieira, encanta e embriaga a beleza estética de sua parenética enquanto eloquência sacra ou arte de pregar porquanto, nenhum outro pregador da Idade Moderna, tão belo sermão escreveu e disse, tão longe chegou na arte sermonária, tanto ousou, tão brilhante e convincente foi e, acima de tudo, tantas paixões extravasou e despertou, como o amado Paiagué (padre grande) dos índios do Grão Pará e Maranhão, aos quais também muito amou e defendeu, contra os abusos dos senhores da época, os quais, nada podendo contra a força de sua palavra, e a capacidade de seus argumentos, acabaram por expulsá-lo para Portugal, assim como aos seus

³ GARRETT, Almeida. **A auctoritas do Pe. António Vieira na cultura romântica de oitocentos**. Disponível em: <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/letras/candid08.htm>. Consulta realizada em: 13 de setembro de 2021.

companheiros. Mas, o que mais importa, e se deve destacar na inigualável obra do padre Antônio Vieira, é a oportunidade dos temas abordados, o sentido de justiça de suas intervenções, e a atualidade de seu conteúdo e de sua doutrina, porquanto hoje, a violência é brutal e generalizada, a miséria injustificada e injusta, e a injustiça social por demais desumana, para não falar da escandalosa e tolerada corrupção. Da grandiosa, rica, e erudita obra de Vieira, sobressaem naturalmente os Sermões, que resplandecem como brilhantes, por serem empolgantes peças de oratória acentuadamente barrocas, onde metáforas e alegorias são muitas vezes magistralmente incluídas e manuseadas, de molde a enriquecer imagens e conceitos, que ilustravam a sua linguagem, e causavam profundo impacto no auditório; tais artifícios de discurso e linguagem, de inigualável e elegantíssimo estilo, e de incisiva e clarividente oportunidade, revelavam excepcional talento oratório, aguda e profunda sensibilidade, e enciclopédica erudição, a qual dava mais luz ao já esfuziante brilho da sua palavra, onde sobressaía, indestrutível, a capacidade de argumentação, a tomar inatacáveis, porque conclusivas, suas perfeitas, arrojadas, e belas construções retóricas, normalmente alicerçadas em princípios e revelações bíblicas, devidamente ilustradas com exemplos concretos, do dia-a-dia da vida de seus ouvintes.

Villas Boas (2008, p. 157-158)⁴ descreve:

É evidente, especialmente em sua obra teológica, que Vieira tem um vasto conhecimento teológico e inclusive dos grandes teólogos de seu tempo, mas uma influência sentida como por demais importante, com certeza é a de seu confrade Francisco Suarez que Vieira, mesmo sem conhecê-lo, em sua obra magna o chama de *eximius Theologus* e “*águia dos Teólogos*”. Suarez é considerado um dos maiores autores da segunda escolástica seiscentista lecionando em vários lugares como Ávila, Roma, Salamanca e por fim em Coimbra de 1597 até 1615. Ainda que Vieira não o tenha conhecido pois Suarez veio a falecer em 1617, por sua proximidade de época, afinidade de ordem, espiritualidade e profunda intelectualidade é possível perceber traços notáveis desse grande teólogo espanhol no pensamento de Vieira e no modo de pensar teologicamente dos jesuítas dessa época, sem que isso fosse impedimento para Vieira ter suas próprias opiniões.

⁴ BOAS, AV. **Padre Antônio Vieira: 4º Centenário de um teólogo desconhecido**. *Revista de Cultura teológica* - v. 16 - n. 64 - jul/set 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/15534/11600>. Consulta realizada em: 25 de outubro de 2021.

1 - PADRE ANTÔNIO VIEIRA, O TEÓLOGO

Vieira foi um grande orador, teólogo e missionário português que viveu grande parte da sua vida no Brasil. Nasceu em Lisboa em 6 de fevereiro de 1608 e morreu em Salvador em 18 de julho de 1697. Veio para o Brasil quando tinha seis anos. Em 1623, com 15 anos, entrou para a Companhia de Jesus, tornando-se jesuíta, ocasião em que os holandeses invadiram o Brasil. Certamente, sua família encontrou em Salvador uma vida intelectual ativa muito contata com a metrópole. A vida religiosa, mais do que a vida comum dos cidadãos, mantinha grande contata com a sede em Portugal. As cartas religiosas e da administração pública mostram esse canal de comunicação entre a colônia e a metrópole. Portanto, é de se esperar que no colégio dos jesuítas havia uma biblioteca razoável para as necessidades de ensino e de uso da comunidade, cujo objetivo era cuidar da educação em nível mais elevado do que a simples escola dos mestres das primeiras letras. Diante desse quadro, podemos supor que no convento dos jesuítas da Bahia havia algumas obras da literatura e da tradição cultural da Língua Portuguesa, publicadas até a data em que Vieira viveu no Brasil.

Luiz Cagliari (2009, p. 162)⁵ descreve:

Vieira foi perseguido pelos Dominicanos, enviado a Portugal em 1640, sofreu processo da Inquisição, foi condenado e teve a pena anulada. Esteve em Roma e, voltando para o Brasil em 1653, foi para o Maranhão. Começou, então, a preparar a publicação de seus sermões. Um primeiro volume saiu em 1679, impresso na oficina de João da Costa (Lisboa). Um segundo volume saiu em 1682, impresso na oficina de Miguel Deslandes (Lisboa). É considerado o maior escritor português do século XVII.

As obras de Vieira estão divididas em: Sermões, Cartas e Profecias. As obras proféticas são: *Esperanças de Portugal* (carta ao bispo do Japão), *História do futuro* (inacabada) e a *Clavis Prophetarum*, que tem por subtítulo: *De regno Christi in Terris consummato*. Nessa obra profética, chamada *História do futuro*, Vieira vai anunciar o Quinto Império. (ABRÃO, 2012, p. 15).⁶

⁵ PADRE ANTÔNIO VIEIRA: **400 anos depois**/ Organização Léia Parreira Duarte, Maria Theresa Abelha Alves. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2009.

⁶ ABRÃO, Maria. Lembra-te do futuro: **a teologia de António Vieira à luz da história do futuro** – São Paulo: Edições Loyola; Recife – PE: UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco, 2012.

1.1. Os impérios do mundo

No primeiro capítulo da História do futuro, com uma grande convicção, Vieira vai falar a respeito do Quinto Império do mundo.

Segundo ABRÃO (2012, p. 65),⁷ “Vieira o fará com a ajuda de sua leitura teológica da história e com o recurso às Escrituras, nas quais analisa sentidos e equivalências de diversas situações. Sem ignorar outros impérios da história, ele se ocupará apenas dos mencionados pela Escritura e se esforçará em provar que o Quinto Império já está anunciado pelos profetas. Antes de tudo por Daniel em sua descrição e sua interpretação do sonho de Nabucodonosor”.

Por sua vez, Vieira reinterpreta esse sonho e nomeia os impérios e os reinos. Vê o Império Romano (dedos em ferro) em combate contra os turcos e em defesa da fé cristã. Mas há também a fragilidade dos reinos França, Inglaterra, Suécia, Espanha, que não chegam a unir-se e não reconhecem que a guerra travada entre eles é, em muitos casos, uma guerra contra seu próprio sangue. Vieira se lança com tal paixão nessa leitura que denuncia um deslocamento de energia: as energias que deviam servir para fortalecer o Império Romano contra os turcos foram dispensadas contra Portugal. A grande fragilidade desse Império é essa incapacidade de união. A finalidade desse primeiro capítulo, na parte que precede o Livro Primeiro (Jesus, Maria, José), é mostrar, conforme a primeira profecia de Daniel, que após os impérios dos assírios, persas, gregos, romanos, a perdurar ainda quando Vieira escreve, haverá um Quinto e último Império. E segundo ele essa suposição é sustentada pela fé, pela experiência e pela razão.

No segundo capítulo, Vieira toma a visão de Daniel: as quatro bestas saídas do mar. Apoiando-se nos antigos comentadores, afirma que o mar e as tempestades significam respectivamente o mundo, as guerras e perturbações neste mundo quando do surgimento dos novos impérios. Analisa também a possibilidade de interpretação da frase da profecia em que é dito que uma nova monarquia aparecerá nos dias desses impérios. Para não situar essa monarquia no passado, Vieira se interessa por outra possibilidade. No sonho de Nabucodonosor não se trata de quatro entidades ou quatro pessoas, mas de uma só estátua. A duração pode ser tomada em seu conjunto e, desse modo, pode-se afirmar que Deus fará elevar-se no tempo desses reinos o Quinto Império.

⁷ *Ibid.*, p. 65.

No terceiro capítulo trata-se de continuar a argumentar em favor do Quinto Império, dessa vez com a ajuda de Zacarias. Ele mostra antes de tudo que a linha de sucessão dos reis (Nabucodonosor, Baltasar, Hidaspes) e dos profetas (Daniel e Zacarias) não é interrompida.

Visão de Zacarias	Significado	Caminhos diferentes que os carros percorrem
Os carros	Significam os quatro impérios, conforme Zacarias	
Os ventos (suas propriedades de violência e velocidade incluídas)	Significam os impérios segundo a metáfora empegada pelo Anjo	
1º Carro Cavalos vermelhos	Império Assírio Prejuízos, incêndios praticados pelos assírios contra os hebreus (cativeiro de 70 anos, chamado fornalha de Babilônia)	Nada é dito do primeiro, o que prova, aos olhos de Vieira, que os quatro carros representam os quatro impérios
2º Carro Cavalos pretos	Império Persa Tristeza e luto	Dirige-se ao norte (os persas ocuparam a Babilônia, que se situa ao norte da Judeia)
3º Carro Cavalos brancos	Império Grego Cor pacífica, alegre	Seguiu-se o primeiro
4º Carro Cavalos malhados	Império Romano Porque em relação aos hebreus houve tanto o ódio quanto a benevolência	Dirige-se ao sul (os romanos conquistaram o Egito, que se encontra ao sul da Judeia)

E Deus não cessou de fazer suas revelações sempre prometendo um Quinto Império. A resposta do Anjo a propósito da visão de Zacarias é, segundo os exegetas, tão enigmática quanto a própria visão.

A seguir Vieira se aplicará a identificar quem são os vigorosos do Império Romano de que fala o Anjo em Zacarias 6. Eis sua linha de raciocínio:

- a) os romanos não conquistaram o mundo; eles não chegaram à América, que é uma metade do mundo;
- b) como então o Anjo poderia fazer alusão aos romanos dizendo que percorreram todo o mundo?

Vieira coloca em diálogo dois autores: Sanchez e Cornélio a Lapide. Sanchez identifica aos espanhóis os vigorosos de que fala o Anjo. A indicação dos romanos está largamente compreendida como a origem dos reis da Espanha vindos dos godos que lutaram pelo Império Romano. Cornélio refuta. Vieira também, lembrando que a Espanha e Portugal foram colônias dos romanos. Eles eram cidadãos romanos. É por isso que os mais fortes dos fortes, a seu ver, são os portugueses, porque estes, mais que os espanhóis, mereceram a descoberta das terras do Oriente, por terem sido expostos ao maior perigo e ao maior desafio. Mas no final do Livro Primeiro a frase permanece inacabada...

1.2. O Império de Cristo e dos cristãos

Abre-se o Segundo Livro. Na tentativa de explicitar qual será esse Império, Vieira começa por uma definição importante para ele:

[...], é conclusão certa e de fé que este Quinto Império de que falamos, anunciado e prometido pelos Profetas, é o Império de Cristo e dos Cristãos. (VIEIRA, HF I, p. 459).⁸

Ao fazer ainda alusão à profecia de Daniel, ele designa o Cristo como sendo a pedra que faz cair a estátua e as quatro monarquias. Para o simbolismo dessa pedra ele evoca os Padres e comentadores católicos e reconhece que por um lado os hereges, por outro os próprios rabinos compreendem que o Reino do Messias está aí profetizado.

⁸ Obra completa Padre Antônio Vieira: Tomo III profética, volume I: **História do futuro e voz de Deus ao mundo, a Portugal e à Baía**/ direção José Eduardo, Pedro Calafate. – São Paulo: Edições Loyola, 2015.

Para sua argumentação da analogia Cristo-Pedra, Vieira apoia-se nos textos de Gênesis (28,10-22), Êxodo (17,1-7), 1 Samuel (17,40-52), Salmo (117), 1 Coríntios (10,3-4).

Para confirmar que esse Império é do Cristo, ele menciona a segunda visão de Daniel. Entretanto, apoiando-se sobre a mesma visão, observamos um acréscimo importante: esse império é o do Cristo e dos santos do Altíssimo neste mundo. Esta é a interpretação que ele dá a Daniel 7,18: Os que receberão os reinos são os santos do Altíssimo, e eles conservarão o reino para sempre, de eternidade em eternidade.

Para ele importa agora explicitar o que se deve compreender pelo termo santo. E o faz argumentando por meio das Escrituras, principalmente da epístola aos Filipenses, dos Atos dos Apóstolos, da epístola aos Coríntios e da epístola aos Romanos. A palavra é para ser entendida associada à palavra cristãos, como atestam diferentes passagens das cartas de Paulo aqui evocadas. Essa denominação, Vieira a justifica em virtude da santidade da lei do Cristo. Assim, vemos no corpo do texto três afirmações referentes ao reino e ao império dos santos.

Para responder a essas questões, Vieira quer provar que tanto para Teodoreto (entre os Padres gregos) como para Tertuliano (entre os latinos) há um consenso a propósito da concepção do Quinto Império. Para ambos, esse Império é o do Cristo e dos cristãos. Mas é reservado para o outro mundo, pois, segundo Tertuliano, esse Império possui características incompatíveis com este mundo: ele é perpétuo, incorruptível e eterno.

Contudo, Vieira prossegue sua argumentação, que visa a demonstrar que esse Império profetizado por Daniel é terrestre e já se realiza aqui embaixo. Em sua profecia Daniel fala de uma pedra que cresceu e se fez um monte tão grande que ocupou e encheu toda a terra. A noção de crescimento, segundo Vieira, não pertence ao céu, mas à terra, uma vez que a plenitude já foi atingida. Reconhece que esse Império subsistirá com o Cristo e os cristãos na glória da eternidade. Entretanto, afirma: “Mas nem por isso há de deixar de ter na Terra a grandeza que nestes textos lhe é profetizada e prometida, antes a razão de haver de ter tanta grandeza no céu, é porque a terá primeiro na Terra” (VIEIRA, HF I, p. 465).⁹

⁹ *Ibid.*, p. 465.

Apoiado na segunda visão de Daniel, Vieira chama a atenção à nuance do texto, que não fala do reino do céu, mas do reino que está abaixo do céu. E os súditos serão os reis do mundo. Para ele, evocar o serviço dos reis a esse Império é, pois, uma indicação a mais para mostrar que esse Império começa na Terra.

Como então compreender a asserção que diz respeito à dimensão eterna desse Império? Como pode ela coexistir com a afirmação de que esse Império pertence à Terra? Para Vieira, tudo se decide no nível de uma interpretação correta da palavra eternidade: “Pela palavra eternidade não se entende rigorosamente duração sem fim, senão continuação e permanência de muito tempo” (VIEIRA, HF I, p. 466).¹⁰

As imagens da visão de Daniel, evocando quase uma cena do julgamento final, são para nosso autor a ocasião de explicitar sua compreensão e a distinção entre julgamento final e julgamento particular. Conforme Vieira, no juízo final Cristo virá julgar os vivos e os mortos no fim do mundo. No juízo particular, o Pai Eterno tirará os reinos das mãos dos tiranos para devolvê-los ao seu Filho. E mais: para que esses reinos sejam dados ao Cristo e aos cristãos.

1.3.O Império do Cristo no mundo é espiritual e temporal

Vieira procede ao exame da primeira possibilidade. Tendo como base o testemunho dos Evangelhos, ele olha o que Cristo fez, disse e pregou durante o tempo de sua vida terrestre. Eis, por ordem, os verbos que utiliza para falar de sua ação: ensinar, ser luz, alumiar, lançar fogo, encher e informar a lei, animar a letra pelo espírito, vencer o demônio e expulsá-lo do mundo, separar, pregar, abrir as fontes da graça, lavar por seu sangue, morrer por nós, dar seu amor. Está claro, pois, que seu Reino e seu Império são espirituais e continuarão a sê-lo. O quarto capítulo expõe a opinião dos que negam que o Império do Cristo seja temporal.

Sua pergunta pode ser assim formulada: o Império e o domínio espiritual excluem o domínio temporal? Ele não ignora que vários teólogos (tais como Vasques, Agostinho, Ambrósio, Atanásio, João Crisóstomo, Tertuliano), baseados na Escritura, consentem apenas no domínio espiritual. (VIEIRA, HF I, p. 473).¹¹

¹⁰ Ibid., p. 466.

¹¹ Ibid., p. 473.

De fato, muitas passagens das Escrituras podem ser evocadas para mostrar que o Reino e o Império do Cristo não são de modo algum temporal, mas estritamente espirituais — principalmente Salmo 2, Salmo 64, Isaías 9, Jeremias 23, Zacarias 9, assim como a passagem em que o Cristo, diante de Pilatos, afirma ser rei e acrescenta: “*A minha realeza não é deste mundo*” (João 18, 36). Vieira explicita o argumento dos que não reconhecem que o Cristo tenha sido rei temporal.

Se isso fosse verdade, diz ele, Cristo seria rei quer por direito natural, quer por direito divino ou humano. Por direito natural, ter-lhe-ia sido necessário ser filho ou herdeiro de um rei.

Por direito divino, isso também não parece possível, pois quando a Escritura atribui a realeza ao Cristo ela não nos obriga a compreendê-la no sentido de um reino ou de um império temporal, mas evoca o sentido espiritual. Por direito humano, ter-lhe-ia sido necessário que a comunidade dos homens do mundo inteiro lhe desse seu consentimento e o elegeisse.

É no quinto capítulo que Vieira proporá e sustentará a opinião afirmativa, pois a seu ver não há incompatibilidade. Para sua argumentação, a categoria tempo é importante. O tempo permite fazer evoluir a compreensão dando-lhe novas luzes. Por isso dá um novo estatuto à palavra temporal e, a seguir, às realidades corporais. Desse modo ele recusará que o espiritual não considere o temporal. Sua afirmação o demonstra: Nem sempre é maior a espiritualidade que se opõe ao corpo. Por essa expressão fica manifesto que Vieira quer estabelecer um diálogo fora do circuito do medo. Trata-se de um medo que rejeita tudo o que se refere à dimensão corporal e, associado a ela, à dimensão temporal.

História do Futuro (2015, p. 474)¹² descreve:

Não fazem menos santo a Cristo, nem querem fazer menos espiritual o Mundo, os que reconhecem em Cristo, o domínio temporal dele. Porventura ofende a Deus, enquanto Deus, o ser senhor e criador de todas as cousas corporais, e o ter em sua própria essência eminentemente as ideias de todas elas? Antes deixava de ser Deus, se assim não fora. Pois o domínio soberano, que é perfeição em Deus (digamo-lo assim), por que há de ser menos decência em Deus Homem?

O argumento de Vieira orienta-se então ao Criador de tudo. Colocando no próprio Deus, enquanto fonte de todas as coisas, a realidade corporal e temporal do homem, ele combate uma

¹² *Ibid.*, p. 474.

concepção falseada que colocaria o espiritual ao abrigo e distante de possíveis contaminações temporais. Mas tentemos delimitar ainda mais sua compreensão do Império temporal do Cristo. Num primeiro momento ele o define negativamente. Este Império não é submetido às mudanças e inconstâncias do tempo, não recebe a grandeza e as honras como é costume no mundo. Sobre este ponto, Vieira observa um consenso entre as Escrituras e os Padres. E fica assim orientado o sentido da palavra do Cristo: “*Minha realeza não é deste mundo*” (João 18, 36).¹³

Positivamente, e este é o segundo momento, o Império temporal do Cristo é para ele:

“[...] um domínio soberano e supremo sobre todos os homens, sobre todos os reis, sobre todas as cousas criadas, com poder de dispor delas a seu arbítrio, dando e tirando reinos, fazendo e desfazendo leis, castigando e premiando, com jurídico tão própria e direta sobre todo o mundo como a que os reis particulares têm sobre seus vassallos e Reinos, antes com muito maior, mais perfeito e mais excelente domínio, não dependente como eles das criaturas, mas absoluto, soberano, sublime e independente de todos.” (VIEIRA, HF I, p. 477).¹⁴

Portanto, segundo ele, ninguém e nenhuma realidade se subtrai àquele que é o Mestre de tudo: o Cristo. Toda a humanidade, mesmo os homens que detêm o maior poder sobre a terra, aqui evocados na figura dos reis, bem como todas as coisas criadas pertencem a seu domínio. Mas com isso Vieira não contribui para dar a imagem de um Cristo que intervém ininterruptamente nos negócios humanos, erigindo-o como legislador, juiz do mundo?

Ao mesmo tempo, o fim do parágrafo pode aclarar a compreensão do texto: trata-se para ele de afirmar a autonomia absoluta do Cristo sobre todos e sobretudo. Autonomia no sentido de que nenhuma criatura, seja qual for seu status na sociedade humana, pode perturbar a equidade do olhar de Cristo sobre todos os homens e todas as situações, nem lhe ditar os caminhos a seguir.

Para defender sua posição, Vieira evocará os melhores teólogos que admitem a dimensão temporal do Império do Cristo. E retoma os argumentos dos que se opõem a essa concepção, evocando o testemunho das Escrituras. Compreender os termos rei e reino no

¹³ Bíblia de Tradução Ecumênica, **TEB**, São Paulo: Loyola, 1994.

¹⁴ *Ibid.*, p. 477.

sentido puramente espiritual, como pretendem os opositores dessa opinião, faz violência, para Vieira, ao emprego dessas palavras, que nas Escrituras significam reino e rei temporal e a isso fazem referência. O sentido próprio e natural das palavras, segundo ele, deve ser respeitado, exceto lá onde haveria algum grande inconveniente ou absurdo contra a doutrina da mesma Escritura recebida pela Igreja [...]. Ora, não os compreender no sentido temporal seria um inconveniente contra a grandeza e majestade do Cristo. E, considerando que o título de padre se distingue do de rei, o primeiro se associaria antes ao domínio espiritual e o segundo ao temporal.

Eis para ele um argumento muito importante: antes de sua Ascensão, o Cristo afirma que todo poder lhe foi dado sobre o céu e sobre a terra. Como então o poder temporal não estaria aí incluído? Isso não significaria esvaziar de sentido a palavra pronunciada por ele: *“Toda autoridade me foi dado...”* (Mateus 28, 18).¹⁵

Vieira tem o cuidado de não colocar em um mesmo plano o que ele chama de império espiritual e império temporal, como ilustra a alusão às duas coroas da profecia de Zacarias: respectivamente em ouro e em prata.

Para ele, somente um império temporal pode destruir ou desfazer um império temporal. Por quê? Porque, para que tal ocorra, é preciso, a seu ver, oposição entre as mesmas coisas, o que não é o caso quando se trata do império temporal e do espiritual. A profecia de Daniel, no capítulo 7, é para ele igualmente uma prova em favor do império temporal do Cristo. Os impérios temporais não são — tal como ele os compreende — um empecilho a que o Cristo reine espiritualmente. Todos os impérios temporais já estão e sempre estarão submissos ao Império espiritual do Cristo. A soberania temporal lhes será tirada pelo Império temporal do Cristo. Baseando-se no texto de Daniel, Vieira afirma que os cristãos terão esse Império universal sobre a terra. A sequência da afirmação não é tão restritiva. Ao contrário, ele não exclui ninguém. Declara que todos os reis, todos os reinos, todas as repúblicas do mundo nele entrarão.

Há uma evidente recusa da parte de Vieira a atribuir ao Cristo um lugar exclusivamente espiritual. Ele sustenta que seu Império é ao mesmo tempo espiritual e temporal. Se seu Império é universal, como se pode excluir a dimensão temporal?

¹⁵ *Ibid.*, p. 1232.

Recorrendo ao ensinamento dos Padres, ele evoca, entre outros, os santos Cirilo, Agostinho, Bernardo, Irineu, Cipriano, Hilário, Jerônimo e Ambrósio para mostrar que todo poder temporal foi dado a Cristo pelo Pai. Aqui uma distinção impõe-se para ele. Os santos Padres não negam o poder e o Império de Cristo Rei (VIEIRA, HF I, p. 481).¹⁶

O que contestam é a manifestação, a forma de seu reino, que nada tem de comum com os reinos do mundo. Honras, riquezas, poder esplendoroso e opressor não encontram o menor lugar no modo de reinar de Cristo. Eis o ponto para Vieira. Poderíamos talvez formular a questão subjacente ao fim de sua argumentação: a ausência dessas manifestações autoriza a negação de um império temporal? Esconde a realidade desse poder temporal do Cristo?

1.4. O domínio temporal do Cristo

Vieira aplica-se a mostrar no sexto capítulo, sempre se referindo seja às Escrituras, seja às autoridades teológicas reconhecidas em sua época, porque é possível afirmar esse domínio temporal sobre todo o mundo. E assim ele o enuncia:

- 1) pela união hipostática, em que Cristo recebe não apenas o ser e a natureza, mas também todo o poder e domínio sobre o mundo;
- 2) pelo fato de ser filho de Deus, o que o torna herdeiro daquele que é Senhor absoluto;
- 3) pelo ato doador do Pai, sublinhado segundo Vieira muitas vezes nas Escrituras: Salmo 2, Hebreus 1,8, Lucas 2 e ainda: “*toda autoridade me foi dada sobre o céu e sobre a terra*” (Mateus 28, 18).¹⁷
- 4) pelo resgate da humanidade por seu sangue. A humanidade e todos os bens lhe pertencem.

Por uma razão que nos escapa, o quinto título anunciado no início (do capítulo VI) é passado em silêncio no desenrolar dos argumentos, e o leitor encontra-se diante do sexto título, que faz uma afirmação surpreendente. Trata-se de um consentimento geral em face da eleição do Cristo como rei universal, aquele a quem se dirigia a esperança dos que creem. Entre as autoridades escolhidas para fundamentar esta convicção, Vieira faz apelo, por exemplo, a Alberto Pighio, ao profeta Ageu (capítulo 2), à epístola aos Hebreus (capítulo 12) e a uma

¹⁶ *Ibid.*, p. 481.

¹⁷ *Ibid.*, p. 1232.

interpretação do texto dos reis magos vindos para adorar o Senhor, o que indica o reconhecimento dos pagãos e mostra a universalidade do reino de Cristo. Mas como justificar essa espera de um rei fora do contexto hebreu? Quatro meios são aqui privilegiados: a tradição transmitida de geração em geração desde Adão, o amplo intercâmbio entre os pagãos e os judeus, a Escritura Santa e as revelações particulares que fez o próprio Deus.

A tradição transmitida de geração em geração, primeiro meio, supõe que antes de Babel, isto é, antes da repartição dos povos em diferentes nações, a esperança dos antigos era conhecida. Uma vez conhecida, ela pôde continuar a ser propagada a outros meios.

Para mostrar o segundo meio, a influência da esperança judaica sobre os pagãos, Vieira continua a percorrer as Escrituras para ali encontrar vestígios. A afluência dos diferentes povos a Jerusalém conforme os relatos do Antigo Testamento (por exemplo: SI 86, 1Rs 5,14) e do Novo Testamento (At 2,5 ss., que conta o evento de Pentecostes, com sua diversidade de línguas e de povos), os diferentes lugares em que estavam os patriarcas, Abraão (Canaã), Isaac (Gerara), Jacó (Mesopotâmia), com a promessa de uma grande descendência, são alguns exemplos. Também a estada no país do Egito até a terra prometida, passando igualmente por outros cativos (Salmanasar, Nabucodonosor), que foram ocasião de fazer conhecer sua esperança aos povos pagãos.

O período em país estrangeiro, tenha sido ele forçado pelas circunstâncias históricas ou espontâneo, Vieira o lê como um meio do qual se serve a Providência para semear entre os povos a espera que os fizesse viver. De fato, ele indica três ocasiões principais que colaboraram para o anúncio da fé e dessa promessa de Deus: o comércio, os exílios e a pequenez de seu território.

As Sagradas Escrituras, terceiro meio para que o conhecimento da fé chegue aos pagãos, influenciaram amplamente o pensamento e os escritos desses povos. Vieira fará o elogio das Escrituras tentando percorrer seus diferentes relatos, que para ele excelem com relação aos dos pagãos. Relatos que, suscitando a curiosidade e deleitando a inteligência, instruem na fé e na esperança do Cristo.

Um quarto e último meio é, para Vieira, constituído pelas revelações particulares que Deus fez aos homens e às mulheres das nações pagãs. As tentativas de aproximar os oráculos pagãos da esperança cristã não são fiáveis, dado que os textos citados por Vieira não correspondem aos originais nem a suas traduções.

Vieira prosseguirá o sexto capítulo explicitando ainda mais a verdade do Império temporal do Cristo e o que ele recobre. Por que insistir em atribuir ao Cristo tal Império? Antes de tudo, pelo ser do Cristo, em seguida por seu mérito e finalmente pela vontade divina. Vieira não pode conceber uma restrição do poder ou do domínio do Cristo, pois ele é o Senhor de tudo. Esse domínio não está de modo algum em contradição com a prática de sua vida humana. Precisamente, a renúncia a exercer um poder temporal à maneira dos poderosos deste mundo é para Vieira o modo do Cristo de expressar seu domínio das realidades temporais. Domínio que não é maior na medida em que é exercido, mas domínio insigne na medida em que, tendo todo poder, domina escolhendo não dominar. Isto é para Vieira o domínio supremo e universal. Não é necessário que exerça positivamente seu poder como Rei para ter um poder régio. Continuamente ele escolheu um exercício negativo desse poder, isto é, não se servir de seu domínio, [...] porque muitas vezes o mais nobre e o mais generoso uso do poder é não querer usar dele.

Entretanto, Vieira reconhecerá ainda, por meio do testemunho dos evangelhos, alguns aspectos particulares do domínio desse verdadeiro Senhor do mundo, a saber, o chamado dos reis do Oriente, a adoração e os títulos que apresentaram e a entrada deles em Jerusalém para procurar o rei dos judeus.

1.5. O tempo como chave profética

História do Futuro (2015, p. 67)¹⁸ descreve:

O tempo, como o Mundo, tem dois hemisférios: um superior e visível, que é o passado, outro inferior e invisível, que é o futuro. No meio de um e outro hemisfério ficam os horizontes do tempo, que são esses instantes do presente que vamos vivendo, em que o passado se termina e o futuro começa.

A preocupação de Vieira, ao tentar uma definição do tempo, não é especulativa. Ele busca na contingência humana o espaço de uma ação. Se de um lado essa contingência marca os limites, de outro lado esses mesmos limites apontam para uma superação. Mas essa superação é para ele de ordem teológica, pois não é compreendida no sentido de supressão de limites, dado que o homem é marcado pela finitude.

¹⁸ *Ibid.*, p. 67.

A definição de Vieira – que nos pode remeter à reflexão de Agostinho sobre tempo como distensão permite-nos afirmar para ele, mais do que colocar a importância na sucessão entre passado, presente e futuro, trata-se de sublinhar que o presente é o lugar em que o futuro se constrói e onde o passado termina constantemente.

O que pode nos remeter à reflexão de presente inscreve-se, pois, na perspectiva de elaboração incessante entre confluência do passado e gestação do futuro. E o homem é ator de tal elaboração na medida em que acolhe Aquele que vem a ele.

Vieira faz compreender que a aproximação do futuro é da ordem da revelação, de uma iniciativa divina, uma vez que esse futuro pertence a Deus somente. Isso convida a olhar para além do que está diante do homem, isto é, perceber que há um elemento que se acrescenta e que não depende de uma hábil dedução, de intuição ou de esforço em buscar para encontrar a certeza da vida humana no acaso da contingência. Mais que a lembrança do passado ou a espera do futuro, o futuro advém ao homem que Deus escolheu para revelar seus segredos. É quase apesar do homem que tudo isso lhe sobrevém.

No movimento do pensamento de Agostinho, para quem “a sucessão dos tempos não é feita senão de uma multidão de instantes, que não podem correr simultaneamente; que, pelo contrário, na eternidade, nada é sucessivo, tudo é presente, enquanto [...] o tempo não pode ser todo presente” (VIEIRA, HF I, p. 147).¹⁹ O próprio Vieira constata que conhecer o futuro é específico de Deus, para quem todos os futuros são presentes. Isso faz parte inseparável da eternidade, da natureza de Deus. O ser humano se situa nos horizontes do tempo, no presente? Assim Vieira descreve essa relação: “O homem, filho do tempo, reparte com o mesmo tempo ou o seu saber, ou a sua ignorância: do presente sabe pouco, do passado menos, do futuro nada” (VIEIRA, HF I, p. 72).²⁰

¹⁹ *Ibid.*, p. 147.

²⁰ *Ibid.*, p. 72.

Como vai o homem gerir essa limitação? Várias vezes não consegue geri-la. Recusa essa limitação. A análise iniciada por Vieira é de ordem teológica. Ele enuncia algumas graves consequências dessa recusa. Prometer o conhecimento do futuro não foi obra daquele que desde o início se opôs a Deus e a seus projetos? Então, o desejo de conhecer e de antecipar o futuro não somente está contra o Criador, mas seria mesmo incompatível com a condição dos filhos de Deus, uma vez que ao preço de escrutar o futuro o homem mostra-se pronto para substituir Deus, que lhe dá viver o presente, pelos deuses que lhe indicam o futuro próspero ou adverso. Em outros termos: haveria uma estreita relação entre o desejo de conhecer o futuro e a idolatria.

A busca desmedida do menor presságio não é tentação apenas dos antigos:

“[...] falo da cegueira e desatino dos tempos passados, por não envergonhar a nobreza da nossa fé com a superstição dos presentes” (VIEIRA, HF I, p. 66).²¹

Se é verdade que esse desejo permanece atual, é igualmente verdade que conheceu e conhece a decepção dos presságios não realizados porque fundados na mentira. Esse tratamento teológico da dimensão temporal lembra a impossibilidade de um perfeito domínio dos acontecimentos e denuncia uma fuga do presente que, por isso mesmo, impede a síntese do passado e não permite ver que o futuro está acontecendo. Mas a dependência de Deus não deve ser capitulação por um jogo de forças entre seu conhecimento perfeito e nossa perfeita ignorância. Desde o primeiro capítulo da História do futuro uma tensão aparece entre o tempo e a relação da humanidade com Deus. Essa tensão pode situar-se igualmente no âmbito de uma articulação ou da impossibilidade de uma articulação entre a palavra da fé que apela a uma entrega de si na incerteza ou no desconforto do futuro e a concretização do tempo no instante presente. Vieira começa a sugerir outro tipo de relação.

Diante da impossibilidade de ter influência sobre o futuro, o projeto de escrever uma História do futuro seria também, por sua vez, fadado ao fracasso? Nem o próprio Vieira dispõe, ao menos não mais que os outros de uma revelação definitiva e convincente capaz de entregar o futuro a Portugal, à Europa ou ao mundo. Como então falar desse futuro? O projeto parece audacioso e insensato: escrever a História do futuro para o presente. Eles escreverão histórias do passado para os futuros, nós escrevemos a do futuro para os presentes. Terrível dificuldade. Será que sua história se situaria então no hemisfério inferior e invisível que é o futuro? Mas ele

²¹ *Ibid.*, p. 66.

não nos entrega os meios que lhe permitirão chegar a isso. Limitar-se-á a afirmar a possibilidade do que pretende: Se já no mundo houve um profeta do passado, por que não haverá um historiador do futuro? É sua decisão servir-se das leis da história para falar do futuro. Frase que pode soar quase como uma provocação. Como é possível escrever a História do futuro para o presente? Ou, ainda uma vez, a História do futuro seria somente um título original e astucioso, um artifício para fazê-lo escapar à pressão da Inquisição?

Teríamos tendência a dizer que Vieira se contradiz servindo-se tanto das Escrituras em toda a sua História. Não se serve ele de uma história passada para construir seu projeto? Procurando mais atentamente, vemos que nos dá uma preciosa indicação para compreender a novidade de seu projeto:

“Quando Adão saiu flamante das mãos de Deus, abriu os olhos e viu tanta coisa, e todas mais antigas que ele; não eram elas as novas, era ele o novo. A novidade da nossa *História* há de ser mais dos leitores que dela” (VIEIRA, HF I, p. 167).²²

A afirmação precedente da singularidade de sua História encontra então aqui sua relativização, uma vez que não pretende ser uma novidade em si, mas indica uma forma de leitura que, abrindo os olhos de seus leitores, os resgata do esquecimento, da obscuridade, da ignorância, da distância, da negligência.

Como sua História, o tempo aparece também portador de novidade, não apenas porque traz o futuro, mas porque não é semelhante ao passado. Disso podemos reter um primeiro indício para descartar a concepção do futuro como repetição do passado. Não se trata de um movimento cíclico, nem de uma história escrita antecipadamente e que tende inexoravelmente a desenrolar-se conforme o que fora prescrito.

O tempo do futuro é apreendido como um tempo não distante, mas que em curto prazo tornar-se-á presente. Esse tempo é também o do cumprimento da promessa e da esperança que vivificam a humanidade.

Notamos que está presente em Vieira, ainda que sem desenvolvimento direto e significativo, a ideia do tempo como criatura. Essa reflexão, já feita por Agostinho no contexto

²² *Ibid.*, p. 167.

do debate de um tempo anterior à existência do mundo, não é retomada por Vieira. Ele parece antes ocupado, na perspectiva da *História do futuro*, em mostrar que o tempo não é um obstáculo entre Deus, que vive na eternidade, e a humanidade, submissa às leis do tempo.

Pensando o tempo como uma criatura, ele dá a entender, por meio de uma alusão a Romanos 8,38-39, que Paulo lança um desafio também ao tempo ao afirmar que nada pode nos separar do amor de Deus manifestado em Cristo Jesus. Aceitando que Deus seja Deus, o ser humano acolhe em sua contingência a única certeza que pode ser decisiva em sua vida.

Vieira não quer fazer papel de adivinho. Trata-se para ele de fazer com sua História conforme uma de suas expressões paradoxais uma cópia do retrato, antes dos originais.

História do Futuro (2015, p. 67)²³ descreve:

Impossível pintura parece, antes dos originais, retratar as copias, mas isto é o que fará o pincel da nossa História. Assim foram retratos de Cristo Abel, Isaac, Joseph, David, antes do Verbo ser homem.

O Cristo é a realidade que ilumina todas as outras: as que o precederam e as que vieram após ele. A História do futuro seria uma tentativa de fazer as cópias antes dos originais. Ao fazer esta analogia, Vieira faz-nos pensar na terminologia utilizada na carta aos Hebreus, onde se trata, no contexto do culto, de os ritos e os sacrifícios serem considerados como cópia e sombra das realidades celestes (cf. Hb 8,5; 9,23; 10,1).

Seu modo de proceder está longe de provocar evasão do presente. Há uma interdependência de base entre este e o futuro. Muitas tentativas de articulação entre os dois serão feitas por Vieira, e ele não vai dissimular a importância do presente no conjunto de seu projeto.

A reflexão feita, por exemplo, no Sermão do Primeiro Domingo do Advento, em 1650, ilustra a seriedade de sua preocupação com o tempo. Vieira chama a atenção para o que ele chama de os pecados do tempo:

²³ *Ibid.*, p. 67.

Uma das coisas de que se devem acusar e fazer grande escrúpulo os ministros são dos pecados do tempo. Porque fizeram o mesmo que vem o que se havia de fazer o passado: porque fizeram amanhã o que se havia de fazer hoje: porque fizeram depois, o que se havia de fazer agora: porque fizeram logo o que se havia de fazer já. [...] a fazenda pode-se restituir, a fama, ainda que mal, também se restitui, o tempo não tem restituição alguma. (SERMÕES, 1951, p. 55-57).²⁴

Retardar ou protelar o que deve ser feito traz consequências que podem ser decisivas. Os instantes que o homem deixa escapar não lhe serão jamais restituídos. Têm um peso de eternidade.

Obcecado pelo desejo de dominar o tempo, o homem nem sempre vê o que Deus coloca em suas mãos e perde-se em um combate estéril que lhe deixa um gosto amargo: o irrecuperável passado, o peso do presente e o futuro inatingível.

O que oferece Deus ao homem? Conforme Vieira, o homem tem acesso às promessas e disposições divinas. Infalíveis, elas precedem o conhecimento do futuro do qual são a chave.

No Sermão da Quarta-feira de Cinzas pregado na igreja de Santo António dos Portugueses, em 1672, encontramos também elementos que ajudam a compreender a significação dada ao tempo:

Se quereis ver o futuro, lede as histórias, e olha para o passado: se quereis vê o passado, lede as profecias, e olha para o futuro. E quem quiser ver o presente para onde a de olhar? [...]. Digo que olhe juntamente para um e para outro espelho. Olha para o passado e para o futuro, e vereis o presente. A razão ou consequência é manifesta. Se no passado se vê o futuro, e no futuro se vê o passado, segue-se que no passado e no futuro se vê o presente, porque o presente é o futuro do passado e o mesmo presente é o passado do futuro (VIEIRA, HF I, p. 186).²⁵

Ele convoca seus auditores à responsabilidade diante da vida como que para fazer compreender que o futuro não se improvisa. Constrói-se. Não se trata de simples preocupação com a morte. É a própria vida em toda a sua concretude que é assim implicada. Isso não deve

²⁴ **SERMÕES**. Pref. e rev. Rev. Pe. Gonçalo Alves. Porto, Lello & Irmão, 1951, v. 1., p. LXI – LXIV.

²⁵ *Ibid.*, p. 186.

desencorajar a questão do quando, mas levar a uma reflexão sobre a responsabilidade pessoal, que não pode ser evacuada, transferida ou atrasada. O tempo aparece também caracterizado pela responsabilidade humana. Cabe ao homem dar a seu tempo a orientação que escolhe. Ele é sempre o lugar de encontro com a eternidade.

Na perspectiva de Vieira, não se trata de recriar, mas de fazer memória das diferentes etapas da história da salvação. Sua fé vai mais longe. Trata-se para ele de crer que essa história da salvação não é um acontecimento passado, mas atual, que não cessa de produzir frutos. Fazer memória das ações de Deus para com seu povo ou de sua manifestação aos profetas leva à tomada de consciência da atualização de seu desígnio de salvação no hoje, no qual se atualiza igualmente o futuro da promessa. Melhor ainda. O desígnio de Deus atualiza a ação humana e a torna efetivamente contemporânea. Ela faz que o homem pertença ainda mais a seu tempo.

Observamos que na intuição de Vieira o tempo é um aliado do homem em sua compreensão do mistério de Deus. Mas ele nos obriga a dar um passo a mais. Essa compreensão está em estrita dependência de um elemento que escapa igualmente ao domínio humano. Para completar o círculo dessa compreensão, o elemento-chave é a hora de Deus, à qual já fizemos alusão anteriormente.

Há um tempo para o homem. Um tempo de vencer todas as dificuldades, para acanhar todos esses receios, para pisar todos os impossíveis, e para navegar segura e venturosamente os mares nunca dantes navegados? Deus fixaria prazos, indiferente à busca, ao trabalho, ao desejo humano? Há um tempo para Deus?

História do Futuro (2015, p. 144)²⁶ descreve:

[...] e enquanto este tempo não chega, por mais doutos, sábios e santos que sejam os expositores daquelas profecias, dirão cousas muito discretas, muito doughtas, muito santas e muito variadas, mas o certo e verdadeiro sentido delas ficará oculto e escondido, porque passaram todos por ele, sem o entenderem nem penetrarem.

Esta hora não seria antes um elemento paralisante do tempo, da história, da ação humana?

²⁶ *Ibid.*, p. 144.

Ao afirmar que é regra ordinária da Providência Divina que as profecias se não entendam, senão quando já tem chegado ou vai chegando fim delas, Vieira pode nos sugerir respeito pelo curso da história. A hora, que não é um movimento unilateral de Deus em direção ao homem, mas supõe a reciprocidade, não pode ser compreendida, no sentido que lhe dá Vieira, fora da dinâmica do encontro entre a graça e o livre consentimento humano. Essa hora poderia ser o relâmpago do presente de Deus no presente humano, deixando aí seu rastro.

Vieira refere-se ao tempo numa perspectiva que valoriza seu aspecto positivo como um meio que aproxima ainda mais o homem da vida de Deus e de sua palavra.

Em sua *História* encontramos elementos da reflexão de Agostinho, para quem a eternidade, estando fora do tempo, determina este mesmo tempo. Artesão de todos os tempos, Deus é o Mestre do tempo. Esse domínio do tempo, o senhorio de Deus sobre ele, atravessa toda a História do futuro. A convicção de Agostinho no que diz respeito ao perpétuo hoje de Deus, hoje que não cede lugar ao amanhã e amanhã que não sucede o ontem, é assumida por Vieira e retrabalhada na medida em que ele faz memória da promessa de Deus a seu povo no decorrer de toda a sua obra. Fora da perspectiva desse hoje de Deus a promessa seria condenada a ser fechada. A Palavra recebida por parte do homem, como promessa, seria como a irrupção desse hoje de Deus no presente do homem.

1.6. Suportar a duração do tempo

A leitura teológica da história feita por Vieira lembra que a promessa de Deus sempre se realiza. Entretanto, Vieira admite que possa haver um retardamento. O tempo ao qual o homem é submisso bem como a sua duração ameaçam fazê-la cair no esquecimento. Será que Vieira quer com isso sugerir-nos que a realização da promessa dependeria da consciência que dela tem o homem? Será que o desconhecimento do Autor da promessa impede seu cumprimento?

Na lógica de sua teologia, não se trata de ter influência sobre a promessa. Os termos esquecimento, desconhecimento deve ser ligados, no contexto de sua História, à gratuidade e ao reconhecimento. Gratidão e reconhecimento remetem, por sua vez, não somente ao ver, mas igualmente a certa qualidade de visão que pode manifestar as disposições do coração. Essa qualidade de visão não altera a realidade objetiva: os fatos estão lá. Mas a negligência ou a recusa de os ver impede a leitura do modo como a promessa se cumpre e projeta sempre o homem num futuro que deve lhe trazer o que já vem a ele, mas que ele não reconhece.

A esperança e o tempo estão ligados. A esperança implica durar no tempo. A fuga da duração no tempo pode provocar a infidelidade. Mas o que pode nos permitir esperar no tempo?

Esperar não é tarefa fácil. O próprio Vieira o reconhece: Ainda que seja muito segura, muito firme e muito bem fundada a esperança, e um tormento desesperado o esperar. Ele lembra que várias vezes os profetas foram objeto de zombaria por causa de sua esperança na promessa que tardava a realizar-se. Ao mesmo tempo Vieira reconhece, sem insistir muito, que na história sagrada foi preciso várias gerações até chegar o dia de entrar na terra prometida. É verdade, há esperanças que tardam. Mas há as que vêm. E o reconhecimento das que vêm alimentar e dá forças para esperar as que devem vir. Vieira convida a discerni-las e nelas descobrir a vida de que são portadoras.

A impressão de que as promessas não se realizam semeia a desconfiança da palavra dada. Desconfiança que tem um impacto sobre a atitude humana em relação à esperança no futuro. O homem é então tentado a viver com os olhos colados no passado ou no presente, uma vez que nada há a esperar.

A promessa desperta no coração humano a esperança, e a esperança o abre ao futuro. O binômio promessa-esperança poderia então ser o lugar onde torna-se possível uma síntese harmoniosa do tempo: presente, passado, futuro.

Este lugar é um lugar teológico porque não se trata de uma promessa qualquer nem de uma esperança qualquer. A promessa engaja a Palavra de Deus. Se fosse simplesmente uma palavra humana, poderia levar à ilusão, dada a facilidade com a qual o homem promete o que não pode dar. Mas quando a promessa vem de Deus e nele se fundamenta, ela abre à esperança que não decepciona.

Em sua História, esperança e fidelidade devem ser mantidas juntas. Há o risco de que a esperança possa sofrer a usura do tempo. Neste caso, ela provoca fissuras na fidelidade.

Olhemos mais de perto a afirmação de Vieira: “As esperanças que tardão tirão a vida [...] (*Ibid.*, p. 80). Se ele assim compreende, é preciso igualmente afirmar que as esperanças que vêm de Deus não podem tirar a vida. Ao contrário, dão a vida. Entretanto, seria inútil falar de fidelidade se as esperanças não se realizassem em um tempo mais ou menos longo, conforme o caso. Temos a impressão de que Vieira faz apelo a esta distinção entre esperanças breves e esperanças que tardam para legitimar a audácia de seu projeto e manter o leitor voltado para a iminência do que ele anuncia; trata-se antes de um recurso literário, pois Vieira está bem

consciente de que a história da salvação comporta a tensão entre a realização das esperanças e a longa e difícil espera de uma promessa.

Contudo, não seria coerente com o agir de Deus dizer simplesmente que ele realiza as esperanças prometidas, indiferente ao tempo do homem, porque ele vive na eternidade.

É importante dizer que em seu projeto Vieira compreende que, para levar a sério a revelação de Deus, é preciso considerar que Deus, sem ser submisso às leis do tempo, compromete-se com o homem que vive no tempo, dando-lhe sua palavra, entregando-lhe sua promessa e conduzindo-o à sua realização que é o final de um processo. Comprometendo-se dessa maneira, Deus não destrói nem as liberdades, nem as leis do tempo. Para isso, bastaria considerar na própria História do futuro o tempo que Portugal viveu sob a dominação de Castilha, apesar da promessa feita a D. Sebastião. Quanto tempo tiveram de esperar?

Quais alternativas poderiam nos ajudar a compreender melhor a afirmação as esperanças que tardão tirão a vida [...]?

O leitor apressado que lesse esta frase isoladamente poderia tomá-la como crítica do modo de agir de Deus, que faz o homem esperar até a morte.

Observemos antes de tudo que, para falar das esperanças de que tardão, Vieira inspira-se no livro dos Provérbios 13,12.

Ora, a esperança é precisamente nomeada esperança quando é portadora de vida, como vimos acima. O que tira a vida é a falta de esperança. Esqueceria Vieira que o tempo em que nada parece acontecer, onde as esperanças tardam, concorre também para a realização da promessa, na medida em que é tempo de amadurecimento da fé? Não seria então mais apropriado falar em cumprimento da promessa que tarda?

O conjunto da *História do futuro* não nos autoriza a avançar que Vieira critica a ação de Deus, uma vez que não cessará de exaltar a fidelidade de Deus à sua promessa. Sua afirmação tem aí a função de contraste: as esperanças de Portugal às quais Vieira faz alusão não são da ordem do mesmo prazo.

A questão da brevidade das esperanças de que fala Vieira é para se ler em ligação com a iminência da vinda do Quinto Império, sua profunda convicção.

Ao destacar a viabilidade de seu projeto, Vieira serve-se ao mesmo tempo das comparações com o povo eleito, que esperou tanto tempo a realização da promessa de Deus. O tempo decorrido entre a palavra da promessa e a concretização do objeto da esperança é tempo de provação da fé e da paciência. Mas também tempo de discernimento contínuo, uma vez que a promessa a se realizar, já no presente, dá indícios, sinais anunciadores de sua realização em breve ou longínquo.

É ainda importante, para Vieira, precisar sua compreensão do futuro. No capítulo precedente deste trabalho fizemos alusão às duas definições: Um futuro que há de vir, e outro futuro que já vem. As duas formas de futuro implicam discernimento, atenção vigilante e provação. Implicam também certa renúncia a respostas imediatas às próprias questões.

Se assim não fosse, depois de ter dito que o futuro ao qual se refere é aquele que já vem, por que Vieira exortaria à paciência, à constância e à consolação nos trabalhos? Isso pede ao homem a fé, uma vez que, conforme Vieira, a fé é o fundamento da esperança. Mas, por sua vez, a fé é fundada nas Escrituras. É pelas Escrituras que o homem pode ler as promessas de Deus e aí reconhecer sua fidelidade no cerne das ambivalências que a atravessam.

Para Vieira, a esperança não é destinada a ser uma posposição indefinida da promessa de Deus. Quando Deus promete, ele realiza a promessa.

Mesmo quando castiga o povo, essa punição não é perpétua. Deus será favorável e a remissão virá de onde não se espera. Vieira faz aqui alusão à esperança que se tinha em D. Sebastião. Era ele o esperado, e não D. João IV.

É difícil não reconhecer no projeto de Vieira alguns traços do que se convencionou chamar de milenarismo. Teremos ocasião de olhar um pouco mais de perto como esses elementos estão presentes na História do futuro.

1.7. O trabalho da memória e da esperança

Quem diz gratidão e reconhecimento, como o faz Vieira ao longo de toda a sua obra, diz história. História de uma relação, história constituída de fatos.

O objetivo do livro de Vieira é claro e explicitado por ele mesmo. Ele quer fundamentar a esperança porque toda ela se emprega em provar a esperança em um novo Império.

Encontramos o trabalho da memória também evocado em vários de seus sermões. Há a constante preocupação de reler a Escritura com seus auditores conduzindo-os a outra história para fazê-los tirar todas as consequências da história deles. Essa pedagogia de Vieira remete às promessas, mas também às exigências de uma vida que se pretende cristã.

Em um contexto que não é litúrgico, presente na História do futuro. Ele convida seus leitores a fazer memória da história do povo de Israel, a considerar os profetas que lhe foram enviados antes e durante o cativeiro da Babilônia.

Como discernir a esperança? Ela não é sempre semelhante nem sempre autêntica. Vieira propõe algumas distinções: esperanças do discurso e esperança da fé, esperança no humano e nas promessas da Palavra de Deus.

Para ele há uma estreita relação entre sofrimento do povo e surgimento dos profetas e das profecias. Essa estreita relação não é acidental, mas querida e ordenada pela Providência, com a finalidade de consolar e dar esperança ao povo.

Já tivemos ocasião de ver o papel da profecia e considerar que é um meio pelo qual Deus entrega sua palavra e sua promessa a seu povo. Vieira está convencido de que essa realidade não mudou. Ele gostaria que sua *História* fosse portadora de esperança. Mais ainda. Num entusiasmo que poderia beirar o delírio, ele anuncia várias vezes a superioridade de seu empreendimento: “[...] está história intenta manifestar ao mesmo mundo aqueles segredos ocultos e escuríssimos que não chegam a penetrar o entendimento” (*Ibid.*, p. 67).

É curioso que, mesmo prometendo falar do futuro e dos sucessos que Portugal conhecerá, Vieira passe em revista a história do povo de Israel. Um verdadeiro exercício de memória, como para descobrir quais eram suas provações, suas atitudes, seu apoio, suas esperanças. E como para descobrir o agir de Deus nas circunstâncias concretas. Isso dá a Vieira elementos bastantes para reconhecer na humanidade certos traços e tendências conhecidos e para demonstrar que Deus mantém-se fiel a si mesmo. Se isso é verdade para o passado, não poderia ser de outro modo para seu povo, sua geração e para as gerações que virão. Daí o esforço de rememoração, encontrando os paralelos para os reis e para os profetas. Mas esse esforço não se limita a uma reprodução infantil da história do povo de Israel. Vieira busca na profecia de ontem o sentido para a história de seu povo. Melhor. Para ele, a profecia não é de ontem. Vieira não pode sonhar com o *Quinto Império* senão porque relê a profecia. Ela tem o valor e o peso do presente.

Essa atitude, que supõe antes de tudo um ato de fé, manifesta a certeza para os que creem: o homem não vive apenas das contingências de sua história. Esta é atravessada por um sentido que é condição para avançar com segurança em direção ao futuro. Não em direção a um futuro em que Deus espera o homem e o segue com o olhar, no decorrer de suas provações. Com Deus no meio de suas contingências, o homem pode se dispensar da adivinhação, pois com Deus o futuro já lhe é dado. Não sob a forma da ausência de conflitos, mas na certeza de que a última palavra é a palavra da fidelidade. Os acontecimentos presentes, embora carregados de sentido para o olhar daquele que crê, não circunscrevem a vontade de Deus - mesmo que a manifestem de um modo ou de outro. Essa vontade que se dá a conhecer no hoje é além do hoje.

A esperança não anula nem mascara a realidade objetiva – na ocorrência, a opressão sofrida, mas alivia seus efeitos, uma vez que abre os olhos para que se veja, além da provação, a liberdade que virá e dará força para suportá-la. Ela pode igualmente dinamizar a ação. A história do povo de Israel não é estranha a Portugal. Este é convidado a reconhecer, por sua vez, a história de sua Babilônia, de seu cativo e das opressões das quais foi vítima. Nesse trabalho de memória está incluída a consideração do sentido do tempo da provação.

Para Vieira, conhecer as promessas e as disposições divinas permite viver de outro modo e superar de outra maneira os obstáculos. Sem dificuldade, ele passa, em seu texto, da promessa à profecia, sublinhando que um pequeno número que confia na profecia pode vencer um exército que não a teme.

Ao contrário da dúvida, a fé na profecia dá audácia para a ação. É por esse prisma que Vieira lê as conquistas dos portugueses, atribuindo-lhes como motivação a promessa do Cristo ao primeiro rei português. Sim, Vieira está convencido da missão confiada aos portugueses: levar o Evangelho aos povos distantes e aí fundar o Império do Cristo. Para ele, mais que à audácia humana, os acontecimentos do ano 1640 são devidos à confiança que o povo teve nas profecias.

Entre a profecia e o ver Vieira estabelece uma estreita relação: Suposto, pois, que os profetas se não se hão conhecer pelo número, por onde se hão de conhecer? Por três coisas: pelos olhos, porque o vê é o fundamento de profetizar. Os Profetas na Escritura chamam-se Videntes: os que veem. “[...] Os discursos de quem não viu são discursos; os discursos de quem viu são profecias” (*Ibid.*, p. 207).

Mas para Vieira o reconhecimento do verdadeiro profeta vai também acompanhado de uma adesão existencial à fé. Não se trata de uma visão que, exterior ao homem, o invade apesar dele e, depois de se dar a conhecer, o deixa indiferente. O profeta conserva os traços do que vê e do que anuncia.

Se quereis profetizar os futuros, consulta e as entranhas dos homens sacrificados: consultem-se as entranhas dos que se sacrificaram e dos que se sacrificam; e o que elas disserem, isso se tenha por profecia. Porém consultar de quem não se sacrificou, nem se sacrifica, nem se há-se sacrificar, é não querer profecias verdadeiras; é querer cegar o presente, e não acertar o futuro.

[...] Quando duvidardes de algum se é Profeta, ou não, observareis esta regra: Se o que ele disser antes suceder depois, tende-o por verdadeiro Profeta: mas se o que ele disser não suceder, tende-o por Profeta falso. Não pode haver sinal, nem mais fácil, nem mais certo (*Ibid.*, p. 208).

A função da profecia é para ele não apenas dar a esperança indicando a felicidade por vir, mas indicar que ela já está presente no hoje. Poderíamos mesmo dizer que, segundo ele, a felicidade não está no futuro, senão está em germe no presente.

Na perspectiva desse trabalho de memória e da esperança, o que está em jogo é a própria inteligibilidade da história. Entretanto, no projeto de Vieira, essa inteligibilidade está estreitamente ligada com o modo de nomear Deus e com o papel que ele lhe atribui.

2- A NOMEAÇÃO DE DEUS

Olhando o livro dos Prolegômenos, podemos observar que são abundantes as referências a Deus. Menos numerosas são as referências ao Cristo e ao Espírito Santo. É esclarecedor observar os títulos que Vieira atribui a cada uma das Pessoas divinas quando as cita.

2.1. A primeira Pessoa divina

Quando se dirige a Deus no discurso direto ou indireto, ele o identifica e o nomeia¹: fonte primeira de toda sabedoria, Pai das luzes, supremo Senhor, Autor de todas as Escrituras, Divina Majestade, Providência, supremo Criador, supremo Monarca, Divina Providência (*Ibid.*, p. 185), Senhor dos exércitos, Monarca supremo e universal (*Ibid.*, p. 146), Supremo Poder, Senhor absoluto dos reinos e impérios (*Ibid.*, p. 149), primeira e suprema Verdade (*Ibid.*, p.

162), Senhor da terra (*Ibid.*, p. 212), Sabedoria e Providência divinas, Senhor dos tempos (*Ibid.*, p. 175).

Quanto à sua natureza, ele é eterno (*Ibid.*, p. 67), misericordioso (*Ibid.*, p. 92), grande e generoso (*Ibid.*, p. 185), não pode mentir nem dissimular sua palavra e sua promessa (*Ibid.*, p. 142).

Quanto à sua ação, é Aquele que conserva toda a iniciativa, e isso se traduz pelos verbos que Vieira emprega: ele infunde as ciências aos homens, ele se reserva o conhecimento do futuro, mas pode revelá-lo a quem quiser (*Ibid.*, p. 89), forma o mundo, conserva a grandeza do Império do Mundo, é o autor da abundância e da esterilidade (no Egito), funda, distribui, conserva, suprime os reinos (*Ibid.*, p. 117, 129, 131, 146, 149). Também faz promessas (*Ibid.*, p. 92, p. 187), educa seu povo na fé (*Ibid.*, p.92), tira os filhos de Israel do Egito, abre o Mar Vermelho, afoga o Faraó e seu exército, respeita a fé de cada um e tira daí as consequências (*Ibid.*, p. 95), cumpre sua promessa (*Ibid.*, p. 110, 146), tem o poder de dar a vida e de retomá-la (*Ibid.*, p. 96), liberta os seus (*Ibid.*, p. 99), exorta (*Ibid.*, p. 112), repreende, castiga, corrige a revolta dos corações humanos, permite as provações e estabelece-lhes a duração (*Ibid.*, p. 101, 131, 134). Deus age sobre a razão humana (*Ibid.*, p. 121), suscita os profetas (*Ibid.*, p. 129) conforme bem lhe apraz (*Ibid.*, p. 154), fala pelos profetas (*Ibid.*, p. 243-244), decide a unção dos reis (*Ibid.*, p. 138). Sua soberania é absoluta: o que faz, somente ele pode desfazer; só ele pode reerguer ou fazer desmoronar (*Ibid.*, p. 145). Ele revela seus segredos quando bom parece (*Ibid.*, p. 167), pois é o mestre do tempo (*Ibid.*, p. 168-169, 250). É ele que enriquece todas as terras (*Ibid.*, p. 217) e ocupa-se pessoalmente daqueles que ainda não o conheceram (*Ibid.*, p. 221).

Na História do futuro as referências a Deus são visivelmente menos numerosas. Aqui Deus aparece como mestre do Futuro. Ele o manifesta a quem quer (*Ibid.*, p. 249). Ele é o supremo Senhor dos exércitos (*Ibid.*, p. 268), Pai Eterno (*Ibid.*, p. 278, 280, 288, 302, 352), Pai (*Ibid.*, p. 353). Revela de diferentes maneiras o mesmo mistério (*Ibid.*, p. 261), suscita uma nova monarquia (*Ibid.*, p. 265), mostra o futuro àquele que ele envia (*Ibid.*, p. 267) e fala aos profetas (*Ibid.*, p. 279), resgata seu povo e faz dele um Povo Santo (*Ibid.*, p. 281), é senhor e criador de todas as coisas corporais (*Ibid.*, p. 300), Senhor absoluto (*Ibid.*, p. 312), Criador do Céu e da Terra (*Ibid.*, p. 332).

2.2. A segunda Pessoa divina

Jesus Cristo, o Filho, é na maior parte do tempo chamado por Vieira o Cristo tanto nos Prolegômenos quanto na História do futuro. Nos Prolegômenos, vemos que ele apareceu ao rei D. Affonso Henriques (*Ibid.*, p. 91, 132, 146), vem em ajuda aos seus (*Ibid.*, p. 104), coroa os reis (*Ibid.*, p. 132), pede a todos para escutar as Escrituras (*Ibid.*, p. 158), é a Sabedoria Eterna (*Ibid.*, p. 182), abre os olhos dos cegos (*Ibid.*, p. 189), submete os povos ao seu Império (*Ibid.*, p. 239), abre o mar para a salvação dos homens (*Ibid.*, p. 239, 240, 241), é a Suprema Justiça (*Ibid.*, p. 190), o Filho de Deus (*Ibid.*, p. 195), o Esposo (*Ibid.*, p. 197, 198, 215, 217), a Fonte e o Sol (*ibid.*, p. 201).

A História do futuro pô-lo mostra como: a Pedra (*Ibid.*, p. 277, 279, 284), o Messias (*Ibid.*, p. 278, 314), o Verbo (*Ibid.*, p. 278), o Filho do Homem (*Ibid.*, p. 279, 281, 305), o filho (*Ibid.*, p. 280, 312); é ao mesmo tempo Homem e Deus (*Ibid.*, p. 279), o Senhor deste Império, o Soberano Monarca e Monarca Universal (*Ibid.*, p. 279, 311, 313), senhor legítimo e herdeiro do Reino e do Império universal do Mundo (*Ibid.*, p. 288), Rei (*Ibid.*, p. 290, 293, 294, 296, 301, 308, 311, 312, 314, 341, 359, 361), Sacerdote Supremo (*Ibid.*, p. 303, 363, 364), Senhor (*Ibid.*, p. 359) e Mestre (*Ibid.*, p. 306), Senhor dos senhores (*Ibid.*, p. 312), Salvador (*Ibid.*, p. 312), verdadeiro homem (*Ibid.*, p. 278, 353), Mestre e Exemplo de perfeição evangélica (*Ibid.*, p. 356), Cristo e Messias (*Ibid.*, p. 365). A um dado momento, Vieira o identifica também com o Pai quando afirma que as ações do Cristo são as do Senhor a quem, antes de vir ao Mundo, todos os profetas chamaram Pai (*Ibid.*, p. 290). A natureza de seu Reino é perpétua, incorruptível e eterna (*Ibid.*, p. 284).

Com sua palavra e sua ação, o Cristo veio ensinar os homens, ser luz, trazer o fogo sobre a terra, cumprir e informar a lei, animar a letra com o espírito, vencer o demônio e o afugentar do mundo, separar os pais dos filhos para fazer prevalecer a graça sobre a natureza, ensinar o desprezo das riquezas, o valor da esmola, o perdão das injúrias, a verdadeira amizade com os inimigos, a virtude da humildade e a da castidade, pregar o Reino do Céu, a eternidade do Inferno, o rigor do Juízo, o preço da imortalidade da alma. Ele abriu as sete fontes da graça e permaneceu sempre conosco, lavou-nos por seu sangue, morreu por nós e nos deixou seu amor...

2.3. A terceira Pessoa divina

O Espírito ou o Espírito Santo, nomeado como tal, tem um lugar relativamente discreto no desenvolvimento do projeto de Vieira. Entretanto, sobretudo nos Prolegômenos, observamos uma insistência de nos capítulos IX, Vieira sobre a atualidade de sua ação, principalmente XI (em que não há referência explícita ao Espírito, mas somente uma apologia do novo) e XII. Nos Prolegômenos, encontramos afirmações diretas de Vieira: o Espírito continua a ditar as profecias, sendo também o autor das profecias que não são canônicas (*Ibid.*, p. 144), assiste o homem (*Ibid.*, p. 153), a Igreja e sua cabeça (*Ibid.*, p. 199, 200) ensinando-lhes e esclarecendo-os continuamente (*Ibid.*, p. 200), continua a ornar a Igreja com o dom da profecia, apesar de o cânon ter sido concluído (*Ibid.*, p. 159), e a esclarecer os homens. Ele iluminou os Padres da Igreja (*Ibid.*, p. 192, 219), é o Mestre da escola do Cristo (*Ibid.*, p. 199) e é Deus como ele.

Na História do futuro aparece como Aquele que agiu com o Altíssimo no mistério da encarnação (*Ibid.*, p. 278) e designado como aquele que ditou as Escrituras (*Ibid.*, p. 336).

Identidade, ação, missão e incidência das Pessoas divinas na vida humana

Consideremos agora mais de perto essas atribuições feitas às diferentes Pessoas divinas nos Prolegômenos e na *História do futuro*.

Nós nos damos conta de que na concepção de Vieira a primeira Pessoa divina, Deus, o Pai, está em constante atividade. Cada título que Vieira lhe atribui tem seu peso insubstituível. Todos manifestam sua atividade intensa e ininterrupta, a soberania de sua decisão e de sua liberdade, uma vez que não está submisso a nada nem a ninguém, por maior que seja. Para Vieira, essa soberania não é sinônimo de um agir arbitrário. No decorrer de sua História ele afirma e reafirma que Deus dá sua palavra e cumpre sua promessa. A fidelidade a essa palavra dada, ao seu compromisso para com humanidade afasta a ideia de um Deus capaz do menor gesto arbitrário.

A ação de Deus muda o mundo dos humanos. É liberadora, formadora, providencial no sentido de que é previdente e reparadora. Vieira lhe reserva um lugar tão grande que às vezes essa grandeza pode dar a impressão de conduzir à asfixia o ser humano. Chamamos a atenção para os dois títulos atribuídos a Deus por Vieira: ele é mestre do tempo (Vieira sublinha que ele é mestre do futuro) e ele é senhor e criador de todas as coisas corporais. Estas duas atribuições, a nosso ver, estão a serviço da tese que Vieira tem por finalidade sustentar.

Consideremos mais profundamente o que já tivemos ocasião de percorrer precedentemente: para ele o futuro não é o lugar onde habitam as forças ocultas que decidirão a vida humana. Deus é o Mestre do futuro. O tempo é o lugar de sua revelação e de sua autocomunicação. É também a condição da possibilidade de compreender as profecias. Vieira tenta mostrar que, contrariamente ao que se pode imaginar, o tempo não distância da compreensão do mistério de Deus que é a chave do tempo. Ele permite ao homem se reaproximar de seus desígnios. A ideia do senhorio que está acima de tudo está bem presente. Ele não é só maior que os grandes da terra, é o Senhor: Senhor dos exércitos, Senhor dos monarcas, Senhor absoluto dos reinos e dos impérios. Os títulos de Criador do céu e da terra, de Pai nos fazem pensar em Deus como sendo a origem de tudo. Mas é igualmente mestre do tempo. O tempo reenvia à noção de duração e igualmente ao termo dessa duração. Deus é então a origem e o fim de tudo, a quem tendem todas as realidades.

Deus é também o senhor e o criador de todas as coisas temporais. Essa afirmação é de importância capital para Vieira, quando quer desenvolver a argumentação da realeza do Cristo, ao ser questionado se seu império no mundo é espiritual ou temporal.

Fica claro que Vieira se esforçará a todo custo para ressaltar a grandeza de Deus, seu domínio sobre todas as coisas, criaturas, circunstâncias e realidades. Nada escapa ao domínio de Deus. O vocabulário de Vieira o manifesta: Supremo Monarca, Supremo Senhor, Senhor Absoluto. Teria ele necessidade de insistir nisso se, a seus olhos, essa grandeza não fosse posta em questão? Ele tem necessidade de expressar que Deus tem um poder ilimitado que não é submisso aos elementos extrínsecos a ele mesmo nem condicionados por estes. As Escrituras e a história do povo eleito são testemunhas disso. Ele conhece os corações, as resistências humanas, mesmo que venham das resistências dos reis deste mundo. Várias vezes Vieira insiste sobre o fato de que Deus está acima de todos os reis. Ele domina os que dominam este mundo. Vieira faz sobressair o poder e a força de Deus, sua Providência infalível. Nada pode surpreender Deus ou pegá-lo desprevenido. Por todos esses atributos, somos autorizados a concluir que ele é, segundo Vieira, o Mestre da história. Enfatizaria Vieira o domínio de Deus sobre o mundo, sobre os títulos de Monarca Universal, Senhor dos senhores se não estivesse consciente do risco do monopólio do poder e da arbitrariedade com a qual é exercido?

A história não é simplesmente uma sucessão de acontecimentos mais ou menos incongruentes. Sem que o jogo se abra com antecedência, para o homem de fé a história tem uma orientação, ela tende a uma meta. Vieira desmistifica os poderes deste mundo e declara-os

nulos quando não estão a serviço de Deus e em consonância com seu querer. Nesse sentido, chamar a Deus Rei e Supremo Monarca é um modo de despertar a esperança humana no homem de fé e de mostrar que Deus está ao lado dos que sofrem uma dominação, sujeitos a um poder humano contra o qual toda resistência não é eficaz. Para Vieira a história se apresenta como um terreno de preparação de opções muito concretas na sociedade humana, opções que devem ser para os cristãos iluminadas pela decisão de fé, lugar do início da realização da promessa de Deus. Desse modo, a atividade de Deus no mundo suscita, e não substitui, a ação humana.

Passemos à segunda Pessoa divina. Nos *Prolegômenos*, os títulos que Vieira lhe reserva coincidem em parte, se bem que com algumas nuances, com os que ele atribui a Deus, o Pai, como, por exemplo: Sabedoria Eterna, Soberano Monarca, Rei, Senhor dos senhores, o Esposo. Entre as ações enumeradas, a de abrir o mar para a salvação dos homens e a de coroar os reis também nos remetem antes a Deus, Pai e Criador.

Se nos *Prolegômenos* o maior espaço é deixado a Deus, na *História do futuro* propriamente dita é a pessoa de Jesus Cristo que polariza o olhar. Podemos ver mais claramente que os títulos dados traduzem a missão específica do Filho Messias, Salvador, assim como uma preocupação em afirmar a humanidade de sua Encarnação e a divindade de sua humanidade. Seu título de Rei e, ao mesmo tempo, sua realeza serão mais acentuados e explicitados. A ideia de domínio dos acontecimentos está também muito presente. Ele é o Senhor e o Mestre.

É nos *Prolegômenos* que Vieira fará com mais frequência alusão à terceira Pessoa divina (o Espírito Santo) e à sua obra. Algumas vezes, sem que seja expressamente nomeada, o leitor é levado a reconhecê-la pela ação que Vieira descreve. Confessando que o Espírito é Deus como o Cristo, Vieira coloca em evidência o papel constante do Espírito de assistir o homem, a Igreja e sua cabeça. Se o cânon está concluído, a profecia não está. O Espírito não cessou de exercer seu papel. Essa certeza da assistência ininterrupta do Espírito que não é em nada menor que fora outrora justificar talvez a firmeza de sua convicção com relação às profecias contemporâneas. Essa assistência lhe dá ocasião de tocar na questão eclesiológica: o Espírito assiste a Igreja e sua cabeça. Sob responsabilidade do Espírito, toda a Igreja, a cabeça e seus membros podem progredir e aprofundar mais os mistérios da fé e a palavra da Escritura.

Isso leva Vieira a proclamar que os autores antigos e velhos, própria e rigorosamente falando, não são os passados, senão os presentes; não aqueles que vulgarmente são chamados os Antigos, senão os que hoje e nos tempos mais chegados a nós se chamam Modernos. Nesse

contexto da missão da terceira Pessoa divina podemos compreender justamente a ideia de progressão expressa por Vieira.

Ao falar dos atributos e das ações das Pessoas divinas, Vieira nos dá também elementos de uma antropologia teológica.

Segundo ele, a participação do homem na compreensão das Escrituras é solicitada explicitamente pelo Cristo. É o homem que pode escutar as Escrituras. Se estas lhe são dirigidas, como pode evitar sua interpretação?

Tudo o que o homem tem ou pode ter ele recebe das mãos de Deus. Chamado à ação, o homem tende a Deus, que seu princípio e seu fim. Em sua liberdade, o homem pode resistir ao reconhecimento daquele que é sua origem.

Deus não chega a ser passado, mesmo que pelo passado tenhamos testemunho e prova de sua fidelidade. Segundo o pensamento de Vieira, podemos afirmar que Deus quer continuar os prodígios que realizou. Ele vem ao homem pelo futuro, isto é, por esse lugar surpreendente e aberto, longe de toda caducidade do já conhecido. É ele o novo. É ele o futuro da humanidade.

O tema do pecado não é abordado de modo explícito. Ele o trata muito frequentemente em relação ao não-reconhecimento de Deus e de suas ações em favor da humanidade. Uma das facetas dessa obstinação em não o reconhecer é a idolatria.

A categoria nova ocupa um lugar muito importante no plano de Deus. As considerações de Vieira a esse respeito manifestam, a nosso ver, dois aspectos interessantes de sua teologia. De um lado, o estatuto humano nesse plano: a capacidade de participar do ato criador na medida em que o homem é capaz do novo. Por outro lado, a vontade de Deus de suscitar o novo.

No quadro do *Quinto Império* esperado por Vieira, a questão soteriológica não está à margem. O modo como a coloca manifesta que ele não pode compreender a salvação fazendo abstração das realidades temporais. Ele traduz a assunção do humano pelo divino. Pelo próprio fato de colocar esse Império no meio do mundo contraditório, insere aí uma dinâmica que vai reorientar este mesmo mundo, sem o anular ou o suprimir. Deus considera toda a realidade humana, liberando-a do domínio do mal.

Do nosso ponto de vista, a questão do sentido da história não é sem relação com a citação de Deus. Essa nomenclatura diz não apenas aquele que é nomeado, mas também aquele que o nomeia: seu ser, sua ação, suas convicções.

2.4. Deus, o Senhor da história

Na História do futuro a história é concebida como o lugar onde se desenrola o plano de Deus e onde o homem ocupa um lugar central. Ele é chamado a tomar consciência disso, a confiar e a colaborar com todas as suas forças. Aliás, a História do futuro é a proposta que quer levar a essa adesão existencial no presente.

Uma distinção impõe-se. A afirmação de uma concepção providencial da história em Vieira não é sinônimo de determinismo histórico. A palavra providencial está ligada à sua concepção de Deus como Providência, isto é, como aquele que provê, que governa todas as coisas e que, sem suprimir os paradoxos da existência humana, fazer que tudo coopere para o bem da humanidade, como afirma Paulo aos Romanos 8, 28.

Privilegiando a literatura profética e apocalíptica, Vieira se insere, não sem contradição e paradoxos, em uma linha de interpretação que, presume-se, dará respostas bem precisas sobre os acontecimentos de til, fantasista e mágica. Ele passa muito depressa do texto tal qual se seu país e de seu povo. Ela é unilateral, com uma nuance quase infantil fantasia e mágica. Ele passa muito depressa do texto tal qual se apresenta às respostas que busca no imediato, apegando-se tanto ao pormenor que corre o risco de perder a visão da totalidade.

Para Vieira, a ação de Deus no coração da história não é limitada ao domínio dos que creem. Ela ultrapassa amplamente o mundo cristão para instaurar um Reino universal de paz.

Em sua exegese, Vieira procede com muitos paralelismos: o rei de Castilha é posto em paralelo com Nabucodonosor; o povo de Portugal, com o povo eleito cativo na Babilônia. Vieira privilegia então a hermenêutica em que leitura do texto bíblico e circunstância histórica atual não podem ser dissociadas. Para ele, as realidades são assim iluminadas por essa leitura que não é letra morta e terminada para um passado, mas é uma palavra viva, que conserva toda a sua atualidade e pode orientar em uma perspectiva de fé cristã os acontecimentos contemporâneos.

Nessa hermenêutica ele busca, sem cessar, discernir no particular o alcance da palavra para a vida concreta do povo. Podemos encontrar em Vieira o movimento particular-universal-particular, o que faz que sua teologia se revista de um caráter concreto às vezes desconcertante devido a essa particularização. Ele analisará de ponta a ponta um texto das Escrituras para aí encontrar sua significação, com o risco de fechar novamente o sentido em outro particular que

se tornará, por sua vez, o sentido da passagem evocada. Assim, como então seria ele atual para as gerações que virão?

Vieira precisa do texto bíblico para ler a história de seu povo. E para ele uma necessidade que se lhe impõe enquanto cristão. O texto torna-se contemporâneo do leitor e por isso vem implicá-lo, solicitá-lo como ator de uma mesma história, ao mesmo tempo totalmente outra (outra cultura, outro momento histórico) e totalmente a mesma (pois trata-se da história de Deus com seu povo).

Ele se mostra bem à vontade para evocar, falar, comentar as Escrituras na História do futuro. As alusões são aí abundantes. Para os Prolegômenos: citações ou alusões a 23 livros do Antigo Testamento e a 13 livros do Novo Testamento. Para o Antigo Testamento: Gênesis (11 vezes), Êxodo (11), Números (3), Josué (2), livro dos Reis (19), 2 Crônicas (1), Esdras (2), Ester (3), livro dos Macabeus (3), Jó (1), Salmos (16), Provérbios (1), Eclesiastes (1), Cântico dos Cânticos (4), Isaías (15), Jeremias (6), Baruc (2), Daniel (9), Amós (1), Abdias (1), ok (1).

Para o Novo Testamento encontramos: Mateus (17 vezes), Marcos (11), Lucas (15), João (16), Romanos (4), 1 e 2 Coríntios (5), Efésios (3), Filipenses (1), Hebreus (1), 1 e 2 Pedro (6), Apocalipse (3).

Para a História do futuro propriamente dita, temos citações ou alusões a 17 livros do Antigo Testamento e 9 ao Novo Testamento. Para o Antigo Testamento: Gênesis (11 vezes), Êxodo (1), Números (1), Deuteronômio (3), 1 Samuel (1), livro dos Reis (2), Esdras (1), Tobias (1), Judite (1), Ester (2), Macabeus (1), Salmos (26), Ageu (1), Isaías (5) Jeremias (1), Daniel (mais de 25), Zacarias (3).

Quanto ao Novo Testamento: Mateus (3 vezes), Lucas (5), João (4), Atos dos Apóstolos (8), Romanos (2), 1 Coríntios (2), Filipenses (3), Hebreus (1), Apocalipse (1).

2.5. O desafio da história

Contrariamente a toda passividade, Vieira reclama um papel ativo da Igreja e dos cristãos no seio do mundo.

A história tem para ele um peso de eternidade na medida em que nela há o apelo fundamental de Deus ao homem, ao seu povo, e a resposta deste a Deus. Toda a História do futuro é testemunho disso. Isso se verifica também claramente em vários de seus Sermões:

Porque no dia do Juízo final, não se há-se fazer coisa alguma de novo, senão declarar somente o que já está feito. (VIEIRA, v. I, p. 75).²⁷

Cabe então ao homem escolher no decorrer de sua história e a todo momento o ato que realizará.

No entanto, o projeto de Vieira fala explicitamente de uma eleição e uma predestinação dos portugueses nos desígnios de Deus. Resgatados do cativo na Espanha, Deus lhes confere o papel de servir ao Reino do Cristo como cabeça das nações. Tentemos também compreender as exigências de sua concepção de eleição tal como ele a apresenta em um de seus Sermões:

Se quereis ter segurança de vossa predestinação, a maior que sem revelação se pode ter nesta vida, apela para vossas ações e vossas boas obras: fazei obras boas, e esta e moralmente seguros de que sois predestinados. (*Ibid.*, p. 213).²⁸

Vieira não ignora os dados que precedem a escolha livre: o lugar de nascimento, a família, o status social. Mas tudo isso, conforme Vieira, não pode desculpar nem justificar o que ele chama, com Agostinho, de um segundo nascimento⁴. Ao contrário, esses elementos são para ele ocasiões e desafios para fazer ressaltar ainda mais a importância das decisões humanas.

É como se a história só pudesse medir-se a partir do fim, e, portanto, de seu futuro. Não haveria aí um grande risco de desprezar a história com tudo o que ela tem de humano, dos negócios humanos inerentes à condição humana? Não seria uma fuga do tempo presente viver com o olhar voltado para o futuro, que, aliás, é inatingível e que pode lançar o homem na idolatria? A maneira como Vieira construiu sua História nos conduz antes a pensar que esse olhar voltado para o futuro dá ao presente toda a sua consistência pelo próprio fato de não fazer abstração dele, mas de lhe projetar a luz de seu devir.

Isso não deve encorajar a questão do quando terminará a história, mas antes levar a uma reflexão sobre a responsabilidade pessoal, que não pode ser evitada ou retardada. É por isso que Vieira não quer fixar o dia do fim do mundo:

²⁷ António Vieira, Sermões, v. I, **Sermão da Primeira Domingo do Advento**, pregado na Capela Real, em 1652.

²⁸ *Ibid.*, p. 213.

Ou no dia do Juízo o ocaso seja do mundo, ou no dia da morte seja meu; ou o mundo então acabe para todos, ou eu agora acabe para o mundo, tudo vem a ser o mesmo, porque tudo acaba. Assim como o mundo hoje ainda não é para os que hão-se nascer, porque eles ainda não são, assim o mesmo mundo já não é para nós, quando morremos, porque já não somos. D'aqui se segue com evidência, que também hoje, amanhã, e cada dia, é o fim do mundo. (*Ibid.*, p. 80).²⁹

Os propósitos de Vieira levam a pensar que ele apresenta uma leitura teleológica da história.

Em seu Sermão do Primeiro Domingo do Advento, em 1652, Vieira explicita ainda o que compreende quanto ao dia do Julgamento:

Prometi de vos dizer com certeza quando há-se ser o dia do Juízo. E quando cuidais que se há ser? Não vos quero ter suspensos. É hoje, foi ontem, há-se ser amanhã, e não amanhece nem anoitece dia, que não seja certamente o dia do Juízo. Que coisa é o dia do Juízo? É um dia em que se há-se acabar o mundo; é um dia em que Cristo nos há-se vir julgar; é um dia em que havemos de dar conta de toda a nossa vida; e em que os bons hão-se ir para o céu, e os maus para o inferno. Não é esta a essência e substância do dia do Juízo? Sim. Pois isto é o que se faz hoje, o que se fez ontem, o que se há-se fazer amanhã, e todos os dias. Acaba-se o mundo todos os dias; porque para quem morre acabou-se o mundo. Vem Cristo a julgar todos os dias; porque no ponto em que cada um expira, logo o vem julgar, e julga, não outrem, senão o mesmo Cristo. Toma-se conta, e estreitíssima conta de toda a vida, todos os dias; porque no dia da morte, e no mesmo instante d'ela, se toma e se dá esta conta. (*Ibid.*, p. 71-72).³⁰

Com um projeto histórico voltado para o futuro, a História do futuro confirma esse olhar sobre a responsabilidade da decisão humana:

Todos nesta vida se chamaram padres santos; mas no dia do Juízo mostrará que a santidade não consiste no nome senão nas obras. (*Ibid.*, p. 48).³¹

O que sempre está em jogo para ele é a responsabilidade do que o homem faz, mas igualmente do que não fez. Esse peso dado ao querer humano e a suas obras é equilibrado na medida em que Vieira convida o leitor ao abandono à Providência de Deus, à confiança e à

²⁹ *Ibid.*, p. 80.

³⁰ *Ibid.*, p. 71-72.

³¹ *Ibid.*, p. 48.

esperança em suas promessas. O homem é convidado a discernir o sentido da história examinando a vontade de Deus que nela se manifesta. Há nesse processo a questão fundamental da liberdade e da graça. O procedimento é sugerido pelos verbos conhecer, examinar, ceder e obedecer. Isso supõe que a vontade está habituada a dar-se a conhecer, pois ele fala dos meios com que ela se costuma declarar. Para Vieira, a história de um povo é habitada por essa vontade de Deus. Essa certeza pode levantar a pergunta sobre o conflito entre heteronomia e autonomia, sobretudo se a decisão de obedecer é considerada a única alternativa diante da força de Deus.

À luz do que foi vivido pelo povo eleito na Bíblia, Vieira quer na História do futuro descobrir o percurso espiritual de seu povo. Esse percurso espiritual é constituído por todas as realidades sociais, políticas, econômicas que marcam esse povo concreto no presente e que o marcaram no passado.

O que o ocupa não é escrever a história como um historiador. Trata-se para ele de escrever a história na perspectiva do projeto de Deus. Vieira afirma não reclamar para si o título de profeta. Aliás, no quadro de seus debates com a Inquisição isso seria impensável. Todavia, ao longo da História do futuro ele deixa transparecer a certeza de que é portador de uma interpretação das Escrituras que trará a seu povo algo de inaudito. Paradoxalmente, porém, ele relativiza a novidade de seu projeto. Seu trabalho implica descoberta, rememoração, pesquisa, tomada de consciência.

Nesse sentido, ele segue de perto Joaquim di Fiori (2006, p. 156)³², que se acreditava investido de uma luz do Espírito capaz de interpretar os acontecimentos contemporâneos com a ajuda do texto e o texto em sua relação intrínseca com os sinais dos tempos.

Lendo a correspondência de Vieira, podemos constatar que ele busca o material para a reflexão a ser desenvolvida na História do futuro. As cartas a D. Rodrigo de Meneses testemunham qual é o seu centro de interesse: em janeiro de 1664, ele tenta obter as profecias do bem-aventurado Amadeo e o comentário do Apocalipse feito por Serafim de Razis; em março de 1664, as profecias de S. Frei Gil; em junho de 1663, ele alude a uma próxima utilização dos livros de Joaquim di Fiori; e em 1664, nas cartas dos dias 23 de junho, 19 de agosto, de dezembro, e em 19 de janeiro de 1665, manifesta sua espera dos livros e, mais

³² Christoph THOBALD, *La Révélation*. Paris, Ed. de l'Atelier/Ouvrières, 2006.

explicitamente, das profecias de Joaquim. A carta do dia 15 de fevereiro de 1665 mostra que Vieira as recebeu, assim como os fragmentos das profecias de Santo Isidoro de Sevilha.

O período dessa correspondência coincide com a redação de seu projeto e com o processo aberto contra ele no Tribunal da santa Inquisição.

Não é, pois, surpreendente encontrar em Vieira elementos do método de leitura que fez Joaquim di Fiori: um certo caráter de urgência, a necessidade da compreensão das razões teológicas implícitas nos acontecimentos de toda ordem, a necessidade de encontrar nas Escrituras analogias para decodificar a realidade. Uma sutil crítica institucional também pode ser observada quando Vieira fala da liberdade da ação do Espírito Santo.

Em seu trabalho sobre Joaquim di Fiori, Henri Mottu nos ajuda a compreender que a chave teológica do joaquimismo não é outro senão o ressurgimento, em pleno renascimento do século XII, da apocalíptica do cristianismo primitivo [...]. É verdade que Vieira está convencido de viver o tempo da realização das profecias do Apocalipse e se esforça para discernir dentre todas as profecias as que concernem o seu tempo.

A carta LXXXI, de 4 de maio de 1665, a D. Rodrigo de Meneses³³, manifesta que Vieira esperava o ano de 1666 como o ano decisivo para a realização das profecias. Ele via no menor acontecimento um sinal da aproximação do fim. Não cessou de esperar, sem render-se à evidência dos fatos, adiando incansavelmente as datas.

Contrariamente à atitude de Joaquim, que recusava toda ajuda da cultura profana ao saber cristão, Vieira mostra-se aberto e atento ao impacto das descobertas geográficas ou cosmográficas, por exemplo, sobre a interpretação das Escrituras, tentando nelas encontrar o novo, à luz das ciências profanas.

Compreende também que as ciências divinas são chamadas a se desenvolver, a progredir, a exemplo do que se passa com as ciências naturais. Desse modo, ele se situa numa perspectiva dinâmica que não deve se esquivar das problemáticas teológicas em nome de uma tradição recebida nem se satisfazer com o ponto em que chegou.

³³ **Carta a Duarte Ribeiro**, datada de 14 de março de 1673.

Talvez não seja anódino ressaltar que, enquanto Joaquim é marcado por um movimento interior que o coloca no sentido inverso do que se passa na sociedade de seu tempo, Vieira respira plenamente o ar de seu tempo; suas esperanças do Reino de Cristo sobre a terra, longe de colocá-lo à parte, o inserem ainda mais no movimento da sociedade de seu tempo, com todas as suas contradições. Observemos igualmente que sua convicção messiânica se insere na corrente do messianismo português e, mais largamente também, nas esperanças escatológicas dos espíritos dos séculos XVI e XVII na Europa. A nosso ver, o movimento que leva Joaquim ao isolamento e Vieira ao coração dos debates de seu tempo é importante para avaliar e para julgar algumas diferenças significativas das heranças espirituais que receberam.

O que está em jogo para Vieira não é uma idade do Espírito, como se até então este não tivesse podido exercer o seu papel. Toda a questão é acreditar sem a mínima hesitação na assistência do Espírito, segundo mestre que o Cristo deixou aos seus. Sob a suspeita de heresia, Vieira declara antes herético aquele que não crê nessa assistência. Ele faz não somente a apologia da assistência do Espírito à Igreja, mas busca também, no seio da ortodoxia – isto é, em comunhão com a Igreja, os argumentos para ir além e até mesmo corrigir, completar, reler e reinterpretar os Padres, em nome do que se crê legitimamente da assistência do Espírito, e no que não se pode deixar de acreditar, sob pena de se vir a ser herético. Há então duas críticas subjacentes: a crítica aos heréticos no sentido próprio os que estão fora da Igreja - e a crítica aos heréticos que permanecem no seio da Igreja, sob o seu teto. A pretensa crítica aos heréticos de fora é apenas um pretexto para atingir o que poderia se chamar de heréticos internos, já que estão aparentemente cobertos e ao abrigo da ortodoxia, em sã consciência.

A reflexão teológica de Vieira não pode ser dissociada da conjuntura social, política, econômica na qual estava inserido. A ardente atividade que exerceu no Brasil, situando-se entre os interesses do Reino de Portugal e a população autóctone, modelou seu pensamento.

Vieira inspirou-se na ideia de seu predecessor, seu confrade jesuíta espanhol José de Acosta (1540-1600), que comentava ironicamente que a Sabedoria de Deus tinha enriquecido com o ouro e a prata esses países pagãos longínquos para que ao menos a sede do ouro atraísse os cristãos lá onde o amor de Cristo não seria suficiente para os conduzir. Vieira continua na mesma linha no capítulo XII dos Prolegômenos quando fala da Providência de Deus que fez de tudo para que a evangelização do Novo Mundo se realizasse:

Dispôs Deus, desde a criação do mundo, que estas terras, assim por fora como por dentro, fossem enriquecidas de cousas preciosíssimas, para que o interesse dos

homens facilitasse as dificuldades, que sem ele serão impossíveis de vencer; [...] foram os incentivos do interesse tão poderoso com os homens que grandemente facilitarão os perigos e trabalhos da navegação e da conquista de umas e outras Índias, sendo certo que, se Deus com summa providencia não enriquecerá de todos estes tesouros aquelas terras, não bastará o zelo da religião para introduzir nelas a Fé. (*Ibid.*, p. 217-218).³³

Mais do que provar que toda a história das descobertas dos portugueses fora prevista pelas Escrituras e, seguindo os exegetas de seu tempo, demonstrar as analogias dessa história, mesmo nos pormenores, o raciocínio de Vieira pode levar-nos a questionar as implicações do que afirma. Ele diz que desde a criação do mundo Deus dispensou esses dons a essas terras. Essa maneira de situar as novas terras descobertas muda completamente seu status teológico. Levando a sério a afirmação, ela quer significar que desde o início essas terras fazem parte do desígnio de Deus. E isso não para justificar o modo como a evangelização era conduzida pelos religiosos e pelos cristãos em geral. Aliás, entre outras coisas, basta percorrer os Sermões e a correspondência de Vieira para constatar a que ponto ele a criticava. Mas, colocando assim as novas terras no projeto do Criador, Vieira lhes dá ao mesmo tempo um peso antropológico e teológico perigoso para a prática da evangelização, porque desse modo seus habitantes terão o mesmo estatuto de filhos de Deus.

Os fundamentos colocados nos Prolegômenos preparam a tese que Vieira quer defender na História do futuro propriamente dita.

Não se trata mais de falar da felicidade de Portugal nem dos prodígios dos portugueses. A questão central é outra, ainda que sempre ligada aos fundamentos colocados nos Prolegômenos.

Após ter falado ao longo do Livro Primeiro de um Quinto Império e de tê-lo argumentado pelas Escrituras, notadamente pelas profecias de Daniel e de Zacarias, Vieira tenta responder às perguntas: A quem pertence o Quinto Império? Ele vai se realizar neste mundo ou num outro? Se é um Império de Cristo, este Império é espiritual ou temporal?

³⁴ *Ibid.*, p. 217-218.

Nada acrescentamos de novo dizendo que Vieira partilhava a esperança da instauração do Reino de Cristo, quando todos seriam convertidos ao cristianismo e todos os povos governados pelo papa e pelo rei de Portugal como imperador de todos.

É fundamental não perder de vista que, no contexto das descobertas do novo mundo, os séculos XVI e XVII conheciam um crescimento das esperanças escatológicas, como se por todos esses acontecimentos se anunciasse o fim.

Importante também é notar que a instauração do Reino de Cristo sobre a terra surge como uma tentativa de suprimir as ambiguidades e as contradições da história. A convicção de Vieira possui duas vertentes: por um lado, diante dos impasses da história, ele convoca à fidelidade, a durar no tempo, na certeza de que Deus permanece o Mestre da história. Por outro lado, essa espera não é unicamente passiva, nunca inteiramente padecida. É laboratório, lugar de fecundação de um agir que prepara, provoca, suscita e acolhe o acontecimento esperado.

Convencido de que Deus elegerá um rei que será colocado à frente dos impérios temporais, Vieira incorpora uma espécie de messianismo com características judaicas. Para ele, circunscrever a autoridade do Messias ao domínio espiritual não corresponderia ao poder dado a Cristo pelo Pai.

Na perspectiva de Vieira, é a escatologia que torna o futuro visível, interpreta o passado e preside o presente. Desse modo, tudo está subordinado ao fim para o qual a humanidade foi criada. É indispensável colocarmo-nos à escuta do que Vieira compreende por Império temporal de Cristo:

Quando chamamos Império temporal ao de Cristo, não queremos dizer que é o seu Império sujeito às mudanças e inconstâncias do tempo, nem que receba a grandeza e majestade da pompa e aparato vão das cousas exteriores do Mundo, a que o mesmo Mundo, quando fala com mais siso, chama, com razão, temporalidades [...]. (*Ibid.*, p. 300).³⁵

³⁵ *Ibid.*, p. 300.

Vieira exprime que esse Império escapa às leis do tempo e recusa o mundo das aparências. Como pode então ser temporal? Para melhor entender a realidade que Vieira quer expressar, seria oportuno perguntar: Haveria um domínio que não estivesse submetido a Cristo? Haveria uma realidade sobre a qual lhe seria impossível agir? Para Vieira, responder a essas questões é um imperativo:

O Império que dão ou reconhecem em Cristo os que admitem e veneram nele o nome de temporal é um domínio soberano e supremo sobre todos os homens, sobre todos os reis, sobre todas as cousas criadas, com poder de dispor delas a seu arbítrio, dando e tirando reinos, fazendo e desfazendo leis, castigando e premiando, com jurisdição tão própria e direta sobre todo o Mundo como a que os reis particulares têm sobre seus vassallos e Reinos, antes com muito maior, mais perfeito e mais excelente domínio, não dependente como eles das criaturas, mas absoluto, soberano, sublime e independente de todos. (*Ibid.*, p. 300).

Vieira reivindica para o Cristo o domínio, o poder, a jurisdição própria e direta sobre o mundo inteiro, numa soberana liberdade em relação a todas as criaturas.

No contexto do debate entre o antigo e o novo, Vieira deixa-nos entrever o status ambíguo do tempo:

O tempo umas cousas melhora, outras corrompe: ouro velho, vinho velho, amigo velho; casa nova, navio novo, vestido novo. A velhice no ouro e preço, no vinho madureza, no amigo constância; no vestido pobreza, no navio e na casa perigo. Absolutamente nas cousas que se consomem com o tempo, melhores são as novas. (*Ibid.*, p. 190).

O discernimento desse status do tempo é a passagem obrigatória para a justeza de toda avaliação.

A promessa tornou-se história. As Escrituras o testemunham. Na perspectiva de sua fé, a promessa continua, pois, a tornar-se história.

Vieira não espera o tempo do Espírito, como o faz Joaquim. A esperança expressa na História do futuro está voltada para o Cristo que instaurará seu Reino. O Quinto Império do qual ele proclama a vinda será o de Cristo e dos cristãos. Vieira não precisa mais qual é a estrutura desse Império. Mesmo se na lógica de sua ação ele toma o partido dos que são oprimidos, não fala com pormenores do lugar que estes nele ocuparão, tampouco de uma redistribuição dos papéis sociais.

3- FUNDAMENTOS TEOLÓGICOS PARA O QUINTO IMPÉRIO

Vieira está inserido por formação, na tradição escolástica de matriz tomista que tanto se preocupava em disciplinar e regulamentar a profecia, estreitando cada vez mais o limite das profecias canonicamente aceitas, Vieira reabriu profusamente a riqueza da inspiração profética fazendo com que superasse o limite da Igreja para se acolher, também os fundamentos teológicos para o Quinto império.

Segundo Pinho (2007, p. 101),³⁶ “de certa forma, para compreendermos melhor a especificidade do texto vieiriano, devemos destacar continuidades e descontinuidades sempre presentes em todos os contextos históricos e em todos os pensadores, queiram ou não eles. Assim, desconectar determinado aspecto ou obra de Vieira de toda sua produção pode parecer trabalho além de pretensioso, desconcertante. Ao se fazer uma leitura apurada dos diferentes textos que compõem a produção escrita de Vieira, muitos indícios mostravam que os principais temas, como por exemplo a natureza profética do jesuíta, atrelavam-se a vários outros escritos deixados por ele em outros contextos e por toda a sua obra e vida. Esse procedimento pode levar à compreensão ao menos de parte das continuidades existentes entre Vieira e seu contexto histórico específico, além de sua bagagem cultural judaico-cristã”.

Para Vieira, a exegese das profecias permite escrever a história do futuro, porque a profecia é uma revelação de Deus, uma luz universal que se estende a todo o tempo e a todo o lugar, permitindo ao intérprete das narrativas proféticas descobrir e desvendar o que estava oculto. Essa luz era comunicada por Deus, através de visões, sonhos ou boca a boca, e a história do futuro era a interpretação, elaborada pelos moradores do tempo, do que disseram os moradores da eternidade no seu estilo poético, metafórico ou enigmático, e que nesse esforço exegético faziam convergir os saberes sagrados e profanos, acumulados pelos homens no decurso da sua aventura nos séculos, em plano de vincada estimacão do fluir do tempo e da história. Foi esse um dos pilares do universo de Vieira, clarificando enigmas, esclarecendo metáforas, trazendo para o tempo e para a história o canto do céu, apoiando-se na historicidade para o conseguir escutar, sempre no pressuposto de que tudo nas divinas Escrituras é divino, tudo raro, tudo maravilhoso.

³⁶ PINHO, Leandro Garcia. **O “Escudo da Presciência”: Vieira, seu tempo e algumas análises de sua obra.** Sacrilégens – Revista dos alunos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião – UFJF. Disponível em: <https://www.ufjf.br/sacrilégens/files/2009/08/1-8.pdf>. Consulta realizada em: 25 de março de 2022.

3.1. Vieira e o Tribunal do Santo Ofício

Em 1663, chegado havia pouco do Brasil, expulso pelos colonos do Maranhão, Vieira foi instado pelo Santo Ofício a justificar as opiniões que expusera na Carta *Esperanças de Portugal* que escreveu em 1659 ao Bispo do Japão, profetizando a ressurreição do Rei D. João IV. Processado pela Inquisição de Coimbra, Vieira pediu para redigir uma resposta ou apologia a eles, os inquisidores, cuja permissão pelo Conselho Geral só lhe foi dada em abril de 1664.

Segundo os Autos do processo de Vieira na Inquisição (O processo do Tribunal do Santo Ofício, Tomo III, Volume IV, p. 12),³⁷ “o processo contra Vieira, vai de 18/04/1663, com a denúncia feita pelo Frade Jorge de Carvalho, até audiência de perdão, em 30/06/1668. Vieira ficou recluso nos cárceres do Santo Ofício de Coimbra e foi submetido a trinta exame de audiências, entre 1663 e 1667. Ele foi interrogado por Alexandre da Silva. O crime de que a Inquisição o acusa diz respeito a heresia e judaísmo. As circunstâncias do Processo de Vieira na Inquisição, estão expostas na *História de Antônio Vieira*, nos textos introdutórios das *Obras escolhidas e Apologia*”.

O primeiro grupo de diligências, entre junho e setembro de 1666, foi realizado em Lisboa, Santarém e Moura; o segundo, em Lisboa, Fundão e Torres Vedras, entre novembro de 1666 e janeiro de 1667. Para as primeiras, o Conselho Geral recomendou aos Comissários do Santo Ofício das respectivas localidades que mandassem vir sete, ou oito pessoas antigas, cristãs velhas, fidedignas, sem suspeita (isto é, sem antecedentes muçulmanos ou judeus) que pudessem ter conhecido os avós paternos de Vieira. Em Santarém, são chamados D. Rodrigo de Castro Teles, conde de Unhão, e sua mãe, dona Francisca de Castro, a qual afirma que Baltasar Vieira Ravasco, avô paterno de Vieira, fora criado de seu avô e homem muito grave sem dele se dizer nunca [que] tivesse raça de mouro, mulato, ou judeu, nem de outra infecta nação, mas que o dito Baltasar Vieira Ravasco (...) tivera conversação com uma mulata, da qual nasceu um filho (presumivelmente, Cristóvão Vieira Ravasco), o qual o dito Baltasar Vieira Ravasco mandou para o Brasil, aonde ouviu dizer que casara, e que desse matrimônio nascera o padre Antônio Vieira; Dom Rodrigo, por sua vez, acrescenta que Vieira era afilhado do Conde seu pai, e indica sua tia, Soror Margarida do Espírito Santo, religiosa do Convento da

³⁷ Obra completa Padre Antônio Vieira: Tomo III profética, volume IV: **Autos do Processo de Vieira na Inquisição**/ direção José Eduardo, Pedro Calafate. – São Paulo: Edições Loyola, 2015.

Anunciada, como pessoa que pudesse dar mais notícias. Ao ser interrogada, dona Margarida, de 74 anos, confunde o pai (Baltasar) com o filho (Cristóvão); em todo o caso, itera que um e outro se casaram mal. Não se obtendo mais informações, as investigações se dirigem para Moura, termo de Évora, com a mesma recomendação de que sejam interrogados até dez depoentes que informem acerca da geração de Vieira. As inquirições foram conduzidas pelo frei Diogo Vaz Pascoal que, num primeiro dia, chamou António Nunes de Faria, de mais de 70 anos, Lourenço Abril de Pina, de cerca de 63 anos, e João Privado Ravasco, de 68 anos, aproximadamente; em seguida, Mendo Afonso Fragoso, de 57 anos, Domingos Rodrigues Palheite, de 66 anos, João Privado Sampaio, de 59 anos, e Manuel do Pino Limpo, de 56 anos; depois, Jorge Carrasco, de 59 anos, Brás Lourenço Palheite, de 68 anos, e o padre Manuel Correia, de 55 anos, todos com idades aproximadas.

Nenhuma das dez testemunhas sabia de quem Vieira fosse filho ou neto, nem que Baltasar Vieira Ravasco houvesse sido morador na vila; apenas João Privado Ravasco e Mendo Afonso Fragoso mencionam que o já falecido padre António Rodrigues Ravasco dissera que, segundo a mãe dele, um dos Ravascos daquela Vila de Moura se fora para as partes do Brasil e que dele descendia o padre Vieira. Todavia, no final das diligências, o comissário Frei Pascoal adverte aos inquisidores de Coimbra de que não se devia dar crédito ao que o padre Ravasco poderia ter dito, porque era homem fácil em falar, e se houvesse verdade naquilo que afirmavam, haverem-no de saber por alguma outra notícia.

De posse dessas poucas informações, a Inquisição de Coimbra, sob mandado do Conselho, determina investigações adicionais em Lisboa, junto a Dom Fradique da Câmara e, novamente, à soror Margarida do Espírito Santo; ao Conde de Aveiras, por ela referido, cura da Igreja houvera, tinha de Nossa Senhora dos Mártires, onde Vieira disse ter morado quando criança, antes de partir para o Brasil. D. Fradique atesta seu conhecimento de mais de trinta e cinco anos com o padre Vieira e sua família e que tem, e teve sempre ao dito padre António Vieira; e seus pais por legítimos, e inteiros cristãos-velhos, e por tal sem raça alguma de judeu, mouro, mourisco, e das mais foi sempre tido, havido, e reputado, sem nunca ouvir fama, ou rumor em contrário, e se a ele testemunha razão de o saber pelo conhecimento que tinha com o dito padre António Vieira e com seus pais na ocasião em que esteve no Brasil. Soror Margarida reitera seu primeiro depoimento; o Conde de Aveiras afirma, nada saber do assunto, e o cura, muito lastimoso, esclarece que, daquele tempo de 1609 a 1614, todos ou quase todos os velhos já eram falecidos, e que quando lhe encomendavam uma diligência dessas lhe custava muito fazê-lo, porque as pessoas da cidade costumavam se mudar e, indo de escada em escada,

verificava que ninguém conhecia sequer os nomes de seus vizinhos. Com tão poucos resultados, os inquisidores ordenam diligências na Vila do Fundão, onde têm notícia habitar uns filhos de certo primo materno de Vieira, Gonçalo Serrão Azevedo, já falecido, os quais talvez possam dar notícia da avó materna, cujo nome Vieira dissera desconhecer; os quatro moços interrogados, de idades variando entre oito e 23 anos, mais ou menos, tampouco sabem esclarecer coisa alguma. As diligências no Fundão se concluem de modo que não diga o trabalho com o intento, como saborosamente se desculpa o capelão encarregado da missão, o qual relata a dificuldade de chegar ao lugar devido à neve, nas fraldas da Serra da Estrela, e à proximidade da fronteira castelhana. Assim, sem quase nenhuma informação além das que o próprio Vieira havia dado nas sessões de genealogia, sem se poder comprovar, portanto, a origem de todos os avós, o Santo Ofício determina que se proceda na causa como contra pessoa, de cuja qualidade de sangue não consta ao certo.

Testemunhos reunidos por Francis Dutra em seu artigo “*The Vieira Family and the Order of Christ*”, publicado na *Luso-Brazilian Review* (2003, p. 1),³⁸ “mostram que investigações levadas a cabo nos anos de 1640 para outorgar o título de cavaleiro da Ordem de Cristo a Cristóvão Vieira Ravasco esbarraram no fato de ele dizer desconhecer o nome de sua mãe e omitir que ela fosse mulata”. Isso é afirmado na consulta ocorrida nos anos de 1660 acerca de Bernardo Vieira Ravasco, seu filho caçula, que pleiteava o recebimento da mesma mercê (ao que se alude no depoimento de D. Rodrigo). Nessa ocasião, a Mesa de Consciência e Ordens negou o título a Bernardo Vieira Ravasco, sob as seguintes alegações:

1. De que sua avó materna (a anónima mãe de Maria de Azevedo) tinha sido padeira junto aos frades franciscanos;
2. Que seu avô materno (Brás Fernandes de Azevedo) era um oficial que fazia armas (armeiro); que sua avó paterna (a anônima mãe de Cristóvão Vieira Ravasco), que servia na Casa de Unhão, “era de cor parda”;
3. Que não era possível saber ao certo os lugares de nascimento do pai de Vieira, de seus avós paternos e do avô materno.

³⁸ DUTRA, Francis A. **The Vieira Family and the Order of Christ**. LBR – Luso-Brazilian Review, 2013. Disponível em: <http://lbr.uwpress.org/content/40/1/17.abstract>. Consulta realizada em: 3 de abril de 2022.

3.2. Bandarra é verdadeiro profeta

Magalhães (2004, p. 1)³⁹ descreve:

Gonçalo Annes Bandarra foi um sapateiro que viveu em Trancoso, pequena cidade comercial da região da Beira, no início do século XVI, e que, posteriormente, foi identificado como o fundador do sebastianismo e profeta da Restauração Portuguesa. Nasceu por volta de 1500 e, a partir de 1541, data da realização do auto inquisitorial pelo qual foi condenado, não se tem mais informações sobre ele. Alguns, como António Machado Pires, acreditam que tenha morrido por volta de 1556, enquanto D. João de Castro estabelece 1560 como o ano de sua morte. Por meio da leitura das Escrituras Sagradas e de sua prodigiosa memória, Bandarra adquiriu fama em sua cidade, sendo considerado uma espécie de Rabi local, interpretando a Bíblia e suas profecias para os cristãos-novos da região. Escreveu suas Trovas nas primeiras décadas dos quinhentos e, de acordo com seus autos, aquelas já em 1531 eram lidas em Lisboa, tendo grande inserção junto aos cristãos-novos, principalmente pelo seu apelo profético e messiânico, já que muitos conversos esperavam para o século XVI a vinda do messias.

Bandarra foi perseguido e detido pela Inquisição, em 1541, mas recebeu penas leves, por não se ter conseguido provar nenhuma ascendência judaica, a despeito de sua intensa relação com os conversos. Apesar da condenação inquisitorial, que proibiu a posse e divulgação das Trovas, os escritos de Bandarra tiveram boa aceitação em Portugal, essencialmente pela convivência entre cristãos-novos e velhos, pois afirmavam que todos os povos caminhariam em direção a uma única fé, liderados por um rei português. Segundo indicações de seus autos, as Trovas só foram compiladas em 1537 ou 1538, por Heitor Lopes, tosedor converso de Trancoso, sendo um dos manuscritos adquirido por Afonso de Medina, Desembargador da Mesa de Consciência do Santo Ofício, o que causou início ao processo inquisitorial.

No dia 29 de abril de 1659, Vieira endereça uma carta a André Fernandes, Bispo Eleito do Japão. Tratava-se de uma carta escrita na selva amazônica, numa viagem de canoa, cujas consequências se viriam a revelar gravosas para a sua vida, mas ao mesmo tempo bastante ricas para a sua foi ao justificar as teses nela expressas que escreveu textos de elevada profundidade e beleza.

³⁹ MAGALHÃES, Leandro Henrique. **As Trovas de Gonçalo Anes Bandarra, sapateiro de Trancoso**. Temas & Matizes – Nº 06 – Segundo Semestre de 2004. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br>. Consulta realizada em: 4 de abril de 2022.

O objetivo mais imediato da referida carta fora o de confortar a Rainha D. Luísa de Gusmão, pela morte do Rei D. João IV, três anos antes, estabelecendo, com base na interpretação das profecias de Bandarra, um silogismo, cujas premissas, maior e menor, encaminhavam à conclusão da ressurreição do falecido rei, num futuro próximo, a fim de assumir a soberania do Quinto Império do mundo. O futuro príncipe do universo seria D. João IV, e não D. Sebastião, como postulavam outras interpretações das Trovas de Bandarra, nomeadamente as que foram fixadas por D. João de Castro (neto de D. João de Castro, Vice-Rei da Índia), na sua Paráfrase, e por Fr. Sebastião de Paiva, no não menos relevante *Tratado da Quinta Monarquia*.

A tese de que Bandarra foi verdadeiro profeta, inspirado por Deus, dá o mote à representação primeira da sua defesa. Já a representação segunda corresponde ao aprofundamento de temas fundamentais, também abordados na *Apologia* e na *História do Futuro*, referentes à evangelização e conversão de todos os povos da terra, com exceção do turco, cuja destruição considerava já profetizada desde Daniel, e depois por Bandarra, e cuja inevitabilidade decorria da inimizade obstinada do império otomano em face da cristandade, razão por que contra ele invocava a doutrina da guerra justa. Não que a infidelidade fosse, por si só, título de guerra justa, mas porque Vieira retomava aqui a tradição de que existia uma guerra quase perpétua contra turcos e mouros, cuja justiça era, aliás, reforçada pelo facto de ocuparem territórios outrora pertencentes aos cristãos.

Nesse processo de conversão universal avultava o das dez tribos perdidas de Israel, bem como, uma vez mais, a conversão dos judeus. Seguir-se-ia a emergência de um novo e último império, o quinto, até à vinda do Anticristo, após o que se travaria o derradeiro combate entre o bem e o mal, sendo este vencido. Assim se cumpririam as antigas e modernas profecias, mostrando como há de ser universal a Cristandade em todo o mundo no tempo do consumado Império de Cristo e estado perfeito de Sua Igreja.

Segundo *Apologia* (Tomo III, Volume III, p. 16)⁴⁰ “Viera dispõe a argumentar em seu favor os acontecimentos profetizados não só nas Trovas de Bandarra, mas também na Escritura Sagrada, deverão inevitavelmente ocorrer no mundo.”

⁴⁰ Obra completa Padre Antônio Vieira: Tomo III profética, volume III: **Apologia**/ direção José Eduardo, Pedro Calafate. – São Paulo: Edições Loyola, 2015.

São elas:

- 1- Que todas as seitas hão de se fazer cristãs, por meio da pregação do Evangelho;
- 2- Que nesta conversão universal estão incluídos os judeus;
- 3- Que as dez tribos perdidas de Israel, também convertidas à fé cristã, reaparecerão;
- 4- Que com a destruição do império otomano se há de levantar o Quinto Império, definido como um reino cristão universal, temporal e espiritual.

Tendo escolasticamente discutido os requisitos prévios para a instauração do Quinto Império, Vieira deveria abordar o ser, a substância mesma deste Império. Ele não chegou a escrever este capítulo. Ou melhor, como era assunto dos mais polêmicos, em confronto direto com a doutrina católica dominante, Vieira apenas redigiu notas esparsas, que refletem precariamente opiniões jamais desenvolvidas na íntegra. É certo que na *Defesa* e na parte da *História do Futuro* que está publicada reiteradas vezes afirma que o Quinto Império é o Reino de Cristo e dos cristãos e que abarcará a terra inteira; mas não especifica em que consiste a distinção essencial deste Reino com relação aos outros, nem a singularidade de ser um império simultaneamente temporal e espiritual.

Os apontamentos que subsistem no processo acerca deste estado futuro do mundo permitem dizer que Vieira o projeta à semelhança do reino adâmico existente antes da Queda: a morte não seria uma lei universal, os homens seriam na sua maioria como santos, todos os animais o serviriam, males não o ameaçariam. Quer dizer, aquelas felicidades que outros teólogos remetiam para o Céu, permanecendo a terra como pátria de exílio da alma, Vieira transfere-as para o mundo sublunar: o Paraíso na terra, na terra a imortalidade e a incorrupção dos seres.

Em sua obra poética, Fernando Pessoa (2022, p. 82)⁴¹ descreve:

O Bandarra

Sonhava, anônimo e disperso,

⁴¹ PESSOA, Fernando (1888-1915) **Mensagem**/ edição, organização e introdução Jerónimo Pizarro; posfácio Ida Alves, - I. ed. – São Paulo: Todavia, 2022.

*O Império por Deus mesmo visto,
 Confuso como o Universo
 E plebeu como Jesus Cristo.
 Não foi nem santo nem herói,
 Mas Deus sagrou com Seu sinal
 Este, cujo coração foi
 Não português, mas Portugal.*

3.3. D. Afonso Henriques e a narrativa sobre Ourique

O ambiente português no século XVII estava impregnado por crenças de fundo messiânico-milenarista. Vieira volta a Portugal em 1641 e encontra um país em verdadeira efervescência visionária, mantida em alta pela confluência do messianismo sebastianista e as novidades da Restauração. Esse é o lugar em que os sinais, muitos na visão de Vieira, da eleição portuguesa podem ser abundantemente detectados. A junção das profecias que penetravam o imaginário português recobria a percepção sobre o Reino dotando-o de uma exclusividade. Este seria dono e proprietário singular da missão de cristianizar todo o mundo. Quando se fala no clima místico e no ambiente carregado de prenúncios e presságios messiânicos encontrado e desenvolvido em Portugal é preciso ter em conta que tais crenças estariam apoiadas, basicamente, em três correntes de pensamentos milenaristas: a joaquimitas, o judaísmo e o messianismo português.

De um ambiente extremamente afeito ao mistério, o empenho de Vieira passa pelo reforço do papel do Estado. Basicamente, o que importa é a ordenação e a hierarquização do modelo monárquico de poder. O Portugal de Vieira precisava renascer, restaurar-se, fazer valer sua identidade tal e qual nascido no momento mesmo de sua fundação providencial, conforme Ourique.

Neste sentido, Vieira não rivaliza com o pensamento corrente da segunda escolástica, mas, ao mesmo tempo, não adere totalmente aos pressupostos estabelecidos pelos tridentinos. Sua posição é clara: há um Estado escolhido, e não um único rei, o que conduziria a consideração herética dos luteranos que queriam a concessão direta ao príncipe do poder divino.

Segundo Manduco (2005, p. 253),⁴²“No caso de Vieira, é o Estado que ganha preeminência. Este corpo de ordens hierarquicamente constituído, a partir de uma cabeça, é o agente histórico capaz de realizar a tarefa, missão mesma de atualização da semelhança entre o mundo criado e sua Causa Primeira.”

História do Futuro (Tomo III, Volume I, p. 33)⁴³ descreve:

A narrativa de Vieira sobre Ourique, na véspera da batalha com o mesmo nome, Cristo prometera ao futuro Rei Afonso Henriques, bem como aos seus descendentes, o papel cimeiro na edificação do império universal cristão, bem como a atenuação da monarquia portuguesa na décima sexta geração - correspondente a D. Henrique -, após o que se daria a ascensão de Portugal ao lugar cimeiro do mundo.

Por sua vez, na antevisão deste futuro prodigioso e extraordinário, Vieira sublinhava a importância das profecias de Bandarra, a cuja interpretação se entregou com desvelo, levando-as a coincidir com os acontecimentos que marcaram a Restauração e com as esperanças num novo império do mundo, após a derrota do império turco, razão por que o considera verdadeiro profeta.

Eram estas as esperanças que dariam vida e ânimo aos portugueses, no contexto tão difícil do confronto com Espanha, na altura a maior e mais poderosa potência do mundo. Eram estas mesmas esperanças que, por nos derem um horizonte de ação, uma tão poderosa consciência de missão e uma amplitude tão contrastante com a debilidade aparente dos meios de que dispúnhamos, eram estas esperanças, dizíamos, que o levavam a proclamar que todos os que na matéria de Portugal se guiaram pelo discurso, erraram e se perderam, pois que o nosso futuro próximo reclamava, nas suas palavras, uma aritmética que se não esgotava no quadro da razão natural, devendo levar-se em conta a segurança da assistência divina e providencial, em contexto messiânico, relativo à crença na redenção futura da Humanidade.

Para o douto jesuíta, o futuro de Portugal e dos portugueses, a sua missão de escala planetária, anunciada por Cristo em Ourique, fora também profetizado por Bandarra, bem como pelos profetas canônicos da Antiguidade, sobretudo por Isaías, ao qual se refere, no capítulo

⁴² MANDUCO, Alessandro. **História e Quinto Império em Antônio Vieira**. TOPOI, v. 6, n. 11, jul - dez. 2005, pp. 246-260. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Consulta realizada em: 6 de abril de 2022.

⁴³ *Ibid.*, p. 34.

XII do *Livro ante primeiro*, como o profeta singularmente escolhido para falar tanto das maravilhas da lei evangélica como do papel e função dos portugueses na planificação da história universal.

Fernando Pessoa (2022, p. 33)⁴⁴ descreve:

O Conde D. Henrique

Todo começo é involuntário.

Deus é o agente,

O herói a si assiste, vários

E inconsciente.

À espada em tuas mãos achada

Teu olhar desce.

Que farei eu com esta espada?

3.4. Vieira e a restauração de Portugal

Nos Prolegômenos ou Livro Ante Primeiro, Vieira escreve sua história para alguns destinatários: Portugal, à Europa e ao mundo.

História do Futuro (Tomo III, Volume I, p. 63)⁴⁵ descreve:

Nenhuma coisa, senhor, se pode prometer à natureza humana, nem mais conforme a seu maior apetite nem mais superior a toda sua capacidade, que a notícia dos tempos e sucessos futuros; e isto é o que oferece a Portugal, à Europa e ao mundo está nova e nunca ouvida *História*. As outras histórias contam as coisas passadas; esta promete dizer as que estão por vir. As outras trazem à memória aqueles sucessos públicos que viu o mundo; está intenta manifestar ao mundo aqueles segredos ocultos e escuríssimos que não chega a penetrar o entendimento.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 33.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 63.

A palavra de Vieira, dirigida a Portugal é de esperança. Ele anuncia dias melhores e felicidade. Para Vieira, a concretização da esperança, está associada ao futuro. Para ele, fazem parte do processo que ajudará Portugal a ancorar sua esperança na fidelidade a Deus. Nessa perspectiva, os portugueses são convocados a esperar, pois quem deu as esperanças vos mostrará o cumprimento delas.

A importância de entrever um futuro que começa a tomar forma no presente pareceu-lhe fundamental. Provavelmente é por esse prisma que em sua *História* as profecias são mais que profecias. A felicidade distante não o convence nem é um argumento para o tema da esperança nesse discurso dirigido ao seu povo.

Aliado ao procedimento de fundar a esperança, outro desafio é lançado. Ironicamente, essa nação, capaz de empreender grandes descobertas, ainda não descobriu sua verdadeira vocação nem sua verdadeira história. Essa descoberta é condição de sobrevivência para Portugal. Em sua *História do futuro*, Vieira expressa um certo nacionalismo.

História do Futuro (Tomo III, Volume I, p. 74)⁴⁶ descreve:

Portentosas foram antigamente aquelas façanhas, ó portugueses, com que descobristes novos mares e novas terras, e destes a conhecer o mundo ao mesmo mundo. Assim como lêis então aquelas vossas histórias, lede agora está minha, que também é toda vossa. Vós descobristes ao mundo o que ele era, e eu vos descubro a vós o que hei de ser. Em nada é segundo e menor este meu descobrimento, senão maior em tudo: maior gama, maior cabo, maior esperança, maior império. Naqueles ditosos tempos (mas menos ditosos do que os futuros) nenhuma coisa se lia no mundo senão as navegações e conquistas de portugueses. E esta História será o silêncio de todas as histórias. Os inimigos liam nelas suas ruínas, os émulos suas invejas, e só Portugal suas glórias. Tal é a história, portugueses, que vos presento, e por isso na língua vossa. Se se há de restituir o mundo à sua primitiva inteireza natural formosura, não se poderá concertar um corpo tão grande sem dor e sentimento dos membros que estão fora de seu lugar. Alguns gemidos se hão de ouvir entre os vossos aplausos, mas também esses fazem harmonia, se são dos inimigos. Para os inimigos será a dor, para os émulos a inveja, para os amigos e companheiros o prazer, e para vós, então, a glória e, entretanto, as esperanças.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 74.

Segundo Magalhães (2004, p. 2)⁴⁷, “o século XVII português fora decisivo para a legitimação de sua soberania, tendo em vista que em 1640 recuperara a Coroa anexada por Castela em 1580, após uma disputa sucessória que dera a Filipe II o trono lusitano”. Da coroação de D. João IV, em 01 de dezembro de 1640, até 1669, quando Castela reconhece a soberania portuguesa, se dera o processo de consolidação da nova dinastia, levando a Coroa a enviar diplomatas para diversas cortes europeias, principalmente aquelas que tinham uma posição contrária à Castela, como a França e os Países Baixos, tendo a diplomacia portuguesa um papel fundamental na reinserção de Portugal como nação soberana nas relações europeias. É neste contexto de instabilidade política que devemos entender a atuação de Vieira, confessor e conselheiro do rei, que teve atuação marcante em quase todos os episódios referentes à Restauração Portuguesa. A questão que mais o preocupava era: como garantir a soberania de Portugal contra um inimigo tão grande e poderoso quanto Castela? Como reconquistar o papel que tivera outrora, ou seja, o de senhor dos mares e do comércio colonial?

Segundo História do Futuro (Tomo III, Volume I, p. 287)⁴⁸ “como se há de sustentar um poderoso exército para resistir às forças de Castela e com que se há de refazer este, no caso que se rompa, ou diminua?”

A idealização do Quinto Império visava à permanência real e a legitimidade do trono português. Tudo que poderia acrescentar benefício ao trono oscilante era válido e acrescentado. A união poder secular e divino era a base da concepção vieirina do Quinto Império. Percebemos na exegese de Antônio Vieira, uma transposição do sentido cultural e religioso que sublinha o elemento religioso em uma afirmação sempre atuante do poder monárquico.

A legitimidade da Dinastia lusitana é o fio condutor dos escritos de Vieira, no período que esteve intimamente ligado a corte, de 1641 a 1661, isso torna-se mais visível. Afinal, no discurso de Vieira, D. João IV era a resposta dos anseios portugueses. O Padre Vieira ousou sonhar com um mundo melhor. Para o jesuíta esse tempo que ele denomina como Quinto Império era uma promessa divina, e dessa forma Portugal estava fadado ao sucesso. O que muitos encaram como Utopia é para Vieira um plano de metas a serem alcançadas para a ascensão lusitana. Para Vieira, D. João IV, o primeiro Monarca da Dinastia Bragança a sentar-

⁴⁷ *Ibid.*, p. 2.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 287.

se no trono de Portugal era o escolhido de Deus para levar os lusitanos ao seu merecido e profetizado lugar. Portugal restauraria o mundo, era a nação Portuguesa a responsável pela expansão Cristã, pelas conversões dos gentios, pelo Sucesso lusitano, pela Beleza do Futuro. E o Futuro seria primoroso! Para esses bons anos dever-se-ia unir D. João IV e a amada Igreja.

4- METÁFORAS E SÍMBOLOS ESCATOLÓGICOS EM VIEIRA

Na esteira do otimismo bíblico, segundo o critério teológico-exegético de à superabundância e excesso da graça ganha por Cristo sobre a perda por Adão, há-se corresponder um estado do Mundo em que ela totalmente se efetive, e cerca de vinte anos antes do otimismo metafísico leibniziano postular que o mundo é o melhor dos possíveis, Vieira defende, num otimismo escatológico, ser de esperar como racionalmente mais provável, senão quase necessário, que o mesmo mundo, na sua dimensão terrena, venha a ser o melhor possível.

Lúcio L. Azevedo (1921, p. 192)⁴⁹ descreve:

[...] e se onde abundou o delito, como diz S. Paulo, superabundou a graça, e é e foi maior a graça que Cristo nos ganhou do que a que Adão nos perdeu, porque se não hão-de esperar com razão em algum estado do Mundo maiores e mais gerais efeitos da mesma graça, do que até o presente se tem experimentado nele?

Critério que se acompanha daquele outro, igualmente teológico-exegético, de que acerca das grandezas de Cristo nada há-se negar que não as contradiga, sendo sempre de afirmar e esperar o melhor possível: “Quem negará que o que diz e espera a nossa opinião é muito melhor que o que presume a contrária? Pois onde entrevem a glória de Deus, e o merecimento e dignidade de Cristo, porque há-se duvidar o melhor [...]?” (*Ibid.*, 1921, p. 300-301) Daí que, por uma correlata ordem de razões, seja de esperar que à universalidade da Lei de Cristo corresponda algum tempo em que em todo o Mundo ela efetivamente se realize, uma vez que a perfeição destinada ao todo não se pode bem conhecer nem realizar em parte, contrariamente ao ideal platônico da República, e de algum modo contrariando, diríamos nós, a classificação de utopia e ucronia que vulgarmente se atribui ao Quinto Império vieirino: “Os que não se persuadem a isto, parece que têm por melhor que fique a Lei universal de Cristo sem exercício universal, como República de Platão; porque a forma que é feita para o todo não se conhece nem se logra bem sua perfeição aplicada somente a partes” (*Ibid.*, 1921, p. 47).

⁴⁹ *Ibid.*, p. 192.

“Releve-se que à lógica do pensamento vieirino, fundada numa antirrational experiência mística e devocional, preside o que podemos designar como argumento teoaxiológico, o qual, numa clara, mas problemática transfiguração do anselmiano argumento ontológico, já não postula que aquilo maior do que o qual não pode ser pensado não pode existir apenas no intelecto, tendo que necessariamente existir também na realidade” (ANSELMO, 1996, p. 23)⁵⁰, mas antes que daquilo melhor do que o qual não pode ser pensado – e melhor não somente em si, mas para todo o outro, ou seja, Deus, não há-se esperar senão venha a existir, antropocosmologicamente, o melhor possível, não só no plano do intelecto que exegético-profeticamente o vislumbra como no da realidade efetiva. O que, a nosso ver, procede da, aliás bem cristã, criacionista e redentorista inflação do atributo da infinita Bondade sobre a já neoplatônica ênfase da infinitude divina. Sendo Deus não já apenas o Sumo Bem, que é tudo quanto é melhor ser do que não ser (*Ibid.*, 1996, V, p. 25), mas ainda o Sumo Bom, do qual não há a esperar menos de que criatural e mundanalmente venha a ser tudo quanto, a tal nível, é melhor ser do que não ser, é esta profética lógica da esperança - em cujo aparente e exacerbado otimismo quanto ao que virá a ser se discerne o dissimulado e radical pessimismo quanto ao que é, ficando implícito que a criação divina não é constitutiva, imediata e perenemente o melhor possível, como o defenderá Leibniz - que dirige, obsessivamente, o espírito de Vieira.

Tão mais paradoxalmente quanto é o mesmo espírito que, no Discurso Quinto de As cinco pedras da funda de David, começando por exortar a que a verdadeira esperança se depure de todos os objetos terrenos e temporais, e se demarque das esperanças do mundo, radicaliza a sua ascética exigência ao considerar que, havendo duas formas de esperança a respeito dos próprios bens celestiais e eternos, a puríssima, autêntica e rara é a que espera só a Deus e a mais nenhuns bens, ainda que celestiais, sobrenaturais e quase divinos, sendo apenas pura a que espera a Deus em conjunto com tais bens, a qual, contudo, à luz da primeira, uma vez que busca não só a Deus mas o subjetivo e auto gratificante usufruto de outros bens que não o Bem, ou seja, não só a Deus, senão a si mesmo, pode ser vista como idêntica afinal à esperança vulgar e de muitos. Contrariamente, de céu e terra, eternidade e tempo, desprezados como um nada alto e um nada baixo, não dependerá a felicidade humana que, fruindo-se apenas na autossuficiência da felicidade divina, a ela se assemelha.

⁵⁰ ANSELMO, Santo. **Proslogion**, II. Tradução e comentários de Costa Macedo. Porto: Porto Editora, 1996.

“Tal como Deus se auto frui, e a tudo em si, também o coração humano verdadeiramente santificado rejubila na esperança de que nele tudo terá posto que o não ame como Deus da terra e céu, senão enquanto Deus do meu coração. Melhor ainda, a boa esperança, fonte das obras generosas, é ser o coração humano para com Deus, como o coração de Deus para conosco, nada querendo ou esperando dele senão a ele, tal como Deus nada busca ou quer do homem senão ao seu ser mesmo” (VIEIRA, 1679-1748, XIV, p. 165-185)⁵¹. À luz desta doutrina espiritual, que na unidade da obra vieirina desvela a tensão entre o pregador asceta e místico - sabedor de que o mundo verdadeira e plenamente só é em Deus, mas que apenas se encontra e frui na exata medida em que a ele se renuncie e nada se vise senão ao próprio Deus – e o exegeta-profeta do tempo e reino messiânicos – ainda passionalmente iludido pela ânsia de que o mundo, supostamente ausente de e exterior a Deus, se divinize, distendendo como apenas ventura a Presença que nessa mesma dilação perde como instante-, o segundo inferioriza-se ante o primeiro, confirmando-nos a suspeita de que o mais alto e fundo pensamento vieirino reside no sermônário, não sendo a monumental escatologia profético-messiânica e quinto-imperial senão a dimensão mais vulgar e exterior, e por isso mais divulgada, divulgável e influente - veja-se o seu trágico sucesso na maioria dos messianismos laicos da contemporaneidade -, duma obra e dum homem que, tal como a maioria das obras e dos homens, só raramente se mantém à altura do divino em si mesmo.

Quanto às referidas visões e imagens, tidas como proféticas da quinto-imperial plenitude escatológica e intraterrena, são, num primeiro momento, fundamentalmente três, colhidas na tradição bíblica, se bem que na obra vieirina remetam para outras, bíblicas e canônicas ou não, e todas se desdobrem e multipliquem em figuras derivadas e equivalentes, fruto já duma maior elaboração do profuso imaginário hermenêutico e pessoal do autor.

4.1. A visão da estátua enigmática

A primeira, constante em Daniel, 2, 27-45, é a do sonho de Nabucodonosor, cujo conteúdo e sentido os magos caldeus se revelam impotentes para adivinhar e só o profeta logra enunciar, revelado que lhe foi o arcano, em visão noturna, pela própria divindade, como profecia do que sucederá nos tempos vindouros. Nessa visão surge perante o rei uma estátua enorme, extraordinariamente brilhante e terrível, com a cabeça de ouro fino, o peito e braços de

⁵¹ VIEIRA, Padre Antônio. **Sermoens**. Lisboa, 1679-1748. 15v.

prata, o ventre e quadris de bronze, as coxas de ferro e os pés compostos de ferro e argila. Enquanto o rei a contempla, desprende-se uma pedra de uma montanha, sem que interviesse mão alguma, e, atingindo-a nos pés, tem como efeito a sua total pulverização, bem como a de todos os seus constituintes. Tornados como a palha miúda das eiras no verão, o vento arrebatados, não deixando deles vestígio algum. Pelo contrário, a pedra transforma-se numa grande montanha que enche a terra inteira. Seguidamente, Daniel interpreta a visão como figura da sucessão temporal de quatro impérios, a começar pelo de Nabucodonosor, no último dos quais advirá um reino que, suscitado pelo Deus do céu, não só suprimirá os anteriores como subsistirá para sempre e jamais será destruído.

4.2. A visão dos quatro ventos

A segunda visão, presente em Daniel, 7, 1-27, é a de um sonho do profeta, em que os quatro ventos do céu agitavam o mar grande, ou abissal, enquanto quatro animais enormes dele subiam. O primeiro era como um leão com asas de águia. Estas são-lhe arrancadas e ele é erguido da terra e colocado sobre dois pés, como um homem, sendo-lhe dado um coração humano. O segundo animal é semelhante a um urso, o qual tem três costelas [...] entre os dentes. A ele se dirige uma voz que diz: Levanta-te, devora muita carne. O terceiro é como uma pantera, com quatro asas de ave no dorso e quatro cabeças, sendo-lhe dado o domínio. Segue-se lhe um quarto, terrível, espantoso e extraordinariamente forte, que tudo come e tritura, calcando o restante com as patas. Possuidor de dez chifres, entre eles desponta um menor diante do qual os três primeiros lhe são arrancados. Possui este chifre olhos com semelhança humana e uma boca que vomitava insolências. Segue-se então, à aparição dos animais, a de um Ancião, de vestes cândidas como a neve e cabelos [...] alvos como a lã, que toma assento num trono de labaredas [...] com rodas de fogo flamejante, irrompendo igualmente uma torrente de chamas. O Ancião, servido e assistido por uma multidão, preside a um tribunal, onde os livros são abertos, o quarto animal morto e cremado e os restantes despojados do poder, sendo-lhes fixado o limite de duração da vida. Depois, com as nuvens do céu, advém uma figura semelhante a homem, que é apresentada ao Ancião, sendo-lhe outorgado poder, majestade e império eternos e tornando-se servido por todos os povos, nações e línguas, num reino tal que não será dissolvido. Finalmente, um dos presentes explica ao profeta que os animais prefiguram quatro reis que surgirão na terra até que os santos do Altíssimo recebam e possuam o reino, eternamente, dominando todos os potentados.

O quarto animal será um reino que, diverso dos demais, devorará toda a terra, representando os seus dez chifres dez reis e o chifre com olhos e boca um monarca que abaterá três dos outros, insurgindo-se contra o Altíssimo e pretendendo exterminar os seus santos, bem como mudar os tempos e as leis. Entregues os referidos santos ao seu domínio por um tempo, mais tempos, e metade de um tempo, o tribunal lhe tirará o poder e o destruirá, tão definitivamente como instaurará o reino dos santos.

4.3. A visão dos quatro carros entre dois montes

Na terceira visão, em Zacarias, 6, 1-15, o profeta vê surgirem quatro carros entre dois montes de cobre. No primeiro os cavalos são baios, no segundo negros, no terceiro brancos e no quarto tordilhos (pelame negro com malhas brancas). Interrogado, o anjo que fala com o profeta diz-lhe serem os quatro ventos do céu, que partem depois de terem estado na presença do Senhor de toda a terra, dirigindo-se em diversas direções. Após o que, sem conexão explícita, a palavra de Deus revela que de prata e ouro será feita uma coroa para ser colocada sobre o sumo sacerdote Jesus, filho de José, seguindo-se o anúncio de um homem que, chamado Rebento, brotará por si e reconstruirá o santuário do Senhor, vindo a ser entronizado e a reinar em perfeita harmonia com um sacerdote.

É sabido que Vieira, seguindo uma longa tradição exegética, interpreta estes três textos capitais (*Ibid.*, 1921, p. 250) como outras tantas profecias, entretanto reveladas pelo tempo, considerado o seu melhor intérprete (*Ibid.*, 1921, p. 236), da sucessão histórica de quatro impérios – Assírio, Persa, Grego e Romano, figurados nos quatro metais da estátua, nas quatro feras e nos quatro carros e cavalos, bem como do final advento do Quinto – o de Cristo e dos Cristãos, sendo Cristo figurado na Pedra, no Filho do Homem e em Jesus, filho de José. Coerente com a referência, sobretudo patente no sermonário, do tempo dos quatro impérios profanos do mundo – se bem que integrado ainda na providencial translação, cósmica e histórico-política, para Ocidente – à fenomenologia da queda adâmica, do mal e logo da própria evanescência ontológica de uma temporalidade cindida da sua fonte e confluyente com o nada, o Jesuíta destaca, a par da homologia daqueles quatro centros de poder e do seu simbolismo, a alteridade e diferença radicais do Quinto: “Porque os quatro Impérios tinham conveniência e semelhança e conexão entre si, e por isso foram representados todos quatro em coisas semelhantes, ou em quatro metais, ou em quatro feras, ou em quatro carroças; mas o Império de Cristo não tem conveniência, semelhança nem conexão alguma com eles, e por isso em todas

estas visões foi sempre significado e mostrado em figuras totalmente diversas, e diversíssimas dos outros, e mui particularmente do Romano” (VIEIRA, 1983, p. 254 e HF, II).

Na sequência de anteriores propostas de reflexão problematizante e crítica, é exatamente essa alteridade e diferença radical que nos parece afirmada por “Vieira para logo quedar assumida e mesmo traída na pretensão a mediante uma exegese tipológica que, influenciada pela tradição joaquimita, antes substitui a letra escriturária por uma outra letra, histórica, do que passa dela ao espírito, por via anagógica” (MOTTU, 1997, p. 78-85)⁵² – tê-la por fundamento e sanção da expectativa de que o Quinto Império se cumpra no mesmo nível de manifestação dos quatro impérios profanos do mundo, ou seja, no plano linear e fatural da história objetiva, cronológica e institucional, segundo um regime de poder político-religioso daqueles não fundamentalmente diverso, enquanto não dispensa a coação como modo de converter o outro à verdade divina que se supõe confessional, dogmática e institucionalmente deter. E isso apesar de Vieira, no já referido discurso Quinto de As cinco pedras da funda de Davi, ao enunciar as tentações da esperança, considerar a Igreja romana como particularmente inclinável às supremas dentre elas, tipificadas naquelas a que foram submetidos, com resultados diversos, Adão e Cristo, a saber, ser como Deus, e o império universal sobre todos os reinos do mundo.

Todavia, se as referidas visões proféticas, pela letra do imaginário que aponta ao messiânico advento de uma soberania divina e imperial, bélica, jurídica e político-religiosamente instituída, convidam elas mesmas a tal exegese, já outros tipos de metáforas e símbolos, que no pensado Jesuíta intertextualmente as cruzam, podem iluminar lhes um outro nível de leitura, porventura mais próximo do sentido e da Verdade que a umas e outras comumente preside.

É o caso de um segundo grupo de imagens, assumidas ainda como expressão do advento quinto-imperial, onde o perfil de uma soberania violentamente instaurada se abre para a visão erótico-nupcial da adunação entre Deus, humanidade e mundo. Interpretando a figura da mulher no Apocalipse, 12, como símbolo do estado escatológico da natureza humana e da Igreja, Vieira afirma que então toda a Natureza humana há-se ser Igreja, e a Igreja tão grande como toda a natureza humana, porque estará está totalmente vestida do Sol, que é Cristo, [...], e assim coroada de doze estrelas, símbolo da universalidade do Mundo, patente ainda nos doze

⁵² MOTTU, Henry. **La manifestation de l'esprit selon Joachim de Fiore**. Neuchâtel/Paris: Delachaux & Niestlé, 1977.

Apóstolos, nos doze assessores do Juízo Final e nas doze portas da Jerusalém Celeste.

A última e universal coroa de luz pela qual Cristo e sua Esposa, a Igreja, se coroarão ultimamente em seu consumado Império, compor-se-á aliás de doze estrelas porque o mundo será inteiramente alumado com a fé (*Ibid.*, 1921, p. 45-46), no que destacamos, além da reciprocidade e paridade do ato pelo qual Cristo e a Igreja-Humanidade realizam a sua comunhão e soberania, o modo como na coroa, símbolo supremo disso, se expressa igualmente a total iluminação do cosmos, perfeitamente adunado ao matrimônio teândrico e à verdade escatológica nele patente. Também em comentário ao Cântico dos cânticos, 3, 11, interpreta os esposais e coroação de Salomão por sua mãe como referentes a Cristo e ao seu matrimônio com sua Esposa, a qual simboliza tanto a Igreja como a Virgem, referindo o *Como és bela, companheira minha! Como és bela!* (4,1), ou o *Tu és toda bela, companheira minha!* (4,7), a uma quase equivalente perfeição e ausência de pecado na mediadora humana da encarnação e na comunidade onde está se plenifica. Desse modo, a coroação e consumação do Império de Cristo, tema de fundo da exegese vieirina, supõe uma Igreja toda formosa e [...] sem mácula, interpretando-se o *Tu me enlouqueces, minha irmã-noiva!* (6,9) como metáfora e símbolo de uma comunidade em que, sublinhamos, pela abundância da graça se terá como transformado nela o Espírito Santo. Conforme a imagem da palmeira (7,8), “cuja singularidade entre as demais árvores reside em que, sendo toda até cima tronco duro e áspero, só no fim e no remate tem todos os seus ramos e frutos e toda a sua verdura e formosura, a Ecclesia conhecerá como que a escatológica conversão nela do próprio Paracleto” (*Ibid.*, 1921, p. 170-172).

Na paraclética imanentização do superabundante Bem redentor, e agora em comentário a Isaías, 61, 9, 11, a Esposa, ou a Igreja, Jardim de Deus, produzirá então a santidade e a perfeição não só nos desertos dos eremitas, e nos claustros das Religiões reformadas, senão universalmente, em todas as gentes (*Ibid.*, 1921, p. 166-167), na incircunscrição da virtude a lugares e regimes ascéticos extramundanos, pela qual, e numa perspectiva complementar, é o próprio Mundo, na sua totalidade, que se transformará numa universal congregação reformada da Lei Evangélica, onde todos geralmente [...] serão virtuosos e santos, e [...] se salvarão, donde a futura designação de Mundo Santo (*Ibid.*, 1921, p. 193-194).

Na plena confluência do Infinito divino e da totalidade cósmica, em exegese a Salmos, 46 (45), Vieira colhe a imagem do rio que alegra a cidade de Deus e a santifica, implantando o divino como seu centro inabalável (cf. a derivação de *sanctus de sancire [id est, firmare]*), como expressão do ímpeto e abundância da graça que, regando a *civitas Dei*, a edifica universalmente,

o que tem por consequência a sua final identificação à grande casa de Deus, que é o Universo, a qual no entanto só então, pelo que diríamos ser o seu reajardinação edênico, será toda santa. Consoante o Salmo 104 (103), o efeito desta renovação será ser Deus glorificado e agradecer-se em suas obras.

Note-se, a propósito dessa visão do Quinto Império – enquanto plenitude, já cósmica e não meramente teândrica, da adunação entre o Verbo divino e a dimensão feminina, virginal e parturiente, do Homem e do Mundo – como renovação universal em que a própria divindade se glorifica e rejubila, como Vieira, em passagens decerto contrastantes com a sua dominante exaltação do excesso do bem futuro relativamente ao passado, não deixa de interpretar o Salmo 22 (21), – Do Senhor hão-se lembrar e a ele hão-se converter/ todos os povos da terra - no sentido de que a ventura conversão e fé universal do Mundo no conhecimento e adoração de um só Deus verdadeiro, não será novidade, senão reminiscência, porque a reminiscência é das coisas passadas e mui antigas e esquecidas, e esta fé universal, em que o Mundo começou e depois esteve tão esquecido nele, é a que no fim do Mundo ressuscitará outra vez universalmente. Afirmando, em consonância com Sabedoria, 14, 13, relativo a não existirem ídolos no início e não se destinarem a existir para sempre, que assim há-me ser nos tempos futuros como já foi nos passados, e considerando que o batismo universal do Mundo será um dilúvio, conclui que assim como do princípio do Mundo até o primeiro dilúvio, não houve mais que uma só e verdadeira fé de Deus, assim depois do segundo dilúvio até o fim do mesmo Mundo não haverá também mais que uma só e verdadeira fé de Cristo (*Ibid.*, 1921, p. 46-47). A anamnésis cósmica, pela qual no mundo ressuscitará o seu primitivo compromisso com a Verdade, procede da sua regeneração batismal pelo excesso de graça, santidade e sabedoria simbolizado ainda nas Águas divinas. Regeneração que afinal devolve ao mundo a realidade perdida, mesmo em termos ontológicos, se pensarmos na fundamental tese do sermão onde o pregador, radicalizando a tese agostiniana do pecado como relativa nadificação do pecador (cf. SANTO AGOSTINHO, *Contra Secundinus*, VIII, XI, XII e XVII), afirma que [...] tudo o que não é ser Santo, é não ser [...] (S, IV, p. 136).⁵³

⁵³ SANTO AGOSTINHO, *Contra Secundinus*, VIII, XI, XII e XVII), (S, IV, p. 136).

Finalmente, de acordo com a ideia fundamental de que só na plena união entre Deus e o todo se consumará o sentido divino do processo, ou seja, em comentário ao que tem pôr o grande lugar de 1ª Coríntios, 24, 28, de que só estabelecida a universalidade do Reino de Cristo no mundo, e assim por este sujeito tudo e a si mesmo ao Padre, Deus será tudo em todas as coisas, as *imado advento* de uma soberania messiânica e imperial, bem como da união amorosa e, de algum modo, mutuamente plenificadora entre Deus e o mundo, confluem no simbolismo orgânico do crescimento histórico-cósmico e ainda ontoteológico do Corpo Místico de Cristo.

O teopantismo evolutivo e escatológico de Vieira, no qual a transcendência divina se incarna, imanentiza e realiza na elevação, plenificação e glorificação da história e do mundo, até que Deus seja o tudo de toda a onticidade, encontra a fórmula da sua mediação dinâmica e redentora na passagem crucial da *Clavis Prophetarum* onde, uma vez identificado o tempo de Cristo, entre o primeiro e o segundo Adventos, ao tempo da Igreja, ou do seu Corpo, se diz que *Christus ipse adolescit, et crescit usque = [sic] ad plenitudinem et mensuram perfectae aetatis* (O próprio Cristo desenvolve-se e cresce até à plenitude e medida da perfeita idade) (CF, liv. 2º, cap. 13º, XI, p. 523)⁵⁴.

Se vida do Verbo incarnado se não esgota na do Cristo individual e histórico, prosseguindo e aperfeiçoando-se, ainda que apenas enquanto progressiva manifestação da sua plenitude eterna, como a orgânica unidade interna da história do mundo, estabelece-se uma homologia profética entre o crescimento e as idades do corpo natural de Cristo e os do seu Corpo Místico, o mesmo que o seu Reino, Império ou Igreja. A infância, a adolescência e a idade varonil do corpo e vida históricos de Cristo prefiguram o seu desenvolvimento na comunidade teândrico-cósmica onde se reproduzem, a qual apenas dele se diferencia como o corpo e os membros se distinguem da cabeça (*Ibid.*, 1921, p. 275-276 e p. 195). Comentando uma vez mais São Paulo, em Efésios, 1, 22-23 e 4, 12-14, Vieira aponta na humanidade a passagem histórico-ontológica do estado de meninos ao de varão perfeito, no qual a perfeição do Corpo total também será a e se formará de cada um dos seus membros constituintes (*Ibid.*, 1921, p. 41-43 e 174-175).

⁵⁴ VIEIRA, Padre Antônio. **Clavis Prophetarum verum eorum sensum aperiens ad rectam regni Christi in terris consumati intelligentiam**, conforme o Manuscrito 359 da Biblioteca Gregoriana de Roma.

Nesse sentido, adequando S. Paulo ao espírito da exegese joaquimita, mas também a Nicolau de Cusa, entre outros, Vieira assume as ações de Cristo como profecias dos sucessos futuros da sua Igreja. É em referência a um tratado particular daquele último autor, que explicitará ser o *Tractatus de diebus novissimus*, que Vieira, assumindo a equivalência de cada um dos anos da vida terrena de Cristo a um ano jubileu, composto de 50 anos comuns, advoga a tipológica correspondência entre os primeiros sete anos, com as perseguições de Herodes, e os cerca de 350 das perseguições sofridas pela Igreja, até Constantino; seguidamente, à vida de Cristo, até aos 30 anos, em sujeição, retiro, humildade e obediência, corresponderia o período em que, analogamente, se constituíram as ordens religiosas, até ao fim do medievo; ao tempo da pregação, depois dos 30 anos, corresponderia a era da expansão quinhentista da Igreja; finalmente, à Paixão e Ressurreição, com a posterior permanência de Cristo no mundo, corresponderiam os tempos, num futuro iminente, de uma grande perseguição, a ser padecida pela comunidade eclesial, e suas imediatas glória, felicidade e perfeição (*Ibid.*, 1921, p. 258-261).

De notar que, pese este destaque conferido à dimensão visível e institucional do Corpo Místico de Cristo, Vieira não esquece que, na sua dimensão humana, ele não se circunscreve à comunidade cristã. É o que se verifica na Clavis, onde, seguindo S. Tomás, afirma que *Christus non solum est caput Ecclesiae, proprie et stricta sumpta, hoc est fidelium, sed est caput etiam totius humani generis, hoc est omnium hominum, tam fidelium, quam infidelium*. Advindo-o à plenitude no dinamismo perfectivo de um só Corpo, divino-humano-cósmico, Cristo rege capitalmente não só os fiéis, mas também todos os infiéis, que o Jesuíta reconhece serem de longe a maior parte do gênero humano, não de modo potencial, mas também atual. Na sua mais plena acepção e imagem, o corpo universal de Cristo integra mesmo os danados, embora com as naturais diferenças que o juízo dogmático-moral, restringindo a amplitude da intuição originária, estabelece entre aqueles, ou membros corruptos, os infiéis, ou membros informes, os pecadores, ou membros mortificados, e os justos, enfim, ou membros em perfeita vivência, e unidade.

Assim se concilia que a Igreja e o Reino espiritual de Cristo num sentido se distingam, tal como a parte do todo, e noutro, simultânea e respectivamente, difiram como o reino atual e o potencial, o reino formado e o informe, o reino peculiar e o universal, e comum, o reino propriíssimo e o menos próprio, (*Ibid.*, p. 247-259), concluindo-se pela maior perfeição da comunidade já reconhecida no Ato redentor, se bem que quantitativamente inferior àquela que o Corpo e domínio espiritual de Cristo abrange, concebido em toda a sua amplitude.

Expostas as principais imagens que presidem, em Vieira, à profética exegese da plenitude quinto imperial, bem como as estruturas fundamentais da sua conceptualização, não poderemos por ora ir muito além da proposta de um outro critério para a sua reinterpretação (a qual, em toda a sua exigência, terá de ficar para um desenvolvimento deste estudo), o qual, embora não assumido por Vieira, tanto pode hipoteticamente desvendar os motivos profundos e inconscientes dos seus rumos exegéticos, quanto decerto ilumina o que dá sua obra, para além da originária intenção do autor, continua em nós vivo e a dar-nos que pensar, assegurando a sua atualidade hermenêutica. Considerando, aliás na linha de uma tradição mais originária, as imagens e textos proféticos não tanto como anúncio e antecipação de um futuro historicamente condicional ou necessário, inscrito na determinação teleológica de um plano providencial e divino, mas antes como desvendamento e realização, já atual e instantâneo, ou numa temporalidade vertical e anagógica do processo da consciência, das profundezas do ser, individual e comunitário, divino, humano e cósmico, podemos ponderar se o que Vieira, profético comentador de profetas, distópica e discronicamente projeta e objetiva no plano da historicidade-sincrônica ou já de fatural e empírica não é afinal a irreconhecida simbólica do trans temporalmente, emerge no fundo da alma dos profetas bíblicos e na sua.

Não interiorizada, aprofundada e superada em sua letra imagética e narrativa, consoante a universal tradição acerca dos quatro níveis de sentido de todo o texto e realidade, irreconhecido e expulso para a exterioridade histórico-objetiva o que não seria senão visionário e simbólico psicodrama das tensões e desenlaces dos processos profundos da alma em sua constitutiva relação com a totalidade divino-cósmica, os conteúdos arquetípicos emergentes em ordem ao seu salutar reconhecimento quedariam pervertidos e desfigurados na paixão previsiva e na expectativa de uma plenitude histórica sempre e necessariamente frustrada e adiada, convertendo a esperança naquela Elpís que, em Hesíodo, permanece no fundo da jarra de Pandora, decerto como o pior dos males e tristes cuidados destinados aos homens (cf. HESÍODO, *Os trabalhos e os dias*, p. 95-98).⁵⁵

⁵⁵ MOURA, Alessandro Rolim de. **Hesíodo, Os trabalhos e os dias (Curitiba, 2012)**. Disponível em: https://www.academia.edu/7812934/Hes%C3%ADodo_Os_trabalhos_e_os_dias_Curitiba_2012. Consulta realizada em: 28 de outubro de 2022.

“Como mero exemplo das possibilidades de reinterpretar, a essa luz, o primeiro mais subsidiária de uma causalidade arqueo-teleológica do que da trans causal, grupo das imagens referidas por Vieira a uma escatologia exterior, e em verdade criadora e apocalíptica irrupção do eschatón” (RICOEUR, 1965, p. 504-505)⁵⁶, é de ponderar a possibilidade de entrever, ao arrepio da letra da sua própria interpretação bíblica, os referidos passos de Daniel (2, 27-45; 7, 1-27) e Zacarias (6, 1-15) como figuras não tanto da sucessão histórica de quatro centros de poder e sua final superação, ao mesmo nível histórico e mundano, pelo Quinto Império divino e definitivo, quanto da axial constituição, a partir da Unidade primordial, da estrutura quaternária que universal e junguianamente simboliza a totalidade, e pitagoricamente a perfeição, bem como da sua instante reintegração na mesma Unidade, assim tornada, mas só derivada e relativamente ao processo da quaternidade, Princípio e Fim em simultâneo, simbolizando o cinco, no qual Vieira exalta o quinto momento superativo, não apenas, como na aritmosofia pitagórica, o matrimônio do feminino e do masculino (do 2 e do 3, primeiro número feminino e primeiro masculino) – aliás de tão fecunda relevância para a compreensão do Quinto Império como núpcias de Cristo e da Igreja-Virgem-Natureza -, mas ainda a sempre atual e instante reintegração da totalidade quaternária na Unidade primordial e escatológica.

Que o quinto momento do processo pode ser visto como o que supera os anteriores quatro, não porque lhes suceda e traga uma novidade absoluta, a manifestar-se ao mesmo nível, mas por consistir na Unidade anterior aos quatro e assim manifestar como novo e terminal, apenas no plano da sucessão àqueles relativas, o que na verdade é sempre o seu princípio reintegrador, testemunha-o não só a própria conceptualização vieirina, sobretudo quando, apesar da tônica posta no excesso do fim sobre o início, afirma que a plenitude futura do Quinto Império não será novidade, senão reminiscência, bem como ressurreição da verdade no mundo pela qual Deus vem a ser tudo em todas as coisas, mas também o rigor próprio das imagens referidas. Note-se, com efeito, como no pride Daniel a pedra que derruba e pulveriza a estátua dos quatro metais, convertendo-se em onipresente montanha, procede ela mesma de uma montanha, de modo extra causal e misterioso – sem que interviesse mão alguma sugerindo a uni-totalidade final como reiteração da unidade primeva, feita instância de deconstituição transcensora e reintegrativa do processo ou estrutura quaternária dela emergente.

⁵⁶ RICOEUR, Paul. De l'interprétation – essai sur Freud. Paris: Éditorial Caminho, 1989.

De feição menos evidente, mais elaborada e crítica, também o segundo passo do mesmo profeta indica um princípio originário – mar grande, imagem arcaica do Abismo acósmico e cosmogônico, ou da matriz feminina do cosmos - de onde, proveniente também da dimensão celeste e masculina, emerge a quaternidade, figurada nos quatro ventos do céu e nos quatro animais, a qual é superada e despojada pela figura do alvo Ancião em seu trono de fogo, ou por aquela de semelhança humana por ele investida, onde uma familiaridade mínima com as analogias do universo simbólico não deixará de reconhecer, para lá da diversidade aparente, a manifestação daquela mesma divina ancestralidade (*Ibid.*, 2009, p. 231) bipolarmente patente no princípio celeste e na abissalidade aquática. Também o trecho de Zacarias, numa significativa confluência de motivos das visões anteriores, mostra o surgimento da quaternidade, figurada nos quatro carros puxados por quatro cavalos de diferentes cores e nos quatro ventos do céu, a partir de uma unidade originária que, tendo aqui, tal como no segundo passo de Daniel, uma constituição dual, os dois montes de cobre, é explicitamente de natureza divina, pois os quatro ventos são celestes e estiveram na presença do Senhor de toda a terra.

Pela sua mesma irrelação com a estrutura ou processo quaternário, acentua-se aqui a transcendência e numinosidade da quinta figura humana, coroada de prata e ouro, a qual preside ao advento harmonioso das duas outras que posterior e complementarmente manifestam a sacralidade régio-pontifical das suas funções, conforme Vieira o interpretará, embora no sentido do advento histórico do Imperador universal e do Papa Angélico como vigários terrenos de Cristo, Rei e Sacerdote divino. Nesse sentido, também a quinta figura e o quinto momento narrativo pode ser visto como reemergência da Unidade originária, simbolizada nos dois montes, no céu e na presença divina. Servem essas homologias simbólicas entre a unidade originária, a quaternidade e a unidade final (só cronologicamente adveniente como o quinto elemento, mas na verdade em ruptura superativa da sequência anterior) – ou seja, respectivamente, entre a montanha, o mar abissal/ céu e os dois montes/ céu/ Divindade, os quatro metais, os quatro ventos/ quatro animais e os quatro ventos quatro carros/ quatro cavalos, e a pedra/ montanha, o Ancião/ figura semelhante homem e a figura humana coroada, com seus dois representantes, para ilustrar possibilidade de uma leitura cumulativamente vertical e holística dessas visões onde, conforme a sugestão em Orígenes da correlação e simultaneidade entre Deus ser tudo em todas as coisas no estado edênico de cada alma individual e no termo do processo cósmico (*Ibid.*, 2009, p. 232), pela apocatástasis reintegradora de todos os entes no seio divino – demônios incluídos, contrariamente à Vieira, que tende a reificar e excluir da comunidade quinto imperial figuras da negatividade como os Turcos e o Anticristo-,

poderíamos contemplar e realizar a estrutura mandálica, circular, centrípeta e parmenidianamente rotunda e perfeita, se bem que tecida de dinâmicas e dramáticas pulsões, do processo de constituição divina e antropocósmica da nossa própria alma, em sua compenetração de Infinito e Totalidade. Assim reconhecendo, com deslumbrada sagesa, ser o rosto íntimo de cada um e de todos nós que as imagens proféticas figuram, não esperaríamos do mundo e da sua história outro Império, outro Messias e outro Imperador-Pontífice senão aquele que, felizmente, desde sempre, para sempre e a cada instante em nós (nos) é e advém a ser.

5- O QUINTO IMPÉRIO CULTURAL

Em Vieira, o Quinto Império aparece tardiamente. Não há menção ao tema antes da carta que redige ao bispo do Japão, em 1659, então com 51 anos, onde aborda o tema das trovas de Bandarra. É, portanto, no período de Restauração da coroa portuguesa que Vieira começa a visualizar uma história gloriosa para o futuro de Portugal. O papel da nação portuguesa é central no quadro geral do Quinto Império: é ela a nação que conduzirá o mundo à cristianização universal, ao Império de Deus na Terra. O Quinto Império é, assim, o futuro de Portugal, bem como, para Vieira, a própria razão de seu presente, naquele momento, presente este ameaçado duplamente no continente, pela Espanha, e, além-mar, nas terras portuguesas do Brasil, pela Holanda: é o mito funcionando como fator de coesão do povo português. Se em Bandarra o tema aparece como profecia popular, em Vieira ganha substrato filosófico e político: torna-se projeto. Em Pessoa, um sentido espiritual.

Sobre a relevância do mito, escreveu Gusdorf (1984, p. 318)⁵⁷ “nós não justificamos o mito, é ele que nos justifica, porque é princípio de compreensão em forma e o único sinal possível da espiritualidade humana.”

Fernando Pessoa (2022, p. 82)⁵⁸ descreve:

O Quinto Império

Triste de quem vive em casa,

Contente com o seu lar,

⁵⁷ GUSDORF, Georges. *Mythe et Méthaphysique*. Paris, Flammarion, 1984.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 82.

Sem que um sonho, no erguer de asa,

Faça até mais rubra a brasa

Da lareira a abandonar!

Triste de quem é feliz!

Vive porque a vida dura.

Nada na alma lhe diz

Mais que a lição da raiz-

Ter por vida a sepultura.

Grécia, Roma, Cristandade,

Europa - os quatro se vão

Para onde vai toda idade.

Quem vem viver a verdade

Que morreu D. Sebastião?

Uma das maiores preocupações de Fernando Pessoa, durante toda a sua vida, foi a tentativa de entender Portugal. Mas antes de chegarmos ao estudo das relações do poeta com a sua pátria, teremos, primeiramente que falar do mito Sebástico e do mito do Quinto Império, pois a importância destes mitos essencial para compreendermos Portugal, visto que se apresentam, praticamente, como sinônimos da Verdadeira Alma Portuguesa.

5.1. A Profecia do Quinto Império

Fernando Pessoa na sua análise à profecia do Quinto Império, começa por um extenso comentário à interpretação dada pelo profeta Daniel ao sonho de Nabucodonosor (Livro de Daniel, 2), para, seguidamente, expor as suas ideias sobre o mito desse Império do Futuro. Suportado pelo desenvolvimento lógico da sua reverberação argumentativa, finaliza a sua explanação, demonstrando que, contrariamente ao que a versão de Daniel deixaria supor, o Quinto Império, dadas as características dos quatro impérios que o precederam, ainda estava por vir. E, apoiando-se, essencialmente, nas profecias de Bandarra, subsequentes, obviamente, à de Daniel, acrescenta, na senda de Vieira, que o Quinto Império seria realizado pela nação portuguesa.

Fernando Pessoa e Ruy Vaz (1983, p. 641)⁵⁹, critica a interpretação de Daniel pôr a considerar demasiado redutora e simplista. Segundo ele, a leitura que Daniel fizera do sonho de Nabucodonosor, pecava por ser, por um lado ingénuo nos seus preconceitos e rudimentar na sua forma e, por outro lado, por ver os impérios como objetos puramente materiais. No dizer 159 de Pessoa, aquele profeta falhara na sua qualidade de intérprete por não ter sabido aplicar a regra básica e, portanto, necessária, à explicação de toda a profecia. Esquecera, na resposta que dera ao rei, que a profecia é visionária, é simbólica, e translata, devendo sempre entendê-la uma coisa onde está a outra, e que, por isso mesmo, deveria ter ajustado a sua interpretação ao princípio ternário que, na sua opinião, guia a voz profética. Espécie de máxima que estabelece que “o que é visto profeticamente representa sempre três cousas; onde se indique um tempo, três tempos, períodos, épocas ou ocasiões” (*Ibid.*, 313). Daniel enjeitara o postulado teórico que simbolicamente a “tripeça” representa, ou melhor dizendo, descurara a lei de que toda a profecia tem, como afirma o autor da *Mensagem*, “três interpretações diferentes, cada uma em seu nível [...] – material, espiritual e divino” (*Ibid.*340). O fato de Daniel ter cingido a sua visão unicamente ao nível material, foi a razão, no ver de Pessoa, que o levou a errar nas suas previsões. A antevisão que Daniel teve da profecia revelou-se, para o poeta, deficiente e inexata por aquele profeta ter, desde logo, desprezado a hipótese de uma interpretação a nível espiritual.

Segundo Fernando Pessoa, vimos, o profeta Daniel errara porque partira do falso pressuposto de que o primeiro império, o tal representado pela cabeça de ouro da estátua que a pedra talhada da montanha destruíra, era o império do rei Nabucodonosor. Visão que considerava materialista e eivada de um nacionalismo, por assim dizer, sectário que, na sua perspectiva, conduzira ao equívoco relativamente ao reconhecimento dos três impérios que se lhe seguiram.

A nível material, os quatro impérios que antecederiam o quinto e que tiveram, vimos, como ponto de partida o império da Babilónia, teriam sido, na sua sequência cronológica o Medo-Persa, o Greco e o Romano. Ora, como para o poeta, a Grécia não foi um império material, mas espiritual, a interpretação material deixava de ter cabimento. Apesar disto, e para reforçar a impossibilidade de uma interpretação material da profecia, Pessoa continua a sua

⁵⁹ ATHENA, Revista de Arte, dir. Fernando Pessoa e Ruy Vaz, edição fac-similada, introd. De Teresa Almeida, Lisboa: Contexto Editora, 1983 [repr. N° 1-5, 1924-1925].

análise até demonstrar que, a manter-se a explicação a nível material, a atribuição do Quinto Império teria forçosamente que recair sobre a Inglaterra, posto que, na sua opinião depois do Império Romano nunca houve no mundo poder material como esse na população, na extensão, no comercio e em tudo mais quanto a palavra material comporte. E, se no Império inglês se incluirmos os Estados Unidos da América, nação de origem e fala inglesas – por isso digo Império inglês e não Britânico – maior ainda será o seu vulto, e, ainda muito maior a sua materialidade. Ainda, e seguindo a ordem porque a profecia simboliza os impérios (como sabemos os quatro primeiros impérios são representados pelos diferentes materiais – ouro, prata, cobre, ferro e barro – que davam forma à figura que foi destruída pela pedra talhada que veio da montanha) a razão abona a favor da proposta pessoana, porque, como diz, o Império inglês é de fora, como a pedra que veio destruir a estátua.

Interpretada a profecia segundo um ponto de vista material, o Quinto Império teria de vir, forçosamente de fora, tal como a pedra que se soltara da montanha e viera embater na estátua, desfazendo-a em cacos. Mas, como a estátua com os seus elementos componentes, figurava, segundo ele, a continuidade no espaço dos quatro impérios anteriores que eram todos “ou do Mediterrâneo ou indo dar nele.” (*Ibid.*, 1983, p. 343), a hipótese de o Quinto Império vir de fora, parecia-lhe contrária ao espírito da profecia. Chegou mesmo a sugerir, não sem alguma ironia, pensamos, que, dada a possibilidade de o futuro império vir de fora e assim quebrar a unidade simbólica figurada pela estátua, esse império poderia recair sobre qualquer nação de vulto imperial situada fora da Europa, tal como, por exemplo a Rússia, o Japão, a China, os Estados Unidos ou mesmo a Índia.

Porém, o espírito que norteava o nosso poeta, na sua conceptualização de império era bem mais lato e abstrato do que o que a profecia bíblica contempla. Por essa razão a comentou tão detalhadamente, acabando por provar que, se assim fosse, o mundo vivia já o Quinto Império que, paradoxalmente, continuava esperando.

Com mais este argumento, Pessoa julgou provar que o imperialismo não poderia ser visto como um domínio material de conquista e expansão, em que várias nações se veriam subjugadas por uma nação forte, autoritária e prepotente.

O imperialismo de Pessoa não deve ser entendido como o agrupamento artificial de várias nações em uma só, mas [como] a tendência de toda a nação para converter em sua substância psíquica as outras nações. A sua ideia alarga-se, portanto, a um império que resuma

várias coisas, concentre várias influências, seja uma síntese e não uma simples extensão da força. Aqui via ele a tal unidade que a estátua simbolizava.

Assim, segundo a interpretação do poeta, o futuro Quinto Império teria obrigatoriamente de ter um carácter sincrético capaz de incluir e sintetizar os quatro que o precederam. Portanto, só uma nação pequena de mente receptiva e, ao mesmo tempo, criativa e influenciadora, sem ambição de poder material, nem desejo de domínio físico poderia ser o espaço desse futuro império cultural e universal.

5.2. O Império Espiritual

O Quinto Império, contrariamente aos que o precederam, seria, segundo Pessoa, um Império Espiritual. A sua vocação não era de conquista, nem de expansão, mas unicamente cultural.

Este Império seria, como o define Pessoa, ao mesmo tempo um império de cultura e o mesmo império universal, que é outra coisa. Ao império cultural caberia pôr fim à dualidade aberta pelo Império Cristão e expandida pelo império que se lhe seguiu. No seu espaço dar-se-ia, finalmente, a reunião desses dois lados do conhecimento que acreditavam ser opostos: o da razão científica e especulação intelectual e o da inteligência analógica e intuitiva. Este novo império propiciaria, assim, a fusão entre o mundo interior ou espiritual com o mundo exterior ou material. Isto é, nele o homem encontraria a unidade perdida.

Mas, como afirmou Pessoa, o Quinto Império, além de cultural seria Universal. O que quer dizer que se estenderia ao universo inteiro, ou melhor dizendo, que subjugaria o mundo inteiro. Não se refere, aqui, Pessoa a um imperialismo de domínio material, mas, sim, a um imperialismo de domínio psíquico. O poder deste futuro império exercer-se-ia pela sua ascendência psicológica, pela sua capacidade em moldar mentalidades e não pelo desejo de absorção territorial.

Para que a pátria-língua-portuguesa cumprisse a missão que lhe fora destinada, Pessoa armou-se mentor dessa gente que, antes de mais, teria de criar as condições imediatas do Império de Cultura.

5.3. A Nação Imperial

Na opinião de Fernando Pessoa, a nação que procurasse criar valores civilizacionais para despertar outras nações teria de se definir em relação a si própria, ao grupo civilizacional a que pertence e à civilização em geral.

Por definir-se a si própria, entendia, o poeta, a unificação dos elementos que falassem a mesma língua. No caso de Portugal, não seria necessário, no seu ponto de vista, proceder-se a qualquer unificação dentro do território, visto considerar não existirem dialetos. Achava, no entanto, importante e essencial unificar os elementos que usassem da língua no continente e no Brasil. A influência cultural que a língua portuguesa viesse, eventualmente, a exercer, teria, a seu ver, de ser fruto de uma ação concertada entre os dois países que dela eram filhos. Portugal e o Brasil, na óptica de Pessoa, são nações politicamente diferentes, não são nações diferentes.

A língua que as duas nações falavam, por ser a mesma, não permitia que houvesse uma separação essencial entre os dois povos. Portugal e o Brasil tinham, segundo pensava, de obedecer ao destino comum que a língua lhes traçara. Foi esta uma das razões, como veremos, que levou o poeta a levantar a voz, indignado com a Reforma Ortográfica que o governo português decidira, primeiramente, impor sem ter consultado aquele país irmão.

A seu ver, a imposição, em Portugal, de uma grafia diferente daquela, até então, usada iria causar uma cisão cultural entre as nações portuguesa e brasileira, pondo em risco o futuro imperial reservado à língua portuguesa.

Por esta razão, como mais adiante saberemos, conjecturou publicar um tratado em defesa da língua portuguesa. Nele, além de procurar ilustrar o espírito que o idioma português enformava, tratou de estabelecer regras gramaticais para o bom uso da língua, nomeadamente, da palavra escrita que considerava ser o meio material que melhor manifestava o gênio da língua. Além de fazer uma defesa acérrima e intransigente da ortografia etimológica, Pessoa estabeleceu, também, aí, os princípios que, segundo ele, deveriam reger a acentuação gráfica das palavras e as normas de regência para determinadas preposições.

Num outro capítulo que intitulou propriedade da linguagem desenvolveu os pontos referentes à adopção de termos estrangeiros ou ao uso de regionalismos que, a seu ver, pervertem a língua desde que a sua aceitação em nada contribua para desfazer ambiguidades

semânticas e o seu uso se integre “naturalmente na nossa índole e o seu uso corresponda a uma necessidade cultural” (A ÁGUIA, 1912, p. 4-12),⁶⁰ ironizou o recurso ao calão que apelidou de uma linguagem de “asneiras-de-passe semestrais” porque o calão “envelhece e passa depressa, como as estrelas de cinema, e quem se entendia pelo calão do equinócio da primavera já se não entende pelo do outono” (*Ibid.*, 1912, p. 71); ponderou sobre o purismo linguístico que, quando exagerado, denuncia uma inconsciente recordação de estados primitivos da humanidade; questionou a existência de sinónimos que são, como qualquer Dicionário de sinónimos, palavras que, afinal não querem dizer a mesma coisa; refletiu sobre a liberdade de estilo que consiste no direito legítimo que o poeta tem de violar as mais elementares regras da gramática [...], se com isso a ideia ganha clareza ou firmeza, ou à frase se enriquece o seu conteúdo de sugestão.

Relativamente ao grupo civilizacional a que pertence – a Ibéria – a nação portuguesa deveria demarcar acentuadamente os traços que a distinguem do meio cultural de que, por natureza, participa espiritualmente.

Segundo Pessoa (1980, p. 38),⁶¹ contrariamente à França, Itália e mesmo a Alemanha, do ponto de vista de cultura civilizacional, os países ibéricos pouco ou nada herdaram do espírito latino. Essencialmente filhos espirituais da Ibéria com ela partilham uma personalidade psíquica comum. Isto é, um estado de alma particular que se exprime, na opinião de Pessoa, pelo seu carácter sintético perante as influências que lhe são estranhas. O fundo da sua síntese cultural é produto, segunda alega, da conjugação de diferentes civilizações: romana, árabe e helénica. A influência da cultura helénica recebeu-a transliteradamente, através do espírito romano e da alma árabe porque a Grécia é o fundo comum da cultura romana e da cultura árabe. O cruzamento destas duas civilizações – romana e árabe – explicaria, segundo o poeta, o carácter naturalmente universalista e cosmopolita, (legado de Roma) e pendor introspectivo, sonhador, intenso, imaginativo e complexos (herança árabe) do povo ibérico.

⁶⁰ A ÁGUIA, revista mensal de literatura, arte, ciência, filosofia e crítica social, dir. Teixeira de Pascoaes, 2ª série, nº. 4-12, 1912.

⁶¹ *Ultimatum e Páginas de Sociologia Política*. Fernando Pessoa. (Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão. Introdução e organização de Joel Serrão.) Lisboa: Ática, 1980.

Porém, embora a nação portuguesa participe em traços largos de uma convergência cultural ibérica, dela se distingue pelo seu espírito acentuadamente cosmopolita, nomeadamente no que se refere à hegemonia de Castela que se define por um arreigado e profundo sentimento nacionalista; pelo seu desinteresse em dominar pela força, por assim dizer, guerreira; pelas novas características da sua literatura (Cesário Verde, Camilo Pessanha e Antero) e da sua filosofia que tem em Leonardo Coimbra um dos três grandes filósofos da Europa Contemporânea (os outros dois são Bergson e Eucken) e, sobretudo, pela índole da sua língua que não se sujeitou ao domínio de Castela e marcou claramente essa distância na sua fixação etimológica.

No que diz respeito à civilização em geral, a nação portuguesa, para dela se distinguir, deveria rejeitar, segundo Pessoa, todos elementos que lhe são estranhos, ou seja, aqueles que deteriorariam a sua índole por esta não o poder assimilar e transformar.

Na perspectiva do poeta o espírito de uma nação criadora de civilização reside, precisamente, nesta capacidade de, ao assimilar e sintetizar os elementos civilizacionais gerais do seu tempo, acrescentar qualquer coisa de novo imprimindo-lhes uma nova direção. Por esta razão considerou criadores de civilização os impérios grego, romano, cristão e o inglês a que, por vezes, também chama de europeu.

A Grécia, segundo o poeta, foi criadora de civilização, porque sintetizou os conhecimentos das civilizações passadas e com eles desenvolveu a razão e o espírito crítico; o Império Romano, porque acrescentou à herança grega a ordem administrativa e o conceito de Estado, ou seja, ao espírito crítico e à razão juntou o poder organizacional; o Império Cristão, porque ao fundir a cultura grega com o poder expansionista romano, desenvolveu o critério moral absoluto da sua doutrina que postula que nenhum Estado, “nenhum Imperador, nenhuma lei humana podem obrigar o indivíduo a proceder contra a sua consciência, distinguindo, assim, o indivíduo moral do indivíduo político; e o Império Inglês que “distribuiu por toda a terra os resultados dos outros três impérios e sendo assim o primeiro de uma nova espécie de síntese” (*Ibid.*, p. 642).

Pessoa divide, ainda, as nações em distribuidoras e concentradoras de civilização. As primeiras, para as quais dá como exemplo a França, a Alemanha e Castela, caracteriza-as por não só aceitarem os elementos vindos do exterior, como também por os harmonizarem e os intensificarem de acordo com a sua psique nacional; as segundas, identifica-as por se limitarem

a aceitar os elementos gerais civilizacionais, imprimindo-lhes, apenas, um cunho nacional. Cita como exemplo a Suíça, a Bélgica e a Holanda.

Na ótica pessoana, a futura nação imperial que realizaria o Quinto Império teria de ter a capacidade de fundir a cultura grega com a ordem romana, a moral cristã e o individualismo inglês e dessa síntese fazer brotar uma nova direção. A tal direção que ele próprio batizou de criadora de civilização e que passaria por uma fase de influência seguida da fase de domínio que, desta vez, seria espiritual.

Resta, agora, ao poeta demonstrar se Portugal tem condições para se transformar nessa futura potência espiritual. Para isso, determina quais os critérios definidores das condições a que a grei deve obedecer para poder assumir a responsabilidade de futura nação imperial.

5.4. Os Meios Materiais do Império

Fernando Pessoa, ao afirmar-se cidadão de uma língua que tomou por pátria, assumiu o conceito de nação como um espaço abstrato, uma ideia cuja realidade e unidade se manifestam através da língua. Pátria e país são, assim, para Pessoa duas coisas diferentes. A primeira não tem fronteiras e acolhe dentro de si um ou vários países, dependendo este facto dos vários lugares onde a língua portuguesa fosse a língua natural. Podemos, por isso, dizer que a pátria de Pessoa inclui não só Portugal como o Brasil. Essa pátria que se divide por dois espaços geográficos separados pelo Atlântico e que o poeta decidiu transformar num império universal.

Nesta ordem de ideias, se a pátria afirma, segundo Pessoa, pela língua, será essa mesma língua que naturalmente irá dar corpo ao império. Pareceu-nos, portanto, natural que o poeta assentasse na língua e nas potencialidades dessa mesma língua as condições que elegeriam a futura nação imperial.

Porém, e ainda que considere a língua o elemento com maior peso para essa escolha, outros fatores lhe parecem importantes para poder julgar essa opção. À língua vai, então, juntar outros critérios, na sua maioria relacionados sempre com o aspecto cultural, ou como diz, espiritual. Ou seja, a nação imperial terá de ter feito prova que na sua história passada o interesse espiritual se sobrepôs sempre ao proveito material.

Estes requisitos preenchem-nos, segundo o poeta, a nação portuguesa melhor que qualquer outra. O passado da pátria-língua-portuguesa, na opinião de Pessoa, não primou nem tampouco foi reconhecido pelas outras nações pela quantidade de valores culturais e

civilizacionais desenvolvidos, mas pela sua qualidade. Um, segundo Pessoa, situa-se no campo da literatura, o outro no domínio das ideias. Ambos foram dignos de aplauso por parte da Europa e fizeram de Portugal um país criador de civilização. Refere-se o poeta à poesia dos *Cancioneiros*⁶² e aos Descobrimentos portugueses. O ato cultural das descobertas considera-o um ato de criação civilizacional. Criámos o mundo moderno; porém a nossa primeira descoberta foi descobrir a ideia de descoberta.

Além de satisfazer estas exigências, a nação portuguesa tem a seu favor, no ver de Pessoa, ser um país pequeno e sem poder guerreiro, nem ânsia de domínio de expansão, por isso as outras nações nada teriam a temer relativamente à sua hegemonia.

As outras condições que o poeta enumera estão diretamente relacionadas com a língua. A língua imperial deverá ser. (a) rica; (b) gramaticalmente completa; (c) fortemente nacional.

Neste seu sonho de tornar Portugal o mentor espiritual do mundo, Pessoa pensou, como dissemos atrás, constituir uma agremiação a que deu o nome de Grémio da Cultura Portuguesa, cuja finalidade visava fixar os meios materiais que criariam todas as condições para que a pátria portuguesa cumprisse o seu destino de nação imperial.

Neste seu sonho de tornar Portugal o mentor espiritual do mundo, Pessoa pensou, como dissemos atrás, constituir uma agremiação a que deu o nome de Grémio da Cultura Portuguesa, cuja finalidade visava fixar os meios materiais que criariam todas as condições para que a pátria portuguesa cumprisse o seu destino de nação imperial.

Os pontos enunciados, ou fundamentos, como lhes chama, são, apenas quatro e todos, têm em conta que esse futuro império, ou Quinto Império estaria subordinado ao espírito definido pela língua portuguesa.

Debrucemo-nos, então, sobre o texto que nos traz à liça e atentemos no primeiro fundamento daquele grémio. Neste ponto, Pessoa nomeia, como agentes responsáveis para levarem a bom termo o objetivo por ele traçado, dois países: Portugal e o Brasil. Embora diferentes, estas duas nações, na sua opinião, contêm num sistema uma direção imperial comum a que é mister que obedeam. O sistema, conjunto estruturado de relações entre os elementos que o constituem, a que Pessoa alude não pode ser, senão aquele que é comum àquelas duas

⁶² O Cancioneiro Geral é uma compilação organizada por Garcia de Resende e publicado em 1516.

nações: a língua portuguesa. E, se continuarmos a deixar que a perspectiva pessoal nos guie, concluiremos que é nas redes desse sistema que o poeta vê inscrito o destino imperial da nação portuguesa. Poderíamos, ainda que temerariamente, afirmar que, para o poeta, a direção imperial de Portugal estaria geneticamente determinada nesse seu sistema natural que é a língua. Que o seu pensamento permite tal extrapolação, disso, estamos cientes, até porque, nos textos em que defende a língua portuguesa, argumenta e demonstra que a grandiosa missão que aguarda Portugal se reflete na pureza e plasticidade da sua expressão fixada e ilustrada na etimologia do seu grafismo. Para ele, a escrita representa a verdadeira língua da cultura, não só devido à sua perenidade e potencial eternidade, mas também por ver nela o único meio por onde circula a seiva que alimenta e justifica o universo humano: a cultura. Por isso nos diz, quando brande as suas armas contra os reformistas ortográficos, que as suas práticas simplificadoras desvirtuam a nobreza e a integridade do património cultural que a língua portuguesa guarda em si.

Prodígio supremo da capacidade de abstração humana, traço -sombra remanescente do conhecimento derradeiro, a escrita na sua figuração etimológica é, para o nosso autor, “um fenómeno da cultura, e, portanto, do espírito” (*Ibid.*, p. 90). No que respeita à língua portuguesa, Pessoa considera o seu registo etimológico o sistema gráfico singular entre os sistemas gráficos existentes, por ser o único apto a espelhar com fidelidade o passado cultural universalista e, em simultâneo o espírito universal da cultura de que Portugal foi herdeiro privilegiado. Nele, segundo o seu ponto de vista, se manifesta a missão universal de que a nação fora investida no momento da sua fundação, a herança do espírito universal europeu e a afirmação da identidade cultural nacional cujo espírito se consubstanciou em dar a conhecer ao mundo a universalidade do ser. Por esta mesma razão, pugnou cultural e socialmente pela manutenção e aperfeiçoamento da ortografia etimológica por cuidar ser o sistema ortográfico que melhor representa e se ajusta à missão histórica de Portugal.

O último em que assenta os princípios norteadores do referido Grémio, estipula que para a fixação dos meios materiais do Império, há que adoptar a fixação da linguagem, e, inicialmente, a ortografia etimológica, excluindo as extravagâncias simplificadoras criadas pela influência da política estrangeira. Uma vez mais, o poeta critica o devaneio simplificador, e por isso castrador, que acusa de perversor da índole da língua portuguesa. No regaço da herança etimológica da língua portuguesa idealiza, o poeta, o espaço capaz de preservar e manter eternamente vivos os meios materiais do Império.

Que meios são estes? O poeta não os explicita. Mas talvez seja possível descortiná-los, lendo nas entrelinhas das três alíneas que constituem o fundamento segundo. Nelas, Pessoa assinala a necessidade de lembrar a tradição cultural do homem português que, pela mão de excelsos guias, abriu ao mundo as portas da civilização universal moderna; recorda o sonho sebastianista de ressurreição do grandioso domínio português signado como o Quinto Império, e formado em bases diversas das de todos os impérios passados; e, para concluir, propõe, como ação, a criação progressiva de uma unidade espiritual que, a nosso ver, seria produzida e manifestada pela língua que, conseqüentemente, estatuiria o espírito do Império.

Todas estas tarefas acabam, afinal, por convergir num só ponto: delinear uma ação concertada com vista a criar uma universalidade espiritual subordinada ao espírito definido pela língua portuguesa.

Para o poeta, esse espírito, cuja essência eclode, segundo a nossa leitura, no tempo paradoxal ou não-tempo da projeção do passado no presente e da sua intersecção simultânea com o futuro, ir-se-ia inapercebidamente entranhando, através da sua forma manifesta, a arte, e, particularmente, a arte da palavra, no ânimo universal até o transmutar na sua própria substância. Uma vez conseguida esta transformação, a nação portuguesa teria finalmente cumprido a sua missão: a instauração de um novo império universal da cultura – o *Quinto Império*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos Sermões à *História do futuro*, duas vertentes do mesmo Vieira. Obras com proporções desiguais: os Sermões, quinze volumes, a *História*, uma obra inacabada. Datada diferentemente, segundo os autores. O ano 1649 marca sua gênese, embora o desenvolvimento do projeto permaneça assunto controverso.

A entrada no texto confrontou-nos com duas diferentes partes: os *Prolegômenos* e a *História do futuro*. O livro dos *Prolegômenos* manifestou-nos os cinco destinatários aos quais Vieira se dirige: o mundo, Portugal, o leitor em geral, o leitor cristão e a Espanha. Através desses diferentes destinatários Vieira desenvolve vários temas que nos fazem entrever, conforme seu interlocutor, os elementos específicos que apontam para suas convicções teológicas. Ao mundo, após a constatação do desejo que habita o homem, ele faz compreender que Deus é o Senhor do Futuro. O tempo, lugar de vida do homem, é também lugar de comunicação e lugar de revelação Daquele que vive na eternidade: Deus. Num segundo tempo, Vieira dedica sua *História do futuro* a Portugal, pátria que ele ama. É por isso que a exorta à esperança, à descoberta do sentido do futuro, de sua verdadeira vocação e de sua história. Depois, ele evoca seu terceiro destinatário: o leitor em geral. Tendo sempre em vista a explicação dos títulos dados à sua *História*, Vieira precisa nela o sentido do termo mundo. Essa explicação é de grande importância para compreender o mundo do *Quinto Império*. Trata-se para ele de um mundo em que desaparecerão o medo, a inveja e onde Deus terá todo o seu espaço.

É então para Vieira o momento de dirigir-se ao leitor cristão, seu quarto destinatário, a quem se trata de interpelar, atraindo seu olhar para o futuro, onde é convocado pessoalmente a caminhar como alguém que espera, servindo-se não da memória do passado, mas da memória do futuro. Isso lança o homem no cerne da promessa e convoca o cristão a conhecer e a reconhecer a ação de Deus na história. A esperança torna o cristão atento à promessa, perseverante nas provações e capaz de discernir o futuro que Deus lhe abre. Por meio de alguns exemplos históricos, Vieira convida o cristão à audácia da fé e fundamenta a condição de possibilidade do agir na fé nessa promessa, isto é, na palavra dada por Deus. A fé é chamada a expressar-se também em circunstâncias históricas bem precisas, renunciando a toda ilusão de poder e de riquezas.

Desejando continuar o diálogo na fé, ele finalmente evoca seu quinto destinatário: a Espanha. Como o homem ou uma nação pode viver como cristão se se distancia da vontade de

Deus? Com Vieira, fomos interpelados sobre o ser cristão, e percebemos que a noção de eleição não é para ele algo adquirido que permite à humanidade repousar. Isso implica uma vigilância permanente para estar atento à voz de Deus que se expressa pelos profetas e por todas as mediações das quais Ele quererá servir-se.

O apelo a se lançar na fé é retomado ao longo de toda a sua História. Vieira engaja cada ser humano como auditor privilegiado das profecias, convocando-o a uma leitura dialógica à Luz que daí mana. O homem está então situado no futuro, projetado no futuro, não no sentido de fugir do presente, mas no sentido de assumi-lo inteiramente, de nele imergir-se com todas as suas forças. Imersão que não o submerge, mas que o abre às dimensões do futuro prometido por Deus.

Para melhor entrar nessa compreensão da promessa e da Palavra de Deus, Vieira nos ajuda a ver o tempo como um aliado. Ele dá densidade teológica fidedigna ao tempo, na medida em que o coloca como este tempo, o hoje onde Deus cumpre sua promessa e concede ao homem reinventar sua história abrindo-se à novidade que descobre nessa relação sem precedentes, antiga e sempre nova, entre Deus e ele. Em Vieira, o tempo tem um status de primeira importância. O tempo presente não é em nada - nem teologicamente, nem moralmente pior ou menos fecundo que os tempos que nos precederam. A idade de ouro era ontem, é hoje e será amanhã.

Dessa maneira, Vieira conduziu-nos não somente a não temer o novo, mas a desejá-lo, a vê-lo como parte dos desígnios de Deus, como fruto da ação do Espírito Santo sempre atuante.

Após esse percurso fomos introduzidos em um outro aspecto da História do futuro. Vieira preparou-nos através dos Prolegômenos, para entrar ainda mais na concepção do Reino de Cristo. Domínio espiritual e domínio temporal foram os conceitos-chave de seu desenvolvimento, sempre em diálogo com seus opositores, para mostrar o Cristo, Senhor universal.

A paixão de Vieira pelo Reino de Cristo, para mostrar a que ponto o Cristo e o cristão estão aí imbricados, remete-nos para além de seu texto. Quais influências tiveram aí um papel decisivo? Como Vieira as retrabalha e as assume?

Com esse percurso tentamos nos aproximar de algumas das intuições teológicas de Vieira. Olhando os embates com o tempo, percebemos que seu interesse pelo tempo é de cunho teológico. Para ele, sem pertencer ao tempo, Deus o habita e nele se comunica com o homem.

Este vive a aporia do tempo buscando superá-la, sem para isso medir suas forças. Por isso, o risco de cair na idolatria é real.

Em seguida, vimos que Vieira procede à verificação da possibilidade de seu próprio projeto. Como este tem lugar nessa perspectiva? Foi então que percebemos os laços entre o desejo humano e a reflexão de Vieira. Dando-se conta de que o homem gere mal a limitação, ele quer propor-lhe uma outra atitude. Não somente propô-la, mas dar os fundamentos para persuadir seu leitor de que essa atitude é possível, fundada, querida por Deus. Deus, para quem todos os futuros são presentes, mantém a iniciativa de torná-los conhecidos.

Reconhecendo e assumindo a aporia do tempo, Vieira recusa-se a colocar o homem diante do fato consumado da sucessão passado, presente, futuro. Para Vieira, a iniciativa de Deus sempre primeira. Na perspectiva dessa iniciativa, ele crê que Deus quer que o homem viva sua relação com o tempo não como um fracasso, mas como um lugar de discernimento da promessa. Quais meios Deus dá ao homem para que esse discernimento seja possível?

Ler a promessa implicará para Vieira uma contínua referência às Escrituras. Esse modo de proceder manifesta, por si mesmo, algumas convicções: 1) A promessa tem uma história. 2) Essa história de Deus com seu povo não é cíclica. O futuro não é uma repetição do passado. É portador de novidade, lugar de esperança e de realização da palavra. 3) A promessa não está encerrada. 4) As Escrituras nas quais se inscreve a promessa de Deus atualizam o homem, restituindo-o sempre mais ao seu tempo. 5) A promessa responde ao desejo humano.

Para engajar-se nesse caminho, Vieira lembra a seu leitor nesse momento o risco da infidelidade. Ressalta que o tempo tem uma duração e ela pode ser uma provação para o homem. É um momento decisivo em que, no cerne da espera, o homem é chamado a renunciar ao imediatismo para apoiar-se somente na fé na Palavra de Deus, assim colocada à prova.

Daí a importância que atribui ao trabalho da memória e da esperança. Profundamente ligado às Escrituras, o trabalho da memória pedido por Vieira é rico em analogias. Ele faz com que o homem se lembre-se de que o desejo humano e o desejo de Deus se encontram. Deus suscita profetas que ajudarão na leitura da história, na óptica de seu projeto de salvação. É desejo de Deus sustentar seu povo na provação, alimentá-lo com sua palavra e orientá-lo.

Para Vieira há, pois, um discernimento do tempo, mas igualmente um discernimento dos profetas e das profecias. Vieira supõe que, uma vez esclarecido, o homem poderá compreender melhor a história e não apenas padecê-la. No caminho dessa compreensão, a

observação do modo como Vieira nomeia Deus nos *Prolegômenos*, bem como na História do futuro, é elucidativa.

Notamos que inseridos na fé da Igreja os títulos atribuídos a Deus são diversos, mas frequentemente muito coerentes com a proposição cada uma delas ajudou-nos a melhor entrar na fé de Vieira. Também permitiu-nos abordar alguns pontos de ordem antropológica e teológica, tais como a liberdade, a responsabilidade, a graça, o pecado, a Igreja.

Desse modo, Vieira quer tirar todas as consequências existentes entre aquele que proclama a fé- ou ao menos a compreensão que dela possui, e o sentido da história. Percebemos pela escolha dos textos e por sua correspondência que, influenciado por Joaquim de Fiori, ele dá grande importância à literatura profética e apocalíptica. Não mede esforços para buscar paralelismos entre a história de Israel e a de seu povo. Testemunhando uma grande familiaridade com os textos bíblicos, sua leitura é, às vezes, surpreendente. Ele lida sem cessar com o universal e com o particular.

A visão escatológica de Vieira não pode conceber que esse fim deixe de iluminar toda ação humana na perspectiva da fé cristã. Os Sermões e a História do futuro mostram o quanto para ele tudo é traspassado, modelado por este fim. Em sua hipótese de trabalho, entrevemos a contemporaneidade da ação de Deus. Quanto ao homem, é sem cessar exortado a reconhecê-la e dela participar.

Progressivamente pudemos constatar que Vieira se centra na verificação da possibilidade de um Reino de Cristo sobre a terra. Esse procedimento lhe dá ocasião de suscitar um debate entre o temporal e o espiritual, suas relações e até mesmo sua indissociabilidade. Ele os compreende como consequência evidente da fé em Deus, Senhor e Mestre de todas as coisas.

Podemos dizer que, com a preocupação da ortodoxia da fé, Vieira estabelece uma relação dialética entre as categorias tempo e eternidade, fé e promessa, Reino e história. A circulação entre uma e outra o coloca decididamente na esperança da vinda concreta do Reino de Cristo. A circulação entre elas sugere uma outra circulação: Deus é presente.

Em nossos dias não é raro escutar reflexões que desejam colocar Deus em seu lugar. Assinalar um lugar a Deus permitiria, de certo modo, designar um lugar ao homem. Visão que denuncia uma oposição, uma concorrência. Presenças irreconciliáveis. Espaço necessariamente exclusivo e excludente. Essa tensão entre proximidade e distância de Deus, familiar a nossos contemporâneos, está bem presente em todo o desenvolvimento do projeto de Vieira. Ousar

manter-se fiel à Palavra de Deus, sem medo de perder a autonomia, ousar depender historicamente dele, um desafio para os cristãos hoje?

No processo de seu projeto, o convite: aprofundar o sentido da Encarnação e o mistério da presença ininterrupta de Deus entre os homens. Nessa perspectiva, observamos que é Deus quem devolve o homem a seu tempo: permite-lhe ser cada vez mais encarnado e presente nas realidades que o cercam. No coração do mundo o homem situa-se, para Vieira, como um homem criado para o Reino.

Nesse sentido, a perspectiva de Reino em Vieira, é a proclamação universal do evangelho e a final conversão da larga maioria dos homens em todas as nações durante esse presente tempo. Este é o reino universal que Daniel viu dar ao Filho do Homem (que é Cristo) e este é o reino que Nabucodonosor também tinha visto encher o mundo, posto que não viu nem lhe foi mostrado a quem se havia de dar; e este é o que viu, mais distintamente que todos, Zacarias, na sua terceira visão. Porque Nabucodonosor viu somente o reino e sua grandeza; Daniel viu o reino e a pessoa que o havia de dominar; e Zacarias viu o reino e a pessoa e o número e distinção das coroas.

O Quinto império é um desejo de antecipação do paraíso aqui na terra. A mensagem vieirinha ganha atualidade, por se tratar de uma mensagem destinada a todos, principalmente os falantes da Língua Portuguesa.

Por fim, Fernando Pessoa, um exímio estudioso das profecias de Vieira, apresenta-nos o Quinto Império Cultural. Como um monarquista convicto, o poeta acreditava em três tipos de impérios: Império de domínio, impérios de expansão e Quinto Império Cultural. O Para isso, ele pensava em uma língua rica gramaticalmente e completa. Assim definido o Quinto Império e o seu objetivo, restava ao poeta encontrar a nação cujo idioma manifestasse, no seu gênio, maior potencialidade e melhor capacidade de ser tanto quanto possível fiel à Palavra sempre que esta procurasse a sua materialização. Segundo o poeta, a língua que fosse capaz, pela sua índole, de traduzir o múltiplo e desse múltiplo chegar o mais próximo possível da unidade ou plenitude através da sua capacidade criadora, seria, a seu ver, o idioma que melhor poderia influir nos espíritos, e, assim, criar a civilização que atribuiu ao Quinto Império.

O aparecimento de gênios literatos, escrevendo nessa língua. Uma base, para expandir a riqueza dessa língua; a língua portuguesa. Estava aí, consolidado o Quinto império cultural.

REFERÊNCIAS

António Vieira, Sermões, v. I, **Sermão da Primeira Domingo do Advento**, pregado na Capela Real, em 1652.

A ÁGUIA, **revista mensal de literatura, arte, ciência, filosofia e crítica social**, dir. Teixeira de Pascoaes, 2ª série, n.º. 4-12, 1912.

ATHENA, **Revista de Arte**, dir. **Fernando Pessoa e Ruy Vaz**, edição fac-similada, introd. De Teresa Almeida, Lisboa: Contexto Editora, 1983 [repr. N.º 1-5, 1924-1925].

AZEVEDO, J. Lúcio. **A Evolução do Sebastianismo**. 2ª Ed. corrigida e simplificada. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1947.

ABRÃO, Maria. **Lembra-te do futuro: a teologia de António Vieira à luz da história do futuro** – São Paulo: Edições Loyola; Recife – PE: UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco, 2012.

Bíblia de Tradução Ecumênica, **TEB**, São Paulo: Loyola, 1994.

BOAS, AV. **Padre António Vieira: 4º Centenário de um teólogo desconhecido**. *Revisita de Cultura teológica* - v. 16 - n. 64 – jul/set 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/15534/11600>. Consulta realizada em: 25 de outubro de 2021.

BRITO MENDES, L, M, M. **O Quinto império de Fernando Pessoa ou a criação literária em Língua Portuguesa**. Tese de doutoramento. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream>. Consulta realizada em: 12 de setembro de 2022.

Carta a Duarte Ribeiro, datada de 14 de março de 1673.

Christoph THOBALD, **La Révélation**. Paris, Ed. de l'Atelier/Ouvrières, 2006.

DUTRA, Francis A. **The Vieira Family and the Order of Christ**. *LBR – Luso-Brazilian Review*, 2013. Disponível em: <http://lbr.uwpress.org/content/40/1/17.abstract>. Consulta realizada em: 3 de abril de 2022.

GARRETT, Almeida. **A auctoritas do Pe. António Vieira na cultura romântica de oitocentos**. Disponível em: <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/letras/candid08.htm>.

Consulta realizada em: 13 de setembro de 2021.

GUSDORF, Georges. **Mythe et Méthaphysique**. Paris, Flammarion, 1984.

FERNANDO, Pessoa. **Sebastianismo e Quinto Império**. Edição, introdução e notas de Jorge Uribe e Pedro Sepúlveda. Lisboa: Ática, 2011.

FONSECA, S. Monteiro (editor). **Sobre o Sebastianismo** - Um curioso documento do começo do século XVIII. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1959.

FRANCO, António Cândido. **Poesia Oculta** (estudos sobre a moderna lírica portuguesa), Lisboa: Veja, 1996.

PESSOA, Fernando - **Sobre Portugal** - Introdução ao problema nacional (Introdução e organização de Joel Serrão, recolha de textos Dra. Isabel Rocheta e Dra. Maria Paula Mourão). Lisboa: Editora Ática, 1978.

PESSOA, Fernando. **Mensagem** (anotações de Maria Auete Galhoz). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981.

Obra completa Padre Antônio Vieira: Tomo III profética, volume I: **História do futuro e voz de Deus ao mundo, a Portugal e à Baía**/ direção José Eduardo, Pedro Calafate. – São Paulo: Edições Loyola, 2015.

Obra completa Padre Antônio Vieira: Tomo III profética, volume III: **Apologia**/ direção José Eduardo, Pedro Calafate. – São Paulo: Edições Loyola, 2015.

Obra completa Padre Antônio Vieira: Tomo III profética, volume IV: **Autos do Processo de Vieira na Inquisição**/ direção José Eduardo, Pedro Calafate. – São Paulo: Edições Loyola, 2015.

LOURENÇO, Eduardo. **Sonho de império e império de sonho**. Liminar, 1936. Disponível em: http://www.mshs.univ-poitiers.fr/crla/contenidos/Archivos/liminar/liminar_28.pdf.

Consulta realizada em: 17 de junho de 2022.

LEAL, Raul de Oliveira de Sousa. **Sentido esotérico da História**, coord., pref. e notas de Pinharanda Gomes, Lisboa: Livraria Portugal, 1970.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. **As Trovas de Gonçalo Anes Bandarra, sapateiro de Trancoso**. Temas & Matizes – Nº 06 – Segundo Semestre de 2004. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br>. Consulta realizada em: 4 de abril de 2022.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Vieira e a economia da restauração**. ABPHE. Disponível em: <https://www.abphe.org.br>. Consulta realizada em: 6 de abril de 2022.

MANDUCO, Alessandro. **História e Quinto Império em Antônio Vieira**. TOPOI, v. 6, n. 11, jul - dez. 2005, pp. 246-260. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Consulta realizada em: 6 de abril de 2022.

PAIVA, Fr. Sebastião de. **Tratado da Quinta Monarquia**. Coord. José Eduardo Franco, Lisboa, INCM, 2006.

PESSOA, Fernando (1888-1915) **Mensagem**/ edição, organização e introdução Jerónimo Pizarro; posfácio Ida Alves, - I. ed. – São Paulo: Todavia, 2022.

PADRE ANTÔNIO VIEIRA: **400 anos depois**/ Organização Léia Parreira Duarte, Maria Theresa Abelha Alves. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2009.

PINHO, Leandro Garcia. **O “Escudo da Presciência”: Vieira, seu tempo e algumas análises de sua obra**. Sacrelegens – Revista dos alunos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião – UFJF. Disponível em: <https://www.ufjf.br/sacrelegens/files/2009/08/1-8.pdf>. Consulta realizada em: 25 de março de 2022.

SERMÕES ESCOLHIDOS. Padre Antônio Vieira – Texto integral. Organização e coordenação: José Verdasca. Editora Martin Claret Ltda. São Paulo – SP, 2006.

SERMÕES. Pref. e rev. Rev. Pe. Gonçalo Alves. Porto, Lello & Irmão, 1951, v. 1., p. LXI – LXIV.

